

Sueli Maria Coelho

**UMA ANÁLISE FUNCIONAL DO ONDE NO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO:
DA SINTAXE AO DISCURSO**

Belo Horizonte
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2001

Sueli Maria Coelho

**UMA ANÁLISE FUNCIONAL DO ONDE
NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO:
DA SINTAXE AO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Língua Portuguesa, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Johnny José Mafra.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte
2001

Dissertação defendida publicamente no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC MINAS e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof. Doutor Samuel Moreira da Silva (UFMG)

Profª. Dra. Vanda de Oliveira Bittencourt (PUC
MINAS)

Prof. Dr. Johnny José Mafra - Orientador (PUC MINAS)

Belo Horizonte, de de 2001.

Profª. Dra. Ângela Vaz Leão
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras
PUC MINAS

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e confiança incondicionais, principalmente nos momentos em que me fazia ausente.

AO Professor Doutor Johnny José Mafra, pela maestria e desvelo com que me orientou.

AOS meus professores do curso de Pós-graduação em Letras da PUC/MINAS, cuja competência e solicitude muito contribuíram para minha formação.

AOS meus professores do curso de graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, que souberam despertar em mim um espírito inquiridor.

AOS professores Ricardo Rodrigues Marques e Agenor Gonzaga dos Santos, pela colaboração prestimosa e oportuna.

À Helânia Cunha de Sousa Cardoso e Mônica Soares Araújo Guimarães, companheiras de viagens e de sonhos.

AOS meus colegas de mestrado, cuja amizade e conhecimento partilhado muito me enriqueceram.

AO Professor Antônio Carlos Teixeira Freire, Coordenador de Pós-graduação da UEMG, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa de estudos concedida.

À Fundação Educacional de Patos de Minas, pelo fomento à minha pesquisa.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

Com o traslado do saber espacial para o saber temporal, instaurava-se o primeiro processo de gramaticalização: o ser zoológico hominizava-se.

A partir daí, o fenômeno da gramaticalização, inerente à vida, tornou-se também inerente ao homem e, conseqüentemente, à língua, que não existe senão em função daquele que a utiliza.

José Lourenço de Oliveira (Adaptação)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO PRIMEIRO: PROCESSO DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	13
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.2. ESTÁGIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	19
1.3. PRINCÍPIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	22
CAPÍTULO SEGUNDO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRATAMENTO DO ONDE – <i>PERSPECTIVAS NORMATIVA E DESCRITIVA</i>	26
CAPÍTULO TERCEIRO: ANÁLISE SINTÁTICO-DISCURSIVA DAS OCORRÊNCIAS DA PARTÍCULA ONDE – <i>PORTUGUÊS DUCENTISTA E PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO</i>	40
3.1. TEXTOS DO PORTUGUÊS DUCENTISTA.....	44
3.1.1. VALOR LOCATIVO.....	44
3.1.2. VALOR NÃO-LOCATIVO.....	47
3.2. TEXTOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO.....	54
3.2.1. TEXTO DA IMPRENSA.....	55
3.2.1.1. VALOR LOCATIVO.....	56
3.2.1.2. VALOR NÃO-LOCATIVO.....	68
3.2.2. TEXTO ACADÊMICO.....	71
3.2.2.1. VALOR LOCATIVO.....	72
3.2.2.2. VALOR NÃO-LOCATIVO.....	77

3.2.3. TEXTO LITERÁRIO.....	87
3.2.3.1. VALOR LOCATIVO.....	88
3.2.3.2. VALOR NÃO-LOCATIVO.....	94
CAPÍTULO QUARTO: DISCUSSÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	105
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sintático-discursiva da partícula ONDE no português contemporâneo, à luz do funcionalismo. Trata-se de um estudo de natureza sincrônica, mas que coteja ocorrências diacrônicas, visando a demonstrar que a polissemia assumida pela partícula em estudo, no português atual, já podia ser constatada no português ducentista, o que acena para a efetivação de um processo de mudança lingüística. Com base nos dados obtidos, discute-se ainda o processo de gramaticalização por que passa atualmente a partícula ONDE, em função do uso.

PALAVRAS-CHAVE: funcionalismo e gramaticalização

ABSTRACT

This work presents a syntatic-discursive analysis of the word “ONDE” in the modern Portuguese, according to the functionalism. It’s a synchronic study, but it searches for diachronic occurrences, with the purpose of showing the polysemy assumed by the particle that is being studied in the modern Portuguese. This same polysemy could also be found in the Portuguese of the thirteenth century. It seems to show a consummation of a process of linguistic change. Based on the results obtained, it’s also discussed the process of grammaticalization of the particle “ONDE” that is happening nowadays due to its use.

KEY WORDS: functionalism and grammaticalization

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe um estudo descritivo das diversas ocorrências da palavra ONDE no português contemporâneo, mediante uma análise de ordem sintático-discursiva. A hipótese aventada pelo estudo é a crença de que o uso polissêmico dessa partícula não constitui uma inovação e, sim, a efetivação de um processo de mudança lingüística que se desencadeou há alguns séculos.

O desenvolvimento dos estudos funcionalistas da linguagem refletiu-se diretamente na forma de se conceber a gramática, que deixou de ser vista apenas como análise de estruturas lingüísticas e passou a tratar de funcionamento e de função. Modernamente, não mais se concebe a língua como mero instrumento de comunicação social ou mesmo como expressão do próprio pensamento. Ao contrário, ela assume uma concepção interativista, ou seja, é utilizada para agir sobre o outro. Nessa perspectiva de interação, torna-se de suma importância considerar enquanto objeto de análise não só a língua em si, mas também todos os elementos que envolvem o ato enunciativo.

A palavra ONDE,¹ tal como descrita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), expressa um valor locativo, seja como pronome relativo, seja como advérbio. Nota-se claramente que se trata apenas de uma concepção estruturalista que não leva em consideração o discurso.

Estabelece a tradição gramatical que os pronomes relativos, que introduzem orações adjetivas, referem-se a um termo anterior no discurso – o antecedente –, substituindo-o para evitar redundâncias. Assim, assumem um duplo papel no período: o de conectivo, uma vez que servem de elo subordinante da oração que iniciam, e o de representante do antecedente, desempenhando sempre uma função sintática nas orações a que pertencem. Dentre os pronomes relativos invariáveis – *que, quem, onde* –, o último apresenta a peculiaridade de só poder empregar-se com valor de adjunto adverbial locativo, quando precedido de palavras de lugar, exceção admitida ao que alguns gramáticos denominam de *relativo indefinido* ou de *condensação sintática*, o que se verifica quando, embora se possa perceber a idéia locativa, o antecedente não aparece expresso na frase. É o caso de orações como *não tenho onde passar esta noite*, por exemplo. Há autores que classificam a palavra *onde*, no contexto ora apresentado, simplesmente como advérbio, já que não existe a presença explícita do antecedente.

Segundo a NGB, enquanto advérbio interrogativo, o ONDE pode introduzir ora uma interrogativa explícita, ora uma oração subordinada substantiva, procedendo a uma interrogação indireta. Nessa segunda possibilidade, assim como nas orações adjetivas, desempenha o papel de conector, já que passa a ligar a oração principal à subordinada.

¹ No presente trabalho, optou-se por não estabelecer diferença semântica entre os termos *palavra* e *vocábulo*, uma vez que tal discussão é tema de calorosas divergências entre os lingüistas modernos.

Também como pronome interrogativo, o valor locativo é inerente, pois o ONDE só é empregado para se referir a uma localização.

Contudo, a observação de dados não só da língua oral como também da língua escrita contemporânea não comprova o prescrito pela norma. Nota-se, no português atual, uma ocorrência bastante significativa da palavra ONDE empregada sem valor locativo em orações como estas, extraídas de textos produzidos por universitários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas:

(1) *O brasileiro, na maioria, não possui condições necessárias de higiene e hábitos que levem a ter um nível de saúde adequado, **onde** os micróbios infecto-contagiosos encontram alvo fácil para sua proliferação.*

(2) *Com a violência urbana, as pessoas não têm um tranquilo lazer, atividades comunitárias entre outras coisas **onde** ficam presas em suas casas, apartamentos ou condomínios.*

(3) *Estamos entrando numa era **onde** a globalização, o acesso rápido e a tecnologia andam a passos largos.*

Assiste-se, pois, a uma polissemia do ONDE e, ao que tudo indica, a uma forte tendência à gramaticalização. Faz-se necessário, portanto, empreender um estudo mais acurado acerca desse fato, buscando reanalisar as ocorrências dessa partícula que vem desempenhando diversos valores no discurso contemporâneo.

O escopo deste trabalho consiste em descrever um aspecto do português contemporâneo referente à diversidade de usos da partícula ONDE cujo emprego ultrapassa o valor meramente locativo. Além disso, pretende-se comprovar que tal polissemia não constitui nenhuma inovação sintático-discursiva dos usuários do sistema lingüístico atual. Ao contrário, tem uma longa história, encontrando-se já em textos que datam do século XIII, escritos em galego-português, o que justifica cogitar-se a respeito da efetivação de um processo de variação e mudança lingüística.

Para proceder a semelhante análise, executou-se um projeto de pesquisa cujo resultado se estrutura da seguinte forma: o primeiro capítulo estabelece um referencial teórico acerca do fenômeno da gramaticalização, numa abordagem funcional, buscando caracterizar o processo e definir-lhe as causas. O segundo capítulo consiste num levantamento dos estudos de normativistas e descritivistas de língua portuguesa sobre a palavra ONDE, visando a tecer uma análise comparativa. Isso posto, no capítulo terceiro, procede-se à análise sintático-discursiva do *corpus*, que foi dividido em duas partes, uma vez que a pesquisa buscou colocar em confronto as ocorrências da palavra ONDE no português contemporâneo e no português arcaico. A primeira parte do *corpus* consta de fragmentos das *Cantigas de Santa Maria*, coleção de poemas de Afonso X, o Sábio, escritas em galego-português do século XIII; a segunda é formada por textos contemporâneos escritos em português-padrão, considerando-se como tal as publicações de jornais e revistas de circulação e respeitabilidade nacional, os textos escritos para divulgação de pesquisa no meio acadêmico e, por fim, os textos veiculados como expressão artística. Como se vê, o *corpus* do português contemporâneo, obedecendo à tipologia apresentada, foi subdividido em três partes, a saber: texto da imprensa, texto acadêmico e texto literário. O capítulo quarto consiste na apresentação e discussão dos dados obtidos e na análise comparativo-estatística não só entre as duas épocas enfocadas, como também entre as três tipologias estabelecidas no português contemporâneo. Na conclusão, busca-se tecer uma reanálise da ocorrência do ONDE no português contemporâneo, atribuindo-se-lhe um enfoque não apenas estrutural, mas principalmente funcional, recorrendo-se, para isso, à gramática do discurso.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe um estudo descritivo das diversas ocorrências da palavra ONDE no português contemporâneo, mediante uma análise de ordem sintático-discursiva. A hipótese aventada pelo estudo é a crença de que o uso polissêmico dessa partícula não constitui uma inovação e, sim, a efetivação de um processo de mudança lingüística que se desencadeou há alguns séculos.

O desenvolvimento dos estudos funcionalistas da linguagem refletiu-se diretamente na forma de se conceber a gramática, que deixou de ser vista apenas como análise de estruturas lingüísticas e passou a tratar de funcionamento e de função. Modernamente, não mais se concebe a língua como mero instrumento de comunicação social ou mesmo como expressão do próprio pensamento. Ao contrário, ela assume uma concepção interativista, ou seja, é utilizada para agir sobre o outro. Nessa perspectiva de interação, torna-se de suma importância considerar enquanto objeto de análise não só a língua em si, mas também todos os elementos que envolvem o ato enunciativo.

A palavra ONDE,¹ tal como descrita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), expressa um valor locativo, seja como pronome relativo, seja como advérbio. Nota-se claramente que se trata apenas de uma concepção estruturalista que não leva em consideração o discurso.

Estabelece a tradição gramatical que os pronomes relativos, que introduzem orações adjetivas, referem-se a um termo anterior no discurso – o antecedente –, substituindo-o para evitar redundâncias. Assim, assumem um duplo papel no período: o de conectivo, uma vez que servem de elo subordinante da oração que iniciam, e o de representante do antecedente, desempenhando sempre uma função sintática nas orações a que pertencem. Dentre os pronomes relativos invariáveis – *que, quem, onde* –, o último apresenta a peculiaridade de só poder empregar-se com valor de adjunto adverbial locativo, quando precedido de palavras de lugar, exceção admitida ao que alguns gramáticos denominam de *relativo indefinido* ou de *condensação sintática*, o que se verifica quando, embora se possa perceber a idéia locativa, o antecedente não aparece expresso na frase. É o caso de orações como *não tenho onde passar esta noite*, por exemplo. Há autores que classificam a palavra *onde*, no contexto ora apresentado, simplesmente como advérbio, já que não existe a presença explícita do antecedente.

Segundo a NGB, enquanto advérbio interrogativo, o ONDE pode introduzir ora uma interrogativa explícita, ora uma oração subordinada substantiva, procedendo a uma interrogação indireta. Nessa segunda possibilidade, assim como nas orações adjetivas, desempenha o papel de conector, já que passa a ligar a oração principal à subordinada.

¹ No presente trabalho, optou-se por não estabelecer diferença semântica entre os termos *palavra* e *vocábulo*, uma vez que tal discussão é tema de calorosas divergências entre os linguistas modernos.

Também como pronome interrogativo, o valor locativo é inerente, pois o ONDE só é empregado para se referir a uma localização.

Contudo, a observação de dados não só da língua oral como também da língua escrita contemporânea não comprova o prescrito pela norma. Nota-se, no português atual, uma ocorrência bastante significativa da palavra ONDE empregada sem valor locativo em orações como estas, extraídas de textos produzidos por universitários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas:

(1) *O brasileiro, na maioria, não possui condições necessárias de higiene e hábitos que levem a ter um nível de saúde adequado, **onde** os micróbios infecto-contagiosos encontram alvo fácil para sua proliferação.*

(2) *Com a violência urbana, as pessoas não têm um tranquilo lazer, atividades comunitárias entre outras coisas **onde** ficam presas em suas casas, apartamentos ou condomínios.*

(3) *Estamos entrando numa era **onde** a globalização, o acesso rápido e a tecnologia andam a passos largos.*

Assiste-se, pois, a uma polissemia do ONDE e, ao que tudo indica, a uma forte tendência à gramaticalização. Faz-se necessário, portanto, empreender um estudo mais acurado acerca desse fato, buscando reanalisar as ocorrências dessa partícula que vem desempenhando diversos valores no discurso contemporâneo.

O escopo deste trabalho consiste em descrever um aspecto do português contemporâneo referente à diversidade de usos da partícula ONDE cujo emprego ultrapassa o valor meramente locativo. Além disso, pretende-se comprovar que tal polissemia não constitui nenhuma inovação sintático-discursiva dos usuários do sistema lingüístico atual. Ao contrário, tem uma longa história, encontrando-se já em textos que datam do século XIII, escritos em galego-português, o que justifica cogitar-se a respeito da efetivação de um processo de variação e mudança lingüística.

Para proceder a semelhante análise, executou-se um projeto de pesquisa cujo resultado se estrutura da seguinte forma: o primeiro capítulo estabelece um referencial teórico acerca do fenômeno da gramaticalização, numa abordagem funcional, buscando caracterizar o processo e definir-lhe as causas. O segundo capítulo consiste num levantamento dos estudos de normativistas e descritivistas de língua portuguesa sobre a palavra ONDE, visando a tecer uma análise comparativa. Isso posto, no capítulo terceiro, procede-se à análise sintático-discursiva do *corpus*, que foi dividido em duas partes, uma vez que a pesquisa buscou colocar em confronto as ocorrências da palavra ONDE no português contemporâneo e no português arcaico. A primeira parte do *corpus* consta de fragmentos das *Cantigas de Santa Maria*, coleção de poemas de Afonso X, o Sábio, escritas em galego-português do século XIII; a segunda é formada por textos contemporâneos escritos em português-padrão, considerando-se como tal as publicações de jornais e revistas de circulação e respeitabilidade nacional, os textos escritos para divulgação de pesquisa no meio acadêmico e, por fim, os textos veiculados como expressão artística. Como se vê, o *corpus* do português contemporâneo, obedecendo à tipologia apresentada, foi subdividido em três partes, a saber: texto da imprensa, texto acadêmico e texto literário. O capítulo quarto consiste na apresentação e discussão dos dados obtidos e na análise comparativo-estatística não só entre as duas épocas enfocadas, como também entre as três tipologias estabelecidas no português contemporâneo. Na conclusão, busca-se tecer uma reanálise da ocorrência do ONDE no português contemporâneo, atribuindo-se-lhe um enfoque não apenas estrutural, mas principalmente funcional, recorrendo-se, para isso, à gramática do discurso.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O PROCESSO DA GRAMATICALIZAÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos empreendidos acerca da linguagem remontam aos antigos hindus, já conhecidos pela agudeza no tratamento da linguagem verbal. Embora seus trabalhos fossem norteados por preocupações de cunho primeiramente religioso, não há de se negar a considerável influência exercida pela tradição indiana no desenvolvimento das teorias lingüísticas modernas. É o que se deduz da leitura de Lyons (1979), segundo o qual os gramáticos hindus chegaram a compilar glossários e comentários sobre os textos sagrados hindus compostos alguns séculos antes. O autor considera que a distinção estabelecida no sânscrito entre “substantivos” e “verbos” aproxima-se bastante daquela usada por Platão para o grego.² Há autores que chegam a considerar a tradição gramatical indiana não apenas mais antiga que a greco-romana, como também, “em certos aspectos, superior nos resultados” (p. 19), principalmente em dois pontos: “primeiro, na fonética, e segundo, no

² A proposta de Platão para o grego baseava-se na distinção entre “sujeito” e “predicado”.

estudo da estrutura interna das palavras” (p. 20). A gramática de Panini, o maior gramático hindu, que viveu por volta do século IV a. C., pela forma exaustiva de tratamento dentro dos limites da época, pela consistência interna e pela economia de exposição, tem sido considerada como superior a qualquer gramática até então escrita sobre qualquer língua. Essa fascinação nada moderna que a linguagem exerce sobre o ser humano se deve, principalmente, ao fato de ela lhe ser inerente, o que contribui sobremaneira para que ele procure conhecê-la e dominá-la a ponto de lhe dedicar uma ciência específica. Ao longo de toda a história, os estudos sobre a linguagem têm merecido atenção de diversos estudiosos tais como filósofos, gramáticos e lingüistas. É natural que durante todo esse percurso muitas teorias tenham sido reformuladas, quando não desconsideradas, em detrimento de descobertas mais recentes. E, tendo em vista que a língua é algo dinâmico e de existência subordinada ao falante, há de se esperar que o que ora desponta como moderno se torne, num prazo não muito longo - quem sabe? - até mesmo obsoleto.

Palmilhando-se toda essa trajetória de pesquisa e amadurecimento, identifica-se uma época em que os estudos estruturalistas reinaram absolutos e a língua foi vista como um instrumento de comunicação social; outra em que os gerativistas conceberam-na como expressão do próprio pensamento. Hoje, de acordo com uma postura funcionalista, a língua é vista como interação social. Isso implica admitir que seu estudo deve ultrapassar o plano da expressão lingüística e englobar também o do funcionamento e da função. Há de se assinalar, contudo, que, para os funcionalistas, “a noção de ‘função’ não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”. (Halliday apud Neves, 1997: 8). Dessa forma, vê-se que o que caracteriza a concepção de linguagem

defendida pelos funcionalistas, adotada neste trabalho, é seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico.

Assim como se notam variados estágios e tendências no trato com a linguagem, também o estudo dos processos de criação de formas gramaticais na língua, que tem despertado o interesse de lingüistas a partir do final do século passado, vem merecendo, por parte deles, diversas considerações. Nota-se, nos estudos até então realizados, uma visão inicialmente estrutural do fenômeno da gramaticalização, passando por uma visão gerativista até se chegar a uma abordagem funcionalista, ainda não muito elaborada.

Meillet (1912) foi quem primeiro introduziu o termo gramaticalização, ao postular a existência de dois processos básicos para a constituição dos elementos gramaticais: a analogia e a gramaticalização. Os filósofos gregos já se debatiam em calorosas discussões para definir se o princípio que regia a língua era a “natureza” ou a “convenção”. Em virtude de razões que não é necessário discutir aqui, a controvérsia entre “naturalistas” e “convencionalistas” evoluiu, a partir do século II a.C., para a questão da regularidade lingüística. As palavras gregas para “regularidade” e “irregularidade”, no sentido em questão, eram, respectivamente, “analogia” e “anomalia”. Assim, os defensores da regularidade e sistematicidade lingüística são chamados de “analogistas” e os que sustentam a posição oposta, “anomalistas”. Embora a analogia tenha desfrutado de especial importância para os neogramáticos, Meillet considera a gramaticalização mais importante. Segundo ele, há, inicialmente, três classes de palavras: as palavras principais, as palavras acessórias e as palavras gramaticais. As primeiras, representantes de seres e ações, necessitam, muitas vezes, ser precisadas ou completadas por outras. As segundas são as partículas, os indefinidos e os pronomes pessoais. Caracterizam-se por ocuparem, como o próprio nome indica, o segundo lugar na frase e aparecerem geralmente enclíticas. As

terceiras indicam certas relações gramaticais e exercem um papel estruturador. Nota-se entre essas três classes um processo de transição gradual a que Meillet denomina gramaticalização e define como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (p. 131). Acredita que essa transição está subordinada a um esvaimento não só semântico, como, também, formal. Tal esvaimento é atribuído à frequência com que se empregam os elementos lingüísticos, desgastando-lhes a expressividade. Além disso, a repetição no uso conduz ainda à abstração do signo concreto e à debilitação na pronúncia, argumento que sustenta ao afirmar que os instrumentos gramaticais muito usados, como as conjunções e os pronomes relativos, por exemplo, possuem um volume fonético bastante reduzido.

Em 1968, um discípulo de Meillet, E. Benveniste, ao apresentar um artigo sobre mudanças de categorias lingüísticas, repete muito daquilo que, em 1912, seu mestre dissera sobre a gramaticalização de verbos auxiliares a partir de verbos lexicais. Apesar de se valer até mesmo dos exemplos arrolados por Meillet, Benveniste não fez qualquer referência à fonte bibliográfica, nem mesmo ao termo gramaticalização. Lançou, sim, o termo ‘auxiliação’ para indicar a passagem de um verbo pleno a verbo auxiliar (cf. Castilho, 1997: 29).

Ainda na década de sessenta, os indo-europeístas Jersey Kurylowicz e Calvert Watkins empreenderam um estudo acerca do mesmo fenômeno. É de Kurylowicz (*apud* Castilho, 1997: 29), a definição de gramaticalização como “processo em que se verifica a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional”. Já é possível vislumbrar na definição apresentada por Kurylowicz o caráter gradual do fenômeno.

Os autores até então apresentados estudaram a gramaticalização numa perspectiva diacrônica, posição que predominou até os anos setenta, embora já fosse possível antever pelo trabalho de Meillet um entrecruzamento entre sincronia e diacronia, quando ele fala da transição de uma classe a outra (diacronia) e da convivência dos usos num mesmo recorte de tempo (sincronia). Até aqui, os trabalhos vinham operando somente com dois módulos lingüísticos: o Léxico e a Gramática. O fenômeno era visto apenas enquanto tramitação de um item do Léxico para a Gramática, sem se levarem em consideração elementos de ordem pragmática que pudessem balizar as causas de semelhante transição.

Os estudos posteriores à década de setenta sofreram influência do interesse pela pragmática e pela tipologia, cuja responsabilidade é atribuída a Givon (1971) que, parafraseando o *slogan* de Hodge “a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje” (Hodge, 1970 *apud* Castilho, 1997: 30), declara que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (Givon, 1970 *apud* Neves, 1997: 115), acrescentando, posteriormente, que “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (Givon, 1979 *apud* Castilho, 1997: 30). Assim, o funcionalismo givoniano agregou um novo módulo lingüístico: o do Discurso. Uma das principais contribuições fornecidas pelos estudos acerca da gramaticalização a partir da década de setenta é certamente o potencial que eles oferecem para a compreensão de fatos da gramática sincrônica, que passa a ser analisada numa perspectiva funcional.

O módulo discursivo da língua é ainda colocado em foco pela Gramática Emergente de Paul Hopper (1987), segundo a qual as estruturas gramaticais não existem *a priori*, mas são negociadas na interação. De acordo com os postulados da gramática emergente, a gramaticalização está subordinada ao contexto, pois o que é gramatical em um determinado contexto pode não o ser em outro. Tal tese leva Castilho a afirmar que “a rigor

não existe gramática, existe gramaticalização, 'que é a cristalização das formas discursivas mais produtivas'." (Castilho, 1994 b *apud* Castilho, 1997: 31).

Ao definirem a gramaticalização como "o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais", Hopper & Traugott (1993: 15) aproximam-se bastante da definição proposta por Kurylowicz, na década de sessenta.

Vê-se, a partir desse breve histórico, que o termo *gramaticalização* não possui uma definição exatamente igual em todos os estudiosos, mas é possível atingir um denominador comum, aderindo-se às idéias de Traugott e Heine (1991) de que "o termo se refere à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre 'langue' e 'parole', entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua" (cf. Neves, 1997: 115).

Assim como estruturalistas e gerativistas abordaram a gramaticalização priorizando os módulos lexical e gramatical, também é evidente nos funcionalistas uma tendência em priorizar o módulo discursivo. Contudo, qualquer tentativa de se estabelecer uma relação de precedência ou determinação entre os módulos é precipitada e tendenciosa, uma vez que existe entre eles uma nítida inter-relação. É por isso que, na Lingüística Moderna, Morris (1938) e Franchi (1977, 1991) propõem uma teoria modular de língua, segundo a qual os módulos semântico, gramatical e discursivo aparecem interligados pelo léxico, sem quaisquer relações de determinação entre si.

1.2. ESTÁGIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO

A partir da análise dos conceitos apresentados em quase um século de estudos, é possível definir o termo gramaticalização buscando integrar todos os módulos lingüísticos. Um dos principais processos constitutivos da língua, na concepção de Meillet, a gramaticalização pode ser entendida como o percurso segundo o qual o falante recategoriza determinado item lexical, conferindo-lhe alterações de ordem semântica e gramatical, para satisfazer às suas necessidades discursivas. Tal definição parece abranger o discurso, a semântica e a gramática, passando pelo léxico, que é o componente lingüístico primitivo.

De acordo com Castilho (1997), o processo da gramaticalização compreende os seguintes estágios: *sintatização*, *morfologização*, *redução fonética* e *estágio zero*, fase em que o processo é reinstaurado. A *sintatização* é a fase em que o item lexical é recategorizado, ou seja, passa de uma classe gramatical a outra ou mesmo sofre uma categorização funcional, passando a assumir funções diferentes daquela que lhe era outrora conferida. É o caso, por exemplo, de determinado advérbio que passa a operador argumentativo. A *morfologização* consiste na criação de formas presas, podendo essas ser afixos flexionais ou mesmo derivacionais. É o que aconteceu com o morfema modo-temporal de futuro do presente e também com o sufixo –mente, hoje formador de advérbios de modo. A *redução fonológica* ocorre sempre que há a fusão de formas livres em formas presas, que se gramaticalizam como afixos. É um dos processos de gramaticalização mais visíveis. O exemplo mais expressivo de redução fonológica é a formação do futuro nas línguas neolatinas. O *estágio zero* retrata o momento de exaustão máxima da estrutura e indica a retomada da gramaticalização, que é um processo contínuo. Acontece quando se

verifica o desaparecimento de um morfema como conseqüência de uma cristalização extrema.

Concomitantemente a essas fases, os itens em processo de gramaticalização sofrem alteração semântica, já que, paulatinamente, há a perda do sentido original e, conseqüentemente, o desenvolvimento de novos sentidos. Uma vez iniciado o processo, há um estágio intermediário entre o conceito de origem e o conceito de chegada no qual os dois conceitos coexistem; é a fase da polissemia. Assim como em todo processo de variação e mudança lingüística, verifica-se a convivência de formas concorrentes até que uma das variantes suplante as demais. Entre os processos apontados como responsáveis por essa alteração semântica estão a metáfora e a metonímia.

A metáfora é um processo cognitivo de abstratização, uma vez que a transferência de sentido se processa do mais concreto para o mais abstrato em virtude de alguma similaridade entre os elementos envolvidos. Por esse motivo, muitos estudiosos colocam-na na base do processo da gramaticalização, porque “o significado não-gramatical pode ser descrito como mais concreto do que o significado gramatical” (Neves, 1997: 131). De acordo com Matisoff (1991: 384), “a gramaticalização já foi apontada como um ‘subtipo’ da metáfora, considerada como um ‘desvio metafórico em direção ao abstrato’” (apud Neves 1997: 132). Também Genetti (1991) apresenta três tendências caracterizadoras da mudança semântica que vêm endossar a base metafórica da gramaticalização. Assim,

*1) os significados baseados na situação externa
passam a significados baseados na situação interna (avaliativa
/ perceptual / cognitiva);*

*2) os significados baseados na situação externa ou
interna passam a significados baseados na situação textual
(=coesiva);*

3) *os significados tendem a tornar-se cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante diante da situação.*
(GENETTI, 1991: 248 *apud* NEVES, 1997: 133)

Já Heine *et alii* (1991a) não atribuem à metáfora a origem primeira da gramaticalização. Defendem uma espécie de reaproveitamento de determinadas possibilidades como se na língua pudesse haver uma reengenharia de formas. Eles endossam o princípio de Werner e Kaplan “exploração de velhos meios para novas funções” (*apud* Neves, 1997: 132), através do qual o falante, numa tentativa de ser o mais claro possível, recorre a conceitos concretos para se referir a fenômenos menos concretos, cuja relação se encontra enfraquecida. Segundo esses autores, é possível organizar linearmente uma escala de abstratização do processo metafórico, estabelecendo uma certa hierarquia entre as categorias envolvidas, já que “cada categoria pode ser conceptualizada por uma das categorias à sua direita, resultando naquilo que (...) chamaram ‘*métáforas categoriais*’” (Neves, 1997: 134):

PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > PROCESSO > QUALIDADE

Além da metaforização, faz-se necessário acrescentar a interveniência da metonímia enquanto um dos fatores responsáveis pela alteração semântica no percurso da gramaticalização. A metonímia é um processo que consiste na ressemantização das formas a partir de uma extensão gradual do uso, ou, simplesmente, uma reinterpretação induzida pelo contexto. É o que acontece, por exemplo, quando o falante recorre a conceitos espaciais para expressar relações temporais. É nesse sentido que Sperber & Wilson (1986) definem a

metonímia como “a manipulação pragmático-discursiva pela qual os conceitos são sujeitos a fatores contextuais na interpretação do enunciado”. (Sperber & Wilson, 1986: 1, apud Neves, 1997: 137). Assim, a gramaticalização deve ser analisada não como uma transição entre unidades discretas e, sim, como uma extensão gradual de usos de uma unidade original.

Embora alguns estudiosos considerem a gramaticalização como dessemantização ou descoramento semântico, em virtude das alterações de sentido que o processo implica, Traugott e König (1991) consideram essa uma visão preconceituosa, já que se nota no processo uma acentuação do significado pragmático. Também Heine *et alii* (1991b) afirmam que “se a gramaticalização, de um lado, pode ser vista como generalização, e (...) como perda de alguns traços semânticos, de outro envolve algum ganho, com novos itens gramaticais representando funções não totalmente encontradas em seus antecessores” (Heine *et alii apud* Neves, 1997: 138).

1.3. PRINCÍPIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Uma das questões que têm merecido considerável empenho por parte daqueles que se dedicam ao estudo da gramaticalização é a busca dos princípios que regem tal fenômeno. Novamente não se detecta uma unanimidade entre os estudiosos, o que já era de se esperar, dada a complexidade do assunto e a multiplicidade de conceitos para língua e gramática.

Lehmann (1982) propôs cinco princípios regentes do fenômeno: *paradigmatização*, *obligatoriedade*, *condensação*, *coalescência* e *fixação*. A *paradigmatização*, segundo o próprio termo já baliza, tem relação com o eixo

paradigmático da língua. É a tendência que as formas apresentam para se organizarem em paradigmas mais ou menos pequenos e homogêneos. Esse princípio já havia sido descrito por Meillet quando ele estudou a aposição e a regência na estrutura da frase. Embora não empregue esse termo, a descrição apresentada evoca-o claramente. A *obligatoriedade* está intimamente relacionada à paradigmaticização, pois, dentro do paradigma, a escolha entre os membros não se dá aleatoriamente, mas está sujeita a regras gramaticais. Pode-se, inclusive, pensar numa dupla *obligatoriedade*, já que, além de sujeição às regras do paradigma, existe também a tendência de as formas se tornarem cada vez mais obrigatórias. À medida que o signo se gramaticaliza, nota-se uma *condensação* de sua forma que tende a se tornar mais curta, ou seja, os constituintes com os quais esse signo pode combinar tornam-se menos complexos. A *coalescência*, também chamada de aglutinação, resulta da justaposição de formas adjacentes. Por fim, a *fixação*, entendida como a tendência apresentada pelas ordens linearmente livres a se tornarem livres.

Ao postular seus cinco princípios de gramaticalização, Hopper (1991) acentua o caráter gradual do fenômeno, uma vez que os princípios apresentados respondem à questão do “mais” ou “menos” gramaticalizado. O autor tem dois objetivos principais ao estabelecer esses princípios. Um é de cunho basicamente utilitário, já que busca “identificar instâncias potenciais de gramaticalização anteriores ao estágio no qual as formas podem, inequivocamente, ser consideradas como parte da gramática da língua” (Neves, 1997: 123). O outro é de natureza crítico-didática, porque busca suplementar a proposta de Lehmann. De acordo com Hopper, tal proposta só é suficiente para explicar formas em estágio já bastante avançado de gramaticalização, quando o fenômeno é inequivocamente reconhecido. *Estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização* são os cinco princípios discutidos por Hopper. A *estratificação* baseia-se na constante

emergência de novas formas. Estas não suplantam imediatamente as formas velhas, mas coexistem com elas, podendo haver até mesmo uma interação. Esse princípio conduz à constatação de que um dos efeitos da gramaticalização é a convivência de formas concorrentes num mesmo recorte sincrônico. A *divergência* pode ser analisada como um caso particular de *estratificação* por também implicar certa convivência de formas: quando há a gramaticalização de uma forma lexical, que passa a um clítico ou a um afixo, a forma original pode permanecer como um elemento autônomo, estando, portanto, sujeita às mesmas mudanças que os itens lexicais comuns. Tanto a *especialização* quanto a *persistência* sofrem influência de processos semânticos que envolvem a gramaticalização. A primeira diz respeito à possibilidade de um item se tornar obrigatório em virtude da redução da possibilidade de escolha determinada pelas diferentes nuances semânticas. A segunda refere-se à persistência de vestígios do significado lexical primitivo, muitas vezes refletido nas restrições sobre o comportamento gramatical do item. O último princípio, a *descategorização*, está diretamente associado ao surgimento de formas híbridas oriundas da redução do estatuto categorial dos itens gramaticalizados.

Os princípios propostos por Lehmann (1982) e Hopper (1991) combinam processos e estágios aos princípios propriamente ditos. Castilho (1997), porém, assegura que apenas quatro princípios são suficientes para dar conta dos estágios de gramaticalização: *analogia*; *reanálise*; *continuidade e gradualismo*;³ e *unidirecionalidade*. A *analogia* foi bastante difundida pelos neogramáticos durante os estudos de mudança fonética. Ela opera no eixo paradigmático e não se baseia na criação de expressões ou estruturas novas. A analogia simplesmente estende regras a itens ainda não atingidos,

³ Embora o princípio da *continuidade e gradualismo* pareça, em primeira instância, admitir uma divisão, o que não permitiria a Castilho reduzir a quatro os princípios da gramaticalização, ele o fez, dado que, na verdade, o gradualismo é uma propriedade da continuidade.

tornando as formas lingüísticas mais uniformes. A *reanálise* é um processo que consiste na mudança, por parte do falante, da percepção de como os constituintes de sua língua estão ordenados no eixo sintagmático. Essa mudança é fruto de uma operação cognitiva, um tipo de raciocínio conhecido por abdução ou inferência. O princípio da *continuidade* e *gradualidade* origina-se de uma propriedade inerente às línguas naturais que é o seu grau permanente de criatividade, desencadeado, principalmente, por necessidades de ordem social. A continuidade da inovação desencadeia uma constante reestruturação das línguas, o que vai ao encontro da teoria da gramática emergente formulada por Paul Hopper. Esse princípio estrutura-se em um ponto que parece constituir uma aceitação unânime por parte dos lingüistas que é o fato de a gramaticalização constituir um processo recorrente, contínuo e interminável, sendo praticamente impossível delimitar com precisão suas fases. Seguramente, identifica-se apenas uma unidade menos gramatical na origem e uma unidade mais gramatical na chegada. O quarto princípio proposto por Castilho resulta do caráter cíclico do fenômeno. Trata-se da *unidirecionalidade* e parte do pressuposto de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida, isto é, a um estágio A deve seguir-se um estágio B, e não o contrário. Vê-se, pois, que não pode haver desgramaticalização.

Por fim, resta considerar os três níveis lingüísticos afetados pela gramaticalização bem como a hierarquia que os rege. Segundo Heine & Reh (1984), os níveis funcional, morfossintático e fonético costumam ser atingidos pelo processo da gramaticalização obedecendo a uma ordem cronológica: os processos funcionais desencadeiam o fenômeno, precedendo os morfossintáticos que, por sua vez, antecedem os processos fonéticos. Por outro lado, pode-se dizer que o fenômeno se desenvolve em *continuum*, uma vez que as alterações num nível se fazem acompanhar de alterações em outros níveis.

CAPÍTULO SEGUNDO

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRATAMENTO DO “ONDE”

PERSPECTIVAS NORMATIVA E DESCRITIVA

Conforme sucinta apresentação no capítulo anterior, percebe-se que a divergência entre a *norma* e o *uso* na língua é bastante remota e que sua história está longe de se tornar clara, uma vez que suas origens são conhecidas tão somente através de fragmentos e citações de documentos antigos ou comentários de autores pós-antigos. Há tempos trava-se uma batalha entre os que acreditavam ser a língua algo natural e, portanto, originária de princípios imutáveis, fora do próprio homem, sendo, por isso, inviolável, e aqueles que a concebiam como uma convenção, resultado do costume e da tradição. Os primeiros defendiam ser o sistema lingüístico regular e esforçavam-se por estabelecer os vários modelos segundo os quais se podiam classificar as palavras regulares da língua. Já os outros sustentavam que a língua, numa concepção naturalista, era apenas parcialmente “susceptível de uma descrição sob padrões analógicos de formação e que se devia dar atenção ao ‘uso’, por mais ‘irracional’ que possa ser” (Lyons, 1979: 07). Ainda hoje as dissidências entre *norma* e *uso* encontram-se em voga e, ao que tudo indica, ocuparão lugar de destaque nos estudos acerca da linguagem humana ainda por algum tempo. Basta, por exemplo, observar a distinção que se estabelece entre gramática *normativa* e *descritiva*. A primeira,

representante por excelência da *norma*, prescreve como o usuário da língua deve falar e escrever e a segunda, expressão do *uso*, descreve como as pessoas falam e escrevem realmente. Tendo em vista a existência de posturas tão distintas no tratamento de um mesmo objeto de estudo, torna-se oportuno analisar as considerações de cada uma, visando a detectar os pontos em que se completam ou mesmo se refutam.

O presente capítulo compõe-se de uma condensação de estudos sobre a partícula ONDE nas perspectivas normativa e descritiva. Como se poderá constatar pela resenha desenvolvida, existem divergências não só entre *norma* e *uso*, mas também no que se refere à própria norma. Os autores normativistas parecem não chegar a um consenso quanto à precisa classificação morfológica do ONDE, o que possibilita aos descritivistas polemizarem sobre as incoerências. Visando exatamente a “uma terminologia simples, adequada e uniforme” (Kury, 1967: 17), em abril de 1957, uma comissão de professores designada pelo Ministério da Educação e Cultura⁴ organizou a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, que entrou em vigor no ano letivo de 1959. A partir de então, na tentativa de se obter uma terminologia padrão, muitos estudiosos parecem ter-se aproximado de uma nomenclatura capaz de melhor atender às necessidades da língua, mas os estudos e até mesmo as argumentações, como se poderá constatar, são ainda pouco consistentes. Como representantes da *norma*, consultaram-se os seguintes autores: Ernesto Carneiro Ribeiro, Eduardo Carlos Pereira, Francisco da Silveira Bueno, Cláudio Brandão, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Domingos Pachoal Cegalla, Evanildo Bechara e Rocha Lima. Já, representando a descrição do *uso*, analisaram-se os estudos de Said Ali, Mattoso Câmara

⁴ A Comissão designada na Portaria Ministerial nº 152/57 era constituída pelos professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha.

Jr., Adriano da Gama Kury, José Rebouças Macambira e Maria Helena de Moura Neves⁵. Contudo, para se evitar anacronismo, faz-se pertinente observar que alguns autores analisados são anteriores à NGB e outros, posteriores.

Os estudos dedicados à partícula ONDE, como se poderá observar, ocupam uma parte irrisória dos textos especializados, sejam eles de caráter normativo, sejam de caráter descritivo. Mas, em meio à disparidade de opiniões, um ponto de interseção facilmente perceptível entre os autores analisados é que o ONDE é, fundamentalmente, um advérbio de lugar. As divergências de classificação surgem basicamente no momento em que o uso estende o campo de atuação da partícula que passa a integrar o plano textual, desempenhando também o papel de conector e recuperador (anafórico) do termo que a antecede. Dada essa semelhança funcional com o pronome relativo, é por muitos autores classificada como tal. Por outro lado, o fato de desempenhar sempre a função sintática de adjunto adverbial faz com que alguns autores mantenham a classificação de advérbio, embora percebam tratar-se de uma especificidade do ONDE, visto que, em nenhum outro contexto, há registro de advérbio substituindo seu antecedente. Na tentativa de uma definição mais precisa, passam, então, a denominar a partícula ONDE de *advérbio relativo ou conjuntivo*. A partir daí, desencadeiam-se as mais variadas análises, o que dá origem às diversas classificações. Excetuando-se algumas alterações de nomenclatura, o ONDE é classificado morfológicamente nas gramáticas normativas de língua portuguesa como *advérbio de lugar*, como *advérbio interrogativo* e como *pronome relativo*. Convencionou-se que essa partícula possui valor locativo e, quando ela cumula na oração o papel de

⁵ Na obra *Gramática de usos do português* (2000), esperava-se que a autora apresentasse os vários usos da partícula ONDE, inclusive os destituídos de valor locativo, já registrados pela língua escrita. Contudo, ela se restringe àqueles referendados pela norma: advérbio circunstancial de lugar e pronome relativo de indicação locativa. Segundo a autora, enquanto pronome relativo, o ONDE emprega-se com ou sem antecedente e nunca se refere a pessoas.

conector e de substituto de um termo antecedente, vem sendo usada para se referir a um espaço ora real, ora virtual. Essa explicação parece ter satisfeito os estudiosos do idioma até o momento. Entretanto, os usos não vêm se encaixando tão perfeitamente neste paradigma, o que conduz a um estudo mais cuidadoso da questão.

Analisando-se inicialmente as considerações de Ernesto Carneiro Ribeiro,⁶ já é possível vislumbrar as primeiras dissidências. Ao negar a necessidade de se subdividir os pronomes, o autor tenta simplificar as classes gramaticais e introduz uma outra nomenclatura: divide os adjetivos em *qualificativos ou atributivos e determinativos ou artigos*, diferenciando os últimos em adjetivos numerais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. Esse quadro, porém, não será aceito posteriormente pelos autores da NGB, que, excluindo da classe os artigos e o numeral, denominam-nos *pronomes substantivos e pronomes adjetivos*. Conforme se vê, a classificação proposta não é capaz de, por si só, resolver o problema de forma homogênea e satisfatória. Não se pode negar, contudo, que o autor já percebia a especificidade de uso do ONDE como um

⁶ Em *Serões Grammaticaes* (1915), Ernesto Carneiro Ribeiro enquadra o ONDE entre os advérbios de lugar, podendo ser real ou virtualmente analisado. Alerta para o fato de que a maioria dos advérbios considerados *de per se*, e o onde enquadra-se entre estes, não passam de expressões ou frases *contractas*, cuja significação é mais ou menos complexa, implicando a idéia do substantivo e do adjetivo, sintetizando, às vezes, até uma proposição. Ribeiro não apresenta o ONDE como um pronome relativo. Na obra em questão, o autor não desenvolve um estudo pormenorizado da classe dos pronomes. Em seu entendimento, a subclassificação dessa classe de palavras em pronomes *pessoaes, possessivos, demonstrativos, relativos ou conjuntivos e indefinidos*, apresentada pela maioria dos gramáticos, é irrelevante, uma vez que cada um deles pode figurar na categoria dos substantivos ou dos adjetivos. Para Ernesto Carneiro Ribeiro (1915: 324), *só merecem essa denominação [pronomes] os geralmente chamados pessoaes*, a que ele denomina simplesmente de pronomes por considerar redundante a expressão pronomes *pessoaes*, já que são *esses os únicos que designam determinantemente os seres pela idéia de sua pessoa* (Idem).

Na interpretação de Ernesto Carneiro Ribeiro, em orações como as que se seguem,

- (1) A cidade *onde* nasci fica no interior e
- (2) A escola *onde* concluí o curso primário foi desativada,

tem-se o advérbio *onde* desempenhando a função de *adjectivo relativo ou conjuntivo*. E, conforme um comentário do próprio autor, essa já era uma nomenclatura adotada no latim para os advérbios *ubi* e *unde*, encontrando-se registros desse uso até mesmo em escritores de maior tomo como Cícero, por exemplo. De acordo com Carneiro Ribeiro, a partícula ONDE, no contexto acima mencionado, é classificada ainda por alguns gramáticos como *advérbio relativo ou conjuntivo*, sustentando eles a pressuposição de um antecedente expresso ou não. Adverte ainda o referido autor para as constantes confusões com o uso indiscriminado do ONDE e suas respectivas combinações, o que vem se tornando recorrente na língua, além de constituir erro muito vulgar.

conector textual de caráter anafórico, tanto que propôs classificá-lo como um *adjetivo conjuntivo ou relativo*. Também Francisco da Silveira Bueno⁷ compartilha da idéia de Ernesto Carneiro Ribeiro de que é desnecessária a nomenclatura de pronomes relativos, pois estes se encaixam no paradigma dos adjetivos determinativos, apresentando como particularidade apenas o fato de estabelecer conexão, mantendo uma relação de substituição com o termo antecedente. Daí sugerir o uso do termo relativo acoplado ao adjetivo determinativo.

Eduardo Carlos Pereira⁸ também aborda a função conjuntiva desempenhada pelo ONDE e parece antever, embora não mencione claramente, a ocorrência das orações

⁷ Francisco da Silveira Bueno (1958), em *Gramática normativa da língua portuguesa*, classifica o ONDE como pronome relativo e afirma que *o uso dos bons escritores estabeleceu certas relações entre o 'antecedente' e o 'conseqüente', que convém conhecer (...)* O relativo 'onde' exige antecedente de coisa: *Lá no céu, 'aonde' ela subiu e 'onde' nosso pai acolheu no seio a sua infeliz filha.* (SILVEIRA BUENO, 1958: 143) Entretanto, os pronomes relativos são apresentados por esse autor não como integrantes de uma classe morfológica como conhecemos hoje, mas como uma divisão dos adjetivos determinativos, uma vez que determinam o substantivo, indicando a relação que se estabelece entre ele e o seu antecedente. Além de pronome relativo, o ONDE aparece também incluso no paradigma dos advérbios de lugar e dos interrogativos, quando o autor afirma que *os mesmos adjetivos e pronomes relativos são usados como interrogativos em frases que encerram pergunta* (SILVEIRA BUENO, 1958: 144).

⁸ Eduardo Carlos Pereira (1958), em sua *Gramática expositiva* (embora utilize a nomenclatura de *Gramática expositiva*, PEREIRA apresenta um trabalho de cunho normativo), enquadra o ONDE entre os advérbios de lugar e afirma que, quanto ao valor sintático, há advérbios *simples* e *conjuntivos*. Aqueles são simplesmente advérbios, ao passo que estes acumulam na frase o papel de conjunção, sendo geralmente classificados entre elas, excetuando-se o ONDE, que possui valor locativo. De acordo com esse autor, assim como os advérbios apresentam subdivisões, também as conjunções, quanto ao valor sintático, dividem-se em *simples* e *adverbiais*. As primeiras são meras conjunções e as últimas conservam seu valor de advérbio. Ao abordar as conjunções subordinativas, afirma que tais conjunções *denominam-se circunstanciais, pois (...) são em geral advérbios que assumem função conectiva* (PEREIRA, 1958: 173).

locativas, desenvolvidas posteriormente por Gama Kury⁹ e Macambira¹⁰. Ao denominar algumas conjunções subordinativas de circunstanciais, por conservarem seu papel de

⁹ Na obra *Novas lições de análise sintática* (1990) que, nos dizeres do próprio autor mantém, grosso modo, a NGB, Adriano da Gama Kury faz referência à partícula ONDE quando trata das orações adjetivas desenvolvidas, mais precisamente, das relativas. Embora advirta que a NGB não adota tal nomenclatura, o autor argumenta sobre a necessidade de fazê-lo, dada a existência de orações que desempenham a função sintática de um adjetivo, mas que são introduzidas por um pronome indefinido, sem antecedente e sempre regidas pela preposição *de*. As orações relativas, como o nome baliza, são introduzidas por um pronome relativo, podendo ou não estar preposicionadas, ou por um advérbio pronominal relativo. Na concepção do autor, o ONDE é um advérbio pronominal relativo porque traz inclusa em seu significado uma preposição, já que, semanticamente, o ONDE equivale à expressão *em que*. Há ainda, na obra em questão, uma referência a essa partícula no comentário de número cento e quarenta e quatro, quando o autor se propõe a estudar as orações locativas. Verifica-se aí a informação de que semelhantes orações não constam da NGB, mas que são uma realidade na língua. Equivalem a um complemento adverbial de lugar e vêm introduzidas pelo advérbio de lugar ONDE, podendo este estar ou não combinado com preposição.

Já em *Português básico* (1990), Gama Kury integra o ONDE no rol dos pronomes relativos invariáveis, embora alerte para o fato de que uma classificação mais acertada seria a de advérbio relativo, alegando o mesmo critério supracitado. Através de uma nota remissiva, Adriano conduz o leitor para as especificidades de alguns advérbios e afirma que *quando significam 'em que', 'a que', 'de que', os advérbios de lugar 'onde', 'aonde', 'donde', pelo fato de incluírem na sua significação o pronome relativo 'que', são também 'relativos', pois têm sempre, como os pronomes relativos, um antecedente a que substituem* (GAMA KURY, 1990: 194). Além das classificações apresentadas, o ONDE pode também ser um advérbio interrogativo introdutor tanto de orações interrogativas diretas, quanto de indiretas. Como tal, assemelha-se aos pronomes interrogativos indefinidos. Cômico da diversidade de classificações dispensada ao ONDE e das possíveis dificuldades que isso possa acarretar, o autor preparou, no final da referida obra, um pequeno glossário de *palavras de classificação variável ou difícil*. Leiam-se as considerações referentes ao verbete:

ONDE – 1. Pron. Rel. (precedido de prep.; = *que, o qual, a qual, os quais, as quais*): O sítio para *onde* vou é de meu tio; Às terras por *onde* andei, prefiro a minha. – 2. Pron. adverbial relativo de lugar (= *em que*): Tenho saudades da terra *onde* nasci. – 3. Adv. de lugar: Meu lugar é *onde* ela estiver. – 4. Adv. interr. de lugar: *Onde* moras?; Desejo saber *onde* está ele. (GAMA KURY, 1990: 304).

¹⁰ Na obra *A estrutura morfo-sintática do português* (1982), Macambira não trata do ONDE quando estuda os

pronomes relativos, o que conduz à conclusão de que não o classifica como tal. As menções à partícula surgem no momento em que o autor desenvolve o estudo dos advérbios que, na sua concepção, estruturam-se em preposição mais substantivo. O advérbio é, pois, um substantivo que contém implicitamente uma preposição; daí, integrar a classe dos nomes no português. Para Macambira, o advérbio divide-se, de acordo com a sua estrutura, em *nominal* e *pronominal*. Este se desdobra em substantivo com pronome, podendo ser demonstrativo, indefinido, interrogativo ou mesmo relativo. Os advérbios relativos *têm sempre como antecedente um substantivo a que se referem* (MACAMBIRA, 1982: 86) e são apenas três: *onde*, *como* e *quando*. O primeiro deles, objeto de atenção deste estudo, tem por antecedente, segundo o autor, um substantivo locativo. Na abordagem dos adjuntos adverbiais de lugar, o advérbio ONDE assume posição de destaque, motivando até mesmo uma quadrinha sintetizadora do adjunto adverbial:

*Adverbial de lugar
É o termo primário onde,
Aquilo que o substitui,
E aquilo que lhe responde.
(MACAMBIRA, 1982 : 318)*

Ao elencar as possíveis respostas à pergunta *onde* e suas respectivas combinações, indicadoras por excelência das circunstâncias de lugar, este autor traz à tona o problema da oração adverbial locativa que não é aceita pela NGB. A partir da análise da oração *Eu trabalho onde há camaradagem*, Macambira discute a necessidade de se incorporar tal nomenclatura à NGB. Em sua visão, a corriqueira classificação de adjetiva cujo antecedente está subentendido é simplista e insustentável. Endossá-la implica atribuir a mesma análise a construções cujo antecedente seja a palavra *quando*. Contudo, ninguém hesita em classificar a oração destacada no período *Eu trabalho quando há camaradagem* como uma adverbial temporal. É incontestável a idéia de circunstância de lugar e tempo, respectivamente, expressa pelas duas orações.

advérbio, Eduardo Carlos Pereira demonstra um avanço bastante significativo para a época. Ainda que não figure na gramática sob a nomenclatura de *conjunção circunstancial locativa*, parece evidente que em uma oração como a destacada no período

(1) O garoto estava tão cansado que permaneceu imóvel *onde o colocaram*,

o ONDE desempenha papel conjuntivo, pois liga a segunda à terceira oração, mas também introduz uma circunstância de lugar.

Segundo Macambira, tudo o que serve para responder à pergunta “Onde?” é um adverbial de lugar. Se se pergunta: “Onde permaneceu o garoto?”, nenhum falante hesitará em responder: “Onde o colocaram”. Assite-se, portanto, à gramaticalização de um advérbio que amplia seu campo de atuação e passa a assumir também uma função conectiva. Nesse contexto, a nomenclatura de *conjunção circunstancial locativa* parece adequada para se aproximar de uma terminologia mais precisa. Essa ampliação funcional experimentada pelo advérbio é inerente a essa classe, conforme atesta Câmara Jr.(1976), ao afirmar que “os advérbios são caracterizados por uma extrema mobilidade semântica e funcional” (p. 123). Cláudio Brandão,¹¹ na tentativa de uma classificação mais profícua para o pronome

¹¹ Na obra *Sintaxe clássica portuguesa* (1963), o autor inicia o estudo sobre os pronomes relativos tecendo uma restrição ao conceito de pronome relativo apresentada por inúmeros autores. Segundo ele, o fato de representar o termo que o precede é não apenas insuficiente, como também tautológica para caracterizar o pronome relativo, uma vez que semelhante função é comum aos demais pronomes. O diferencial ostentado pelo relativo é *servir de vínculo gramatical entre duas orações, e por isso a sua denominação exata deve ser ‘relativo-conjuntivo’*. (BRANDÃO, 1963: 289). Após elencar os pronomes *relativos-conjuntivos*, o autor apresenta o emprego de cada um deles. Conforme Cláudio Brandão (1963: 295), o ONDE é um pronome *relativo-conjuntivo-locativo e equivale a EM QUE, NO QUAL, NA QUAL, NOS QUAIS, NAS QUAIS, isto é, traz em si implícita a preposição EM com sentido local. O seu antecedente, em sentido próprio e em rigor, deve, portanto, indicar lugar. (...) Mais raro é ser o antecedente nome de pessoa*. Existe ainda referência ao uso do ONDE sem significação locativa, o que o torna um simples relativo, mas que vem ordinariamente regido pelas preposições *a, de e por*. Há também nesse estudo um alerta quanto ao bom uso das combinações com o ONDE, tendo em vista as preposições que nelas figuram, a fim de se evitar a *confusão e as impropriedades, às vezes graves, nas quais costumam incorrer ainda os mais conspícuos mestres do vernáculo* (Op. cit. p. 296). Em notas de rodapé, o autor chama a atenção para os mesmos desvios que também são comuns nos compostos de ONDE, quando advérbios, e comenta da frequência que se registra nos clássicos o uso de ONDE, ora como advérbio, ora como relativo, indicando movimento dirigido para certo ponto. Na nota de número três, aborda-se o emprego de ONDE com valor de QUE em função de complemento objetivo, embora seja raro e só ocorra geralmente com o verbo *chamar, quando o antecedente é nome de lugar*. Na nota de número cinco, tem-se um registro dessa partícula na língua antiga usada para exprimir origem e inferência.

relativo, sugere a terminologia de *relativo-conjuntivo*, por introduzir orações, substituindo um termo antecedente com o qual mantém uma relação. Mais uma vez, a solução é parcial. O uso do termo *conjuntivo* busca atender ao plano da conexão textual, mas a expressão *relativo-conjuntivo* parece pouco satisfatória no que tange à morfologia. Assim como já foi ventilado, o ONDE, introduzindo uma oração adjetiva, aparece sempre desempenhando a função sintática de adjunto adverbial. Morfologicamente, o termo que desempenha tal função ou é um advérbio ou uma locução adverbial. Assim sendo, uma classificação mais cuidadosa exigiria também o termo *advérbio*. Nota-se ainda no estudo desse autor, além da referência quanto ao uso mais raro do ONDE com um antecedente de pessoa, um ponto de interseção com os estudos de Adriano da Gama Kury. Cláudio Brandão determina o contexto de ocorrência em que o ONDE é meramente relativo. Segundo ele, não há a obrigatoriedade da significação locativa, mas existe a solidariedade com as preposições *a*, *de* e *por*. Gama Kury também prevê quatro possibilidades de classificação para essa partícula e, da mesma forma que Cláudio Brandão, afirma que, enquanto pronome relativo, o ONDE vem precedido de preposição.

Gladstone Chaves de Melo,¹² faz referência ao uso do ONDE sem um antecedente expresso e denomina tal ocorrência de *condensação sintática*, classificando morfologicamente a partícula como um *relativo indefinido*.

¹² Em *Gramática fundamental da língua portuguesa*, Gladstone Chaves de Melo (1970) inclui o ONDE entre os pronomes relativos *quando equivale a 'em que'* e diz que ele pode mesmo aparecer sem antecedente expresso, o que denomina de *condensação sintática, quando equivale a 'no lugar em que'* (MELO, 1970: 133). Embora não inclua o ONDE no elenco dos advérbios de lugar, o autor deixa entrever tal classificação quando o apresenta como advérbio interrogativo, afirmando que costuma se dar esse nome *aos advérbios de lugar, de tempo, de modo e de causa, que figuram nas interrogativas diretas, caracterizando-as, e quase sempre encabeçando-as* (MELO, 170: 169). Como se pôde perceber pela citação do autor, não se prevê a ocorrência do ONDE introduzindo interrogativas indiretas.

O mesmo afirma Celso Cunha,¹³ no entanto essa argumentação parece pouco consistente.

Em orações como

- (2) Fico *onde* me convém,
- (3) Pôs os embrulhos *onde* a patroa lhe recomendou,

a palavra destacada acumula a função de estabelecer ligação entre as duas orações e ao mesmo tempo de introduzir a circunstância de lugar. Fazendo-se a adaptação sugerida pelos autores e admitindo-se a existência de um antecedente interno, ninguém hesitaria em classificar as expressões *no lugar em que me convém* e *no lugar em que a patroa lhe recomendou* como locuções adverbiais. Portanto, a classificação de *pronome relativo indefinido* é pouco apropriada. A esse respeito, pondera Macambira a impropriedade e até mesmo a ambigüidade de tratamento que a admissão de tal análise implica. Para esse autor, tanto o ONDE, quanto o QUANDO podem figurar no mesmo contexto e não podem, pois, receber classificação e tratamento diferenciados. Em orações como

- (4) Raciocino melhor *onde* há silêncio
- (5) Raciocino melhor *quando* há silêncio,

¹³ Tanto em *Gramática da língua portuguesa* (1990), obra de autoria individual, quanto em *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), uma parceria com Lindley Cintra, Celso Cunha classifica o ONDE como *pronome relativo invariável*, cujo antecedente pode ser um substantivo ou um advérbio, e que exerce sempre a função sintática de adjunto adverbial. Prevê ainda a possibilidade de tal partícula aparecer empregada sem antecedente. Nesse caso, denomina-a de *relativo indefinido*. Segundo o autor, nesses casos de emprego absoluto do relativo, muitos gramáticos admitem a existência de um antecedente interno semelhante à expressão “no lugar em que”. É o que ocorre em orações como:

- (3) Fico *onde* me sinto bem, equivalente semanticamente a
- (4) Fico no lugar em que me sinto bem.

Celso Cunha também classifica o ONDE como um advérbio de lugar e como um advérbio interrogativo que indica circunstância locativa. Nesse caso, pode aparecer introduzindo tanto uma interrogativa direta, em orações como:

- (5) *Onde* estou com a cabeça?, ou mesmo uma interrogativa indireta, em orações como
- (6) *Não sei onde* estou com a cabeça (CUNHA, 1990: 500).

os privilégios de ocorrência são os mesmos. Nessa perspectiva, se se admite a existência de uma expressão (no lugar em que) subentendida na primeira oração, deve-se fazê-lo também na segunda (no momento em que). Da mesma forma que não pairam dúvidas de que a segunda oração expressa uma circunstância de tempo, não se deve titubear quanto à identificação da circunstância de lugar expressa pela primeira. Adriano da Gama Kury também compartilha dessa tese a ponto de defender a necessidade de se incluir na NGB as orações adverbiais não só locativas, como também modais.

Cegalla,¹⁴ ao contrário, não endossa a terminologia de *relativo indefinido* ou mesmo *condensação sintática*, sustentada por Gladstone Chaves de Melo e Celso Cunha. O autor em tela descarta a possibilidade de se classificar o ONDE como pronome relativo quando não há um antecedente expresso. Segundo ele, nesse contexto, essa partícula classifica-se como advérbio: locativo ou interrogativo. Nesse ponto, embora não chegue a explicitar, Cegalla aproxima-se da teoria sustentada por Gama Kury e Macambira no que se refere à existência das orações adverbiais locativas. Ao funcionar como advérbio locativo e introduzir uma oração, a partícula ONDE irá instaurar uma circunstância locativa no contexto, o que pode ser interpretado como um aceno para a nomenclatura de oração adverbial locativa.

¹⁴ Domingos Paschoal Cegalla, em *Novíssima gramática da língua portuguesa* (1994), classifica o ONDE tanto como advérbio, quanto como pronome relativo. É um advérbio de lugar ou mesmo um advérbio interrogativo nas interrogações diretas ou indiretas, referentes às situações de lugar. Já *onde*, como pronome relativo, tem sempre antecedente e equivale a 'em que': *A casa onde moro foi de meu avô* (CEGALLA, 1994: 175).

Enquanto Evanildo Bechara¹⁵ se restringe a classificar o ONDE como um pronome relativo e como um advérbio de lugar, sem ao menos cogitar a possibilidade de ele ser um advérbio interrogativo, Rocha Lima¹⁶ apresenta um posicionamento mais próximo dos estudos de cunho descritivo, na medida em que busca uma análise também de ordem funcional. Ao fazer uso da nomenclatura de *advérbio relativo*, o autor demonstra uma postura bastante comedida. Existe nessa expressão uma afinidade com autores mais normativistas, como Eduardo Carlos Pereira e Ernesto Carneiro Ribeiro, e também com os mais descritivistas, como Adriano da Gama Kury. Assim como Rocha Lima, Eduardo Carlos Pereira já falara do uso de relativos e interrogativos para expressar circunstâncias. Notam-se já no autor lampejos de uma análise de ordem funcionalista, uma vez que este antevê a possibilidade de reanalisar uma classe em virtude de sua mudança de função. Também Adriano da Gama Kury, ao elencar o ONDE entre os pronomes relativos, admite que essa não é a solução que julga mais adequada. Uma terminologia capaz de atender com mais precisão seria a mesma apresentada por Rocha Lima.

Entre os partidários da gramática descritiva, a postura funcionalista na análise da

¹⁵ Em *Moderna gramática portuguesa* (1999), Evanildo Bechara estuda o ONDE entre os pronomes relativos e entre os advérbios de lugar. Não o apresenta, contudo, como advérbio interrogativo. Enquanto pronome relativo, defende o autor que essa partícula exerce sempre a função sintática de adjunto adverbial de lugar e deve ser empregada nas referências a lugar, quando puder ser substituída pela expressão *em que*. Adverte ainda que existe na língua contemporânea uma tendência ao uso indiscriminado de *onde* e *aonde*, bastante recorrente no português arcaico, e que os gramáticos têm-no tentado evitar, *reservando o primeiro para a idéia de repouso e o segundo para a de movimento* (BECHARA, 1999: 487).

¹⁶ Rocha Lima, em sua *Gramática normativa da língua portuguesa* (1999), não inclui o ONDE entre os pronomes relativos e classifica-o como *advérbio relativo* quando *empregado com antecedente, em orações adjetivas* (ROCHA LIMA, 1999: 176). Inclui ainda nessa mesma categoria as palavras *quando* e *como*. Ao abordar a classificação do advérbio, o autor apresenta duas possibilidades para fazê-lo: a primeira, baseada em valores léxico-semânticos e a segunda, balizada por critérios funcionais. É pelo segundo critério que *teremos (...) os relativos (onde, como, quando, etc.) e interrogativos (quando?, onde?, como?)* (ROCHA LIMA, 1999: 290) usados para expressar circunstâncias.

partícula em estudo encontra-se mais cristalizada. Tanto Said Ali¹⁷ quanto Mattoso Câmara¹⁸ admitem que o ONDE não é propriamente um pronome relativo, mas um advérbio de lugar que funcionalmente se comporta como tal. Câmara Jr. demonstra um certo avanço nos estudos, quando sistematiza a idéia da natureza pronominal assumida pelo advérbio locativo. Não há dúvidas de que a natureza pronominal seja inerente a certos

¹⁷ Em sua *Gramática elementar da língua portuguesa* (1965), Said Ali elenca o ONDE entre os pronomes relativos por referir-se, em algumas orações, a um nome mencionado anteriormente e fazer parte de uma nova oração subordinada a esse antecedente. Acrescenta ainda que ele é um pronome *absoluto* ou *substantivo*, já que faz as vezes de um nome substantivo. Já na obra *Gramática secundária da língua portuguesa* (1964) esse autor afirma que *em lugar de “em que”, “de que”, tratando-se de cousas no espaço, empregam-se freqüentemente como pronomes relativos “onde”, “donde”, que são propriamente advérbios de lugar* (grifo nosso) (SAID ALI, 1964 : 64), idéia que também pode ser encontrada em outra obra do autor: *Gramática histórica da língua portuguesa* (1966). Na referida obra, Said Ali faz ainda um estudo diacrônico do ONDE, apresentando-o como um advérbio pronominal. Também nesse estudo, é evidente a idéia locativa assumida por tal partícula. Nos dizeres de SAID ALI (1966 : 185), *para denotar o lugar de presença, e o lugar de procedência, serviram à linguagem antiga os advérbios ‘u’ (latim ‘ubi’), também grafado ‘hu’, e ‘onde’ (latim ‘unde’), podendo ambos fazer as vezes de pronome relativo.*

¹⁸ Em *História e estrutura da língua portuguesa* (1976), Mattoso Câmara Jr. não enquadra o ONDE entre os pronomes relativos. Conforme esse estudioso, o pronome relativo primário da língua portuguesa é o *que*, representante diacrônico de um nivelamento das formas nominativas *qui, quae, quod*, usadas respectivamente para o masculino, feminino e neutro e das formas acusativas *quem, quam e quod*. A exemplo das formas nominativas latinas, também o relativo *que* funciona apenas na oração relativa reportando-se anaforicamente a um nome ou pronome substantivo da oração anterior, podendo ou não vir preposicionado, em decorrência de sua função na oração relativa. Posteriormente, o adjetivo latino *cujo*, de tema em -o, passou também a pronome relativo como complemento de um nome, na construção possessiva *lato sensu*. Juntamente com o *que*, funciona ainda como pronome relativo na língua uma locução constituída da forma *qual* e suas flexões, antecedida de um artigo definido. Por fim, existe o pronome substantivo *quem* que foi adaptado do acusativo latino *quem* e que passou a ser usado também como relativo “*peçoal*” no sistema português.

Ao abordar a classe dos advérbios, Câmara Jr. afirma existirem, em princípio, na língua portuguesa, três tipos básicos de advérbio: os *locativos* e *temporais*, que são de natureza pronominal em virtude de situarem o evento comunicado em relação à posição espacial ou temporal do falante, e os *modais*, sendo estes os únicos que atendem à definição tradicional de advérbio. De acordo com a sua função, o ONDE enquadra-se como um advérbio locativo. Veja-se o que pondera o autor a esse respeito:

Havia uma rica série de advérbios locativos, associados aos pronomes demonstrativos, um a um. (...) Ao indefinido da localização, fundamentalmente como partícula interrogativa, correspondia um sistema assente no radical do indefinido-interrogativo, embora em algumas formas a filiação mórfica já estivesse apagada. Distinguiu-se a situação (ubi), a proveniência (unde) e a direção (quo), essencialmente. (CÂMARA JR. 1976 : 117)

(...) Quanto aos interrogativos, o sistema latino, baseado na oposição entre situação (ubi), direção (quo), proveniência (unde) continuou, mas com substituições de vocábulos. A partícula ubi (...) aparece em português arcaico sob a forma u. Mas predominou afinal a adoção de onde (lat. unde) para a situação, e o recurso às preposições a e de, respectivamente, para com a mesma partícula assinalar a direção e a proveniência (aonde; donde) (Op. cit. p. 120)

Como se pôde perceber pelo trecho supracitado, Mattoso Câmara Jr. classifica o ONDE apenas como advérbio locativo e como advérbio interrogativo.

advérbios locativos, mas esse não parece ser o caso do ONDE, que, por sua natureza circunstancial, parece aproximar-se mais dos advérbios modais, quanto à função, do que dos locativos propriamente ditos. Embora a circunstância expressa seja sempre de lugar, ele não situa o evento comunicado em relação à posição espacial do enunciador, como o fazem outros locativos, como os dêiticos *aqui* e *ali*, por exemplo.

Adriano da Gama Kury também menciona o caráter pronominal do ONDE, mas justifica esse caráter diferentemente do que faz Mattoso Câmara. O caráter pronominal defendido por Kury se associa à já clássica definição de pronome como substituto do nome. Apesar de ser essa uma definição passível de discussão, é aceita pela maioria dos gramáticos e lingüistas e figura em inúmeras obras tanto de cunho normativo, quanto descritivo ou mesmo didático. Em se tratando da partícula ONDE, esse critério de classificação parece mais consistente que aquele defendido por Câmara Jr.

A partir dos estudos de diversos autores acerca da partícula ONDE, torna-se possível sugerir uma nomenclatura morfossintaticamente mais adequada, quando o ONDE introduz uma oração adjetiva. Pelo fato de ser, sintaticamente, no contexto mencionado, sempre adjunto adverbial de lugar, conseqüentemente será no campo morfológico um advérbio. E, por servir de elo entre a oração principal e a subordinada, substituindo o termo antecedente, poder-se-á manter o termo relativo, já usado para se referir ao pronome, no mesmo contexto. Portanto, a nomenclatura de *advérbio relativo* defendida por Rocha Lima e Adriano da Gama Kury parece dar conta das impropriedades verificadas em outras nomenclaturas já discutidas neste capítulo e unificar a terminologia tão divergente.

Por fim, cabe uma última colocação no que tange ao uso dessa partícula como conector textual de caráter não-anafórico. Nesse caso, o ONDE não é empregado para substituir um termo antecedente, mas para introduzir uma oração substantiva e classifica-se

morfologicamente como advérbio, ora locativo, ora interrogativo. Pode-se constatar que na maioria dos autores normativistas existe consenso quanto a essa classificação, que não ocupa lugar nas discussões dos lingüistas. Trata-se de um fato já esperado, pois uma vez que não representa problema não demanda discussão.

CAPÍTULO TERCEIRO

ANÁLISE SINTÁTICO-DISCURSIVA DA PARTÍCULA “ONDE”

PORTUGUÊS DUCENTISTA E PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Para manter-se fiel à norma quanto ao uso da partícula ONDE, na acepção de advérbio ou pronome relativo, deve o usuário da língua empregá-la apenas enquanto elemento de delimitação ou restrição de um termo que pertença à sentença precedente, com referência a lugar real ou virtual. Entretanto, com essa restrita possibilidade de uso, o sistema lingüístico não tem permitido a quem fala ou escreve expressar de forma eficaz aquilo que deseja. Assim, talvez numa busca de maior expressividade, vem-se processando uma reanálise da partícula ONDE, enquadrando-se esta em outros paradigmas que não aquele prescrito pela norma. Dessa forma, constata-se que, no português contemporâneo, o ONDE vem ampliando o seu campo de atuação, passando a operar no plano do discurso, como um elemento discursivo, e no plano textual, como um articulador, estabelecendo uma relação coesiva entre as proposições e deixando de ser apenas um elemento frástico. Além disso, na língua escrita padrão, definida aqui como a modalidade lingüística empregada por jornais e revistas de circulação e respeitabilidade nacional e também por autores de textos acadêmicos e científicos, registra-se ainda uma ampliação no campo semântico-textual, uma vez que essa partícula passa a estabelecer relações que ultrapassam o mero valor locativo

para expressar também um valor temporal e conclusivo. Em textos de escolares,¹⁹ essa ampliação semântica é bem maior e o ONDE passa a estabelecer uma relação de adição, de oposição, de proporcionalidade, de causa, de conseqüência, de tempo ou ainda de mero conector. Vê-se, pois, que na escrita contemporânea, a partícula ONDE passa a estabelecer entre as sentenças dos enunciados relações semânticas e pragmáticas até há pouco não documentadas na escrita padrão.

No entanto, esse uso polissêmico²⁰ que ora vem incorporando o português contemporâneo já se fazia sentir no português ducentista, com a concorrência das formas *u* e *onde*, semanticamente equivalentes. Foi somente em meados do século XV que a preferência crescente pela forma *onde* como pronome-advérbio localizador universal terminou por suplantando a forma *u*, embora esta ainda não estivesse totalmente em desuso²¹. Caso se parta do corte sincrônico para cotejar alguns usos na escala diacrônica, encontrar-se-ão no português ducentista variados valores assumidos pela partícula ONDE. Além do papel *locativo*, ela passa também a estabelecer uma relação de *posse*,²² de *procedência*, de *tempo*, de *instrumento*, de *explicação*, de *causa*, de *adição*, de *fim*, e até mesmo de um mero *pronome relativo*, uma *partícula expletiva* ou mesmo um *operador argumentativo*.

¹⁹ Inicialmente o *corpus* de português contemporâneo dessa pesquisa seria composto por textos de escolares dos níveis médio e superior. Daí o conhecimento acerca do valor da partícula em estudo nesse tipo de texto. Posteriormente, optou-se por analisar somente textos escritos e publicados para que se pudesse construir uma argumentação mais sólida sobre o processo de gramaticalização do ONDE no português contemporâneo.

²⁰ O uso do termo polissemia para caracterizar as ocorrências de ONDE se deve à possibilidade de essa partícula denotar outros sentidos além do locativo, que lhe é historicamente inerente, em função dos diferentes contextos ou mesmo de fatores pragmáticos.

²¹ Para um estudo mais detalhado, consultar BONFIM, Eneida do Rêgo Monteiro. *Variação e mudança no português arcaico: o caso de u e onde. Palavra*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 96-119, 1993.

²² Embora esse uso não tenha sido verificado no texto das Cantigas de Santa Maria, encontram-se registros dessa ocorrência em BONFIM, Eneida do Rêgo Monteiro, op. cit.

Vê-se, pois, que não se trata de uma incidental inovação do sistema lingüístico, mas, no mínimo, da efetivação de um processo de mudança de longa história.

De acordo com Ângela Vaz Leão (2000), uma das explicações para o deslizamento semântico do *onde* do valor locativo para o temporal e o conclusivo é de ordem diacrônica. O valor temporal, mais comum nas ocorrências da forma *u*, é um resquício do uso temporal de *ubi* no latim. Inicialmente de valor locativo, essa forma passa a estabelecer também relação de tempo. A forma *u*, originária do latim *ubi*, manteve essa relação que se estendeu ao *onde*, quando da variação entre os dois localizadores. Um indicador da relação temporal com a locativa pode ser visto hoje no advérbio *logo* que, etimologicamente, provém da palavra *loco*, forma ablativa do substantivo latino *locus*, “lugar”. A forma primitiva do latim era *ilico*, um composto de *in + loco*, no lugar, ali mesmo, que já significava *imediatamente*. No latim vulgar, já se omitia a preposição *in*, usando-se apenas a forma *loco* como advérbio. O fenômeno fonético de sonorização do fonema /k/ em /g/ deu origem à palavra *logo*, usada em primeira instância para indicar tempo e que, mais tarde, ampliada semanticamente, adquiriu nova função gramatical e passou a traduzir uma consequência lógica ou uma conclusão, que também é um fenômeno temporal. Como se pode constatar, a gramaticalização sempre existiu como um dos fenômenos constitutivos da língua. A sonorização e a ampliação semântica justificam a ocorrência da forma *onde* expressando uma conclusão.

A partir dessa breve exposição diacrônica, é possível demonstrar sucintamente como se deu o deslizamento semântico da partícula ONDE que teve como consequência a polissemia dos usos temporal e conclusivo no português trecentista:

Locus, -i = o lugar

Caso ablativo: *loco* = no lugar > '*logo*' = tempo > *logo* = conclusão

Os demais usos verificados no português ducentista e também no português contemporâneo serão avaliados numa perspectiva sincrônica, recorrendo-se a uma análise sintático-discursiva que considere os fatores pragmáticos responsáveis pela escolha de uma forma em detrimento da outra.

O *corpus* que ora começa a ser apresentado foi subdividido em duas partes por retratar épocas distintas da língua. A opção por recorrer à diacronia, embora o presente estudo seja de natureza sincrônica, é uma tentativa de confirmar a hipótese que deu origem a esta pesquisa: o uso polissêmico do ONDE no português contemporâneo não constitui uma inovação lingüística, mas a efetivação de um processo de mudança que se desencadeou há alguns séculos.

A primeira parte do *corpus* visa a apresentar os diversos usos do ONDE no português ducentista e é composta por poemas das *Cantigas de Santa Maria*, cuja autoria é atribuída a D. Afonso X, o Sábio. Esse cancionero é composto de 427 poemas escritos no século XIII, em galego-português. Esse fator pode dificultar em certa medida a leitura e, por esse motivo, na tentativa de facilitar o trabalho do leitor, os fragmentos selecionados para estudo serão apresentados também em português atual, em forma de paráfrase.²³ O critério adotado para a seleção dos poemas foi, obviamente, o da escolha de passagens em que ocorre a partícula em estudo em seus variados usos. Além disso, optou-se por

²³ Justifica-se a paráfrase, uma vez que, numa tentativa de tradução literal, indubitavelmente, muito se perderia da riqueza do texto. Há de se assinalar ainda que as paráfrases apresentadas constituem apenas uma forma de leitura do texto e que não pretendem, evidentemente, ser a única. Ao contrário, acredita-se que pode ser apenas o início de um caminho para outras leituras e interpretações, o que muito contribuiria para o estudo de nossa língua.

apresentar algumas passagens e não exauri-las em toda a obra, já que o objetivo desta primeira parte é tão somente constatar a polissemia do ONDE no português trecentista. Conforme mencionado anteriormente, essa era uma fase em que as formas *u* e *onde* estavam em concorrência, equivalendo-se semanticamente e, por isso, também na seleção, tentou-se, na medida do possível, apresentar as duas ocorrências.

A segunda parte do *corpus* visa a comprovar, no português contemporâneo, a diversidade de usos da partícula ONDE, cujo emprego ultrapassa o valor meramente locativo, proposto pela norma. Essa parte compõe-se de textos escritos em língua padrão, selecionados na imprensa, em textos acadêmicos e na literatura.

3.1. TEXTOS DO PORTUGUÊS DUCENTISTA

3.1.1. COM VALOR LOCATIVO

- | | |
|--|---|
| (1) <i>Pois que foi o monge una santa cidade,</i> | Depois que o monge foi à cidade santa, |
| <i>u Deus por nos morte una cruz prendera,</i> | onde Deus morreu por nós na cruz, |
| <i>comprido seu feito, uren da magestade</i> | cumprindo seu feito, coisa da majestade |
| <i>nen lle veo a mente, uque el prometera;</i> | nem lhe veio à mente o que prometera; |
| <i>mas disse: “Movamos”,</i> | mas disse a sua companhia:: |
| <i>a sa conpania,</i> | ‘Vamos embora, |
| <i>“que gran demorança</i> | que grande demora |
| <i>aqui u estamos</i> | aqui onde estamos |
| <i>bõa non seria</i> | não seria bom |
| <i>sem aver pitaça”.</i> | sem ter comida. |

(Cantiga 09)

Na cantiga 09, encontram-se duas ocorrências do ONDE: no verso 2, ele é a expressão típica do recomendado pela norma, isto é, substitui o sintagma que o precede – *santa cidade* –, desempenhando a função sintática de adjunto adverbial de lugar. Tem, portanto, valor anafórico e locativo. Na segunda ocorrência, verso 8, também o ONDE tem valor anafórico e locativo, uma vez que substitui o advérbio locativo dêitico que o antecede – *aqui*.

No exemplo (2), cantiga 24, embora tenha função anafórica e valor locativo, a partícula ONDE é empregada com antecedente de pessoa, ocorrência pouco prevista pela norma:

(2)	<i>Os crerigos en mui bon son</i>	Os clérigos, bem afinados,
	<i>cantando “Kyrieleyson”,</i>	cantando “Kyrieleyson”,
	<i>viron jazer aquel baron,</i>	viram caído aquele varão,
	<i>u fez Deus demonstraça.</i>	onde Deus fez demonstração.

(Cantiga 24)

Recorrendo-se à substituição da partícula ONDE pelo seu antecedente, recurso muito comum quando se deseja identificar a função sintática do ONDE, ter-se-á: *Deus fez demonstração naquele varão*. O valor locativo é claro, embora o emprego do advérbio locativo *onde* para se referir a um antecedente pessoa não seja previsto pelos gramáticos normativistas. Apenas Cláudio Brandão faz uma tímida referência a essa possibilidade.

- | | |
|--|---|
| <p>(3) <i>Chorando dos ollos seus</i>
<i>muito, foy perdon pedir,</i>
<i>u vyu da Madre de Deus</i>
<i>a omagen; ...</i>

(Cantiga 03)</p> | <p>Chorando muito,
foi pedir perdão
onde viu a imagem da Mãe de Deus; ...</p> |
|--|---|

A ocorrência registrada acima, cantiga 03, é o que Kury chama de *oração subordinada adverbial locativa*. Essa nomenclatura, como esclarece o autor, não consta da NGB, mas é perfeitamente sustentável, dada a evidente função de adjunto adverbial de lugar desempenhada pela oração introduzida pela partícula locativa.

No século XIII, encontravam-se também registros da expressão *em que*, forma ablativa do pronome relativo. A expressão latina *in quo* não podia ser empregada em substituição à forma *ubi*. Num estágio posterior, a forma *unde* invadiu o espaço da expressão *in quo*, passando a substituí-la. Ainda hoje, a norma recomenda essa substituição nos casos em que o *onde* se faz necessário, mas não existe o antecedente locativo.

- | | |
|--|--|
| <p>(4) <i>O meñy' enton da fossa, en que o soterrara</i>

<i>o judeu, começou logo en voz alta e clara</i>
<i>a cantar “Gaude Maria”, ... </i>

(Cantiga 06)</p> | <p>O menino então, da fossa em que o
soterrara o judeu,
começou logo, em voz alta e clara,
a cantar “Gaude Maria”, ...</p> |
|--|--|

O sintagma que precede a expressão *em que – fossa* – expressa lugar. Nesse caso, o poeta poderia ter empregado, caso assim o desejasse, a partícula ONDE (*u* ou *onde*). Optou por empregar uma expressão mais antiga talvez para atender à métrica – caso

Não paira dúvida quanto ao fato de que a forma *u* corresponde à partícula temporal *quando*. Não se percebe nesse contexto resquício de idéia locativa, a não ser na escala diacrônica, como já mencionado anteriormente. Caso o poeta optasse por empregar o advérbio temporal, teria problemas com a métrica. Possuindo a forma *u* também vestígios de valor temporal, o autor optou por empregá-la, já que expressaria a sua intenção comunicativa.

- (3) *Esta é como Santa Maria fez cobrar a Theophilo a* Esta cantiga conta como Santa
Maria reouve o pacto que
carta que fezera cono demo, u se tornou seu vassalo. Theophilo fizera com o demônio,
pelo qual se tornou seu vassalo.

(Cantiga 03)

Nota-se, no fragmento selecionado, não um valor locativo da partícula, mas instrumental: foi mediante o pacto assumido que Theophilo se tornou escravo do demônio. O emprego da forma *u* no título-ementa parece denotar um uso natural da partícula, na busca de se obter uma linguagem mais concisa.

- (4) *Onde lle rogo, se ela quiser,* Por isso peço-lhe, se ela quiser
que lle praza do que eu dela disser que lhe agrade o que eu dela disser
en meus cantares e, se ll'aprouguer, em meus cantares e, se lhe aprouver,
que me dé gualardon com' ela dá que me dê a recompensa como ela o dá
aos que ama; e queno souber, aos que ama; e quem souber disso,
por ela mais de grado trobará. Por ela trovará de melhor grado.

(Prólogo B)

Uma vez mais tem-se o emprego da partícula ONDE destituída de seu valor locativo. Ao introduzir uma estrofe, essa partícula não faz referência anafórica a nenhum elemento no discurso. Não se pode, pois, admitir que possui caráter anafórico evidente. Na tentativa de se parafrasear o texto trecentista, houve-se por bem substituir o ONDE pela expressão *por isso*, instauradora da idéia de explicação. Embora não se descarte a possibilidade de outras atribuições semânticas, acredita-se que essa interpretação também possa ser aceita. O que está em questão no presente estudo não é tanto o valor preciso assumido pela partícula que, por integrar um texto literário, admite mais de uma leitura, mas o fato de o valor locativo não ser identificado no contexto. Esse fato corrobora a polissemia assumida pelo ONDE no português ducentista. Novamente, tende-se a atribuir a esse uso a coerção do ritmo. Como a forma *onde* admitia várias nuances semânticas, era empregada para as mais diversas funções, principalmente quando se tratava de manter a métrica. É provável que o emprego de uma expressão de valor explicativo comprometesse o ritmo.

(5) <i>Ond' avão en Tolosa, en que soya aver</i>	Como havia em Tolosa, hereges
<i>ereges de muitas guisas, que non querian creer</i>	de muitas espécies, que não queriam crer nem
<i>[nen] en Deus nen en sa Madre, ante de chãõ dizer</i>	em Deus, nem em sua Mãe, iam
<i>yan que quen os creya, que o davan por perdido.</i>	dizer, verdadeiramente, que quem neles cria era considerado perdido.

(Cantiga 208)

Assim como no fragmento anterior, a forma *onde* é empregada para introduzir uma estrofe, não possuindo nenhuma relação anafórica com o fragmento precedente. Nota-se a

idéia de causa expressa pelo uso da partícula ONDE. Novamente há de se assinalar que as expressões empregadas no português arcaico para estabelecer causa (*porend*, por exemplo) ultrapassam o número de sílabas poéticas da forma selecionada, o que, provavelmente, determinou a escolha. Também no fragmento apresentado a seguir percebe-se o valor explicativo da partícula ONDE, agora expressa pela forma *u*:

(6) <i>U Deus por Santa Maria / este rogo foi fazer,</i>	Porque Deus, por Santa Maria,
	este pedido atendeu,
<i>o frade que era morto / foi-ss'en pees log'erger,</i>	o frade, que estava morto, logo <i>se</i>
	pôs de pé
<i>e contou ao convento como ss'ouver' a perder,</i>	e contou ao convento como
	esteve na iminência de se perder
<i>se non por Santa Maria, / a que Deus lo deu en don.</i>	se não fosse por Santa Maria, a
	que Deus lhe deu como dádiva.

(Cantiga 14)

(7) <i>Ca muit' é ome sen siso / quen lle de dar algu' é greu,</i>	Porque é muito desajuizado o
	homem que acha difícil dar
	alguma coisa à Virgem
<i>ca o ben que nos avemos, / Deus por ela no-lo deu.</i>	porque o bem que possuímos,
	Deus nos deu por ela.

<i>E por esto non lle damos / ren do nosso, mas do seu,</i>	E, por isso, não lhe damos algo
	nosso, mas dela,
<i>onde quen llo toller cuida / gran sobervia vay fazer.</i>	E quem pretende lhe tirar, fará
	grande soberba.

(Cantiga 35)

É possível identificar no texto o valor aditivo expresso pela partícula ONDE em detrimento do seu valor locativo original. Como já se disse anteriormente, as várias nuances semânticas adquiridas pela forma ONDE no século treze permitiam essa diversidade de usos. No fragmento selecionado, além da influência do fator ritmo, já amplamente ventilada, há ainda a necessidade de se evitar a repetição do conector aditivo *e*, já empregado para introduzir o verso anterior.

(8) <i>Ca tu soa es a que mio podes dar,</i>	Porque apenas tu és a que podes dá-lo a mim,
<i>e porend'a ti o venno demandar;</i>	e portanto a ti venho pedir;
<i>onde, groriosa Sennor, sen tardar</i>	gloriosa Senhora, sem demora,
<i>dá-mio vivo, que aja que ti gracir.</i>	dá-me o vivo, que te agradecerei.

(Cantiga 21)

No texto ducentista, vê-se que a partícula ONDE, que introduz o terceiro verso, não integra a sintaxe da frase, o que permite classificá-la como uma partícula expletiva. Como essa partícula admitia os mais variados valores no português arcaico, era empregada até mesmo como realce. No caso em questão, acredita-se que seu uso não tem valor sintático, mas poético, uma vez que serve para compor a estrutura do poema, integrando-lhe as sílabas poéticas.

- | | | |
|-----|---------------------------------|---|
| (9) | <i>Poren quero retraer</i> | Por isso quero contar |
| | <i>un miragre que oý,</i> | um milagre que ouvi, |
| | <i>ond'averedes prazer</i> | para que tenhas prazer |
| | <i>oyndo-o outrossi,</i> | ouvindo-o também, |
| | <i>per que podedes saber</i> | para que possas saber |
| | <i>o gran ben, com'aprendi,</i> | o grande bem, conforme tive conhecimento, |
| | <i>que a Virgen foi fazer</i> | que a Virgem foi fazer |
| | <i>a un bon religioso.</i> | a um bom religioso. |

(Cantiga 56)

Comparando-se o terceiro e o quinto versos, é possível constatar que a idéia de finalidade encontra-se presente em ambos, embora os conectores empregados não sejam os mesmos. No terceiro verso, o poeta optou pela forma *onde*, ao passo que no quinto verso empregou a expressão *per que*. Através desses usos, vê-se que o emprego do ONDE não se deve à inexistência de uma expressão de finalidade, mas a uma possibilidade lícita no português ducentista. Assim como foi discutido no comentário do exemplo (7), ao recorrer ao uso da forma *onde*, o autor evita a repetição de um mesmo item lexical e também preserva o mesmo número de sílabas poéticas.

- | | | |
|------|---------------------------------|-----------------------------|
| (10) | <i>Pois que a promessa fez,</i> | Depois que fez a promessa, |
| | <i>senpre creceron</i> | cresceram os bichos-da-seda |
| | <i>os babous ben dessa vez</i> | e dessa vez |
| | <i>e non morreron;</i> | não morreram; |
| | <i>mas a dona con vagar</i> | mas a dona muito |
| | <i>grande que y prendia,</i> | se demorava e nisso |

<i>d'a touca da seda dar</i>	sempre se esquecia
<i>senpre ll'escaecia.</i>	de dar a touca de seda.
<i>Por nos de dulta tirar...</i>	Para tirar-nos a dúvida...
<i>Onde ll' avÃo assi</i>	E nisso, aconteceu que
<i>ena gran festa</i>	na grande festa
<i>d'Agosto, que vÃo y</i>	de Agosto, quando veio
<i>con mui gran sesta</i>	diante da imagem rezar,
<i>ant'a omagen orar;</i>	durante a hora de mais calor,
<i>e ali u jazia</i>	e ali onde fazia suas preces,
<i>a prezes, foi-lle nenbrar</i>	foi-lhe lembrar
<i>a touca que devia.</i>	a touca que devia.

(Cantiga 18)

Observam-se, no fragmento selecionado para análise, duas ocorrências da partícula em estudo: uma no primeiro verso da segunda estrofe, a forma *onde*, e outra no sexto verso também da segunda estrofe, agora sob a forma *u*. A primeira ocorrência funciona como um marcador conversacional, possuindo não apenas a função conversacional de introduzir uma nova unidade comunicativa, mas também função textual, uma vez que funciona como uma partícula seqüenciadora do texto. Já a segunda ocorrência, dependendo da interpretação, pode estabelecer uma relação locativa, ou ainda uma relação de temporalidade, pois é possível também ler o texto ducentista atribuindo à forma *u* o valor temporal que lhe é também próprio: *e ali quando fazia suas preces...*

- | | |
|--|--|
| (11) <i>Vencer dev'a Madre daquel que deitou</i> | Deve vencer a mãe daquele que expulsou |
| <i>Locifer do Ceo, e depois britou</i> | Lúcifer do Céu, e depois destruiu |
| <i>o ifern'e os santos dele sacou,</i> | o inferno e sacou de lá os santos, |
| <i>e venceu a mort'u por nos foi morrer.</i> | e venceu a morte que por nós morreu. |
- (Cantiga 27)

Em (11), tem-se o registro da forma *u* sendo empregada com o valor de pronome relativo. Sua função é de recuperar o termo substantivo que a antecede – *morte* –, exercendo na oração por ela introduzida a função sintática de objeto direto interno. Não há evidência de valor locativo algum. Contudo, caso o autor optasse por empregar o pronome relativo *que*, a métrica não ficaria prejudicada, como já aconteceu em outros contextos. Ao que tudo indica, a preferência pela forma *u* denota uma tendência do português arcaico para o uso polissêmico dessa partícula que pode ter sido feito impulsivamente.

3.2. TEXTOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

O uso polissêmico da partícula ONDE não é exclusividade do português ducentista. Embora as ocorrências polissêmicas não sejam tão abundantes quanto no século treze, também na contemporaneidade podem ser constatadas. Na oralidade e também nas redações de escolares, são mais perceptíveis os diversos papéis desempenhados pelo ONDE, mas nos textos escritos em linguagem culta essa diversidade não deixa de ser registrada, ainda que de forma não tão significativa. As ocorrências mais frequentes são aquelas em que a partícula desempenha valor locativo, conforme prescreve a norma, mas já se encontram registros de outros usos e isso só vem validar a hipótese de que está

instaurado, no estágio atual da língua portuguesa, um processo de gramaticalização da partícula ONDE, que amplia o seu campo de atuação e assume outros valores que não apenas o locativo.

As ocorrências no português contemporâneo foram selecionadas obedecendo a uma tipologia textual preestabelecida. Os textos foram distribuídos em três blocos, de acordo com o objetivo de cada um deles. O primeiro bloco é composto de textos da imprensa, usados não só para veicular informações, como também para conseguir a adesão do interlocutor, visando a vender algum produto ou idéia. O segundo bloco constitui-se de textos acadêmicos, cujo objetivo é comunicar o resultado de um trabalho ou pesquisa ou mesmo difundir determinadas idéias no universo da academia. Ao terceiro bloco, couberam os textos literários, incluídas neles letras de músicas.

3.2.1. TEXTOS DA IMPRENSA

Sírio Possenti (1998) defende que o ensino de língua portuguesa seria muito mais proveitoso se a escola propusesse como padrão a ser atingido pelos alunos a língua escrita dos jornais ou textos científicos, ao invés de espelhar-se na literatura antiga. Essa tese expressa a preocupação de alguém cômico das mudanças por que passa o idioma e também da necessidade de se desenvolver a habilidade de empregar a língua enquanto sincronia. Elegeu-se a língua da imprensa e também dos textos científicos, porque são modalidades textuais em que se nota uma preocupação com uma linguagem mais elegante, bastante próxima do padrão. Alguns jornais e revistas de circulação nacional impõem sua respeitabilidade não só pelo tratamento dispensado ao fato, mas também pela forma de linguagem utilizada, já que seus interlocutores são, em sua maioria, pessoas com um grau

de escolaridade razoável que, em virtude disso, utilizam uma linguagem mais próxima do padrão e, além do mais, vivem em uma sociedade em que se reservam o direito de não dominar a língua padrão, mas exigem de seus representantes e daqueles que ocupam determinados cargos ou posições essa habilidade. Dessa forma, nota-se na linguagem da imprensa uma preocupação com uma forma lingüística mais cuidada, mais em consonância com um padrão gramatical, o que lhe confere credibilidade para constituir uma amostragem da língua padrão contemporânea.

3.2.1.1. COM VALOR LOCATIVO

Sendo o estabelecimento da relação locativa o uso referendado pela norma, é o que se encontra em maior facilidade nos textos escritos em linguagem padrão. O emprego da partícula ONDE cumulando as funções de articulador e de substituto de um antecedente, real ou virtualmente localizado, é muito comum nas publicações contemporâneas. Conforme se pôde constatar no capítulo segundo, essa prescrição figura em nossas gramáticas normativas já há bastante tempo. É o que se pode chamar de uso tradicional da partícula. Ainda entre os usos recomendados pela norma, encontra-se o advérbio interrogativo em interrogações diretas ou indiretas e o emprego da partícula sem um antecedente expresso. Os exemplos inicialmente arrolados abaixo são todos ilustrativos desses usos consagrados pela norma.

Em seguida, passar-se-á à apresentação das ocorrências que, embora figurem em uma linguagem tida como padrão, não são mencionadas pelas gramáticas normativas de língua portuguesa.

- (1) *Para quem está em uma região em crise, **onde** o desemprego está crescendo, o índice cresce, ora bolas, não cai como mostram as estatísticas do governo e do Dieese.*

(ABRANCHES, Sérgio. Pessimismo econômico. *Veja*. São Paulo, n. 28, p. 122, 12 jul. 2000)

A partícula ONDE é, morfologicamente, um advérbio relativo de lugar e substitui o sintagma antecedente: *em uma região em crise*. É possível fazer a substituição na oração relativa introduzida pela partícula (O desemprego está crescendo *em uma região em crise*) e não paira dúvida quanto à função sintática de adjunto adverbial de lugar por ela desempenhada.

- (2) *Pois o pára-quadras flutuou perfeitamente no ar sobre o Parque Nacional Kruger, na África do Sul, **onde** Nicholas efetuou seu salto experimental.*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 28, 12 jul. 2000)

Nesse exemplo, nota-se uma certa particularidade em relação ao que prescreve a norma. Alguns autores, que preferem classificar morfologicamente o ONDE como um pronome relativo, afirmam que este deve recuperar o termo imediatamente precedente. Na frase acima, existem dois adjuntos adverbiais, sendo o segundo especificador do primeiro. A expressão recuperada não é, em primeira instância, *África do Sul*, mas *Parque Nacional Kruger*. A expressão adverbial especificadora foi retomada como consequência, mesmo sendo o termo mais próximo. Vê-se, portanto, que nem sempre a expressão retomada é, necessariamente, a mais próxima.

- (3) *De saio típico, o eterno James Bond ajoelhou-se aos pés da rainha e virou um quase impronunciável sir Sean em cerimônia em Edimburgo, **onde** nasceu.*

(Veja. São Paulo : Abril, n. 28, 12 jul. 2000)

Assim como no exemplo (1), tem-se o emprego típico da partícula ONDE para substituir um termo antecedente de natureza locativa (Nasceu *em Edimburgo*).

(4) *O conselho é bom para o trabalhador brasileiro, que poupa menos que o americano e, principalmente, vive num país **onde** contar só com os benefícios do governo é algo impensável.*

(Veja. São Paulo : Abril, n. 28, 12 jul. 2000)

A partícula ONDE substitui o substantivo que a precede, *país*, desempenhando uma função de adjunto adverbial de lugar. Mas, ao construir a semântica da frase, o leitor deverá ativar seus esquemas mentais e interpretar que o país do trabalhador brasileiro é o Brasil. Dessa forma, semanticamente, a partícula ONDE substitui o substantivo Brasil que foi apenas sugerido pelo adjetivo pátrio correspondente. Ao se fazer a substituição do advérbio relativo pelo termo antecedente, não se constrói a frase *Contar só com os benefícios do governo é algo impensável num país*. Essa generalização dá a idéia de um país qualquer. Pelo contexto, percebe-se que nos Estados Unidos não se verifica o desamparo por parte do governo para com os aposentados. É isso que leva à reconstituição da frase assim: *Contar só com os benefícios do governo é algo impensável no Brasil*.

(5) *É compreensível que nas Forças Armadas, **onde** são soberanos os valores da hierarquia e da disciplina, ainda perdure - mas precisavam nos mandar primeiros da classe, e bons alunos, como esses?*

(TOLEDO, Roberto Pompeu de. Que venha a turma dos bancos do fundo. *Veja*. São Paulo, n. 03, p. 142, 19 jan. 2000)

Embora seja possível substituir o advérbio relativo ONDE pela expressão antecedente e obter-se um adjunto adverbial de lugar, *Nas Forças Armadas são soberanos os valores da hierarquia e da disciplina*, *Forças Armadas* não é um lugar físico, mas uma instituição. Trata-se, portanto, de um lugar virtual. O uso da expressão *em que*, recomendado pela norma, nesse caso, não acarretaria mais fluidez ao discurso, pois a partícula ONDE, talvez por ser menor e já trazer inerente a idéia locativa, expressa com mais propriedade aquilo que se deseja.

(6) *Em todos os lugares, em todas as épocas, sempre houve quem achasse mais fácil tomar dinheiro do que fazer dinheiro. A política não é, definitivamente, uma esfera da vida onde deveríamos procurar pela virtude.*

(LANDRES, David. A ética da riqueza. *VEJA*. São Paulo, n. 12, p. 11, 22 mar. 2000)

O advérbio relativo ONDE substitui a expressão *esfera da vida*, que não constitui um lugar, mas um intervalo de tempo. Defronta-se com um emprego em que se pode até considerar o antecedente como um lugar virtual, pois o termo desempenha a função de adjunto adverbial de lugar. Mas já se verifica uma proximidade com a idéia de tempo. Ocorre, principalmente na oralidade, o uso de expressões de lugar para precisar o tempo. É o que se observa em orações como *Estou a duas horas do meu destino*. No exemplo (6), parece que se deu o inverso, ou seja, partiu-se de um intervalo de tempo para se indicar um lugar. Mais uma vez, o ONDE expressa com propriedade a intenção do locutor de determinar um lugar específico.

(7) *A maior surpresa da lista da OMS refere-se aos Estados Unidos, que ocupam a 24ª posição, atrás de países mais pobres, como Grécia e Espanha. A explicação do fenômeno pode ser encontrada nos bolsões de pobreza do país, **onde** as condições sanitárias são precárias e a violência é alta.*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 24, 14 jun. 2000)

Substituindo-se o advérbio relativo pela expressão precedente, tem-se a oração:

Nos bolsões de pobreza do país, as condições sanitárias são precárias e a violência é alta.

Não há dúvida de que a expressão *nos bolsões de pobreza do país* desempenha a função sintática de adjunto adverbial de lugar. Contudo, não é um lugar real, físico, mas um lugar virtual, uma parte isolada do todo. Por ser tão nítida a idéia locativa assumida pela expressão, o usuário da língua opta pela partícula que proporcionará essa relação com maior eficácia.

(8) *Até agora, apesar da marcação cerrada, a atriz Luana Piovani, 23 anos, recusou todos os convites para posar nua. Mas falta pouco. Na maratona de fotos que vem fazendo para reforçar o pé-de-meia da temporada em Nova York, **onde** pretende viver os próximos dois anos, Luana esconde cada vez menos. A sessão mais recente foi um ensaio para a edição de 25 anos da revista *Vogue*, **onde** aparece de biquíni e blusinha transparente.*

(VEJA. São Paulo Abril, n. 24, 14 jul. 2000)

No exemplo apresentado, nota-se a concomitância de usos do ONDE para se referir a um lugar real (Nova Iorque) e a um lugar virtual (ensaio para a edição de 25 anos da revista *Vogue*). É possível ainda cogitar uma tendência do português contemporâneo ao uso expressivo da partícula ONDE como um elemento de conexão textual, pois em um texto de apenas cinco linhas o autor optou por empregá-la por duas vezes.

O uso da expressão *em que*, já registrado no português ducentista como forma ablativa do pronome relativo e recomendada pela norma nos casos em que se tem a necessidade de indicar uma idéia locativa, mas o antecedente não é um lugar real ou virtual, ainda é registrado na contemporaneidade. Mas os usos contemporâneos são mais freqüentes em contextos em que o emprego da partícula ONDE também seria lícito.

(9) *A Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão das Nações Unidas, divulgou na semana passada um relatório em que leva em conta o tempo de vida saudável da população.*

(VEJA, São Paulo: Abril, n. 24, 14 jun. 2000)

Apesar de a idéia expressa pela expressão *um relatório*, que antecede o *em que* ser de lugar, não se optou pelo uso de ONDE. Convém observar que esse período é parte integrante do mesmo texto do qual foi retirado o exemplo (7). A opção, nesse caso específico, parece ser oriunda da tentativa de se evitar a repetição. Como era lícito o emprego das duas formas, usou-se ora uma, ora outra.

(10) *Com isso o Brasil deixou a lanterna entre os 130 países em que a HP opera para se transformar em um dos mais rápidos do mundo.*

(EXAME, São Paulo : Abril, n. 10, 17 mai. 2000)

Em (10), de acordo com a norma, tanto seria lícito o emprego do advérbio ONDE, como o da expressão *em que*. O autor optou pela segunda alternativa, mesmo sendo, aparentemente, a menos usual. Contudo, a julgar pelos textos publicados pela imprensa, notam-se indícios de que, embora os manuais de redação recomendem que se restrinja o uso da expressão *em que* apenas aos contextos nos quais o *onde* não puder ser empregado, impera hoje o estilo individual. Cada produtor de texto recorre ao uso que lhe parece mais

eficaz para sua intenção, ou mesmo mais audível. O exemplo que se segue mostra isso. A expressão *em que* não é obrigatória no texto, já que seu antecedente – *país* – permite o uso do advérbio *onde*.

(11) *Para o japonês, os tempos que correm não têm sido fáceis. Qualquer um com menos de 50 anos, no Japão, cresceu num país **em que** os salários dobram a cada década e o emprego era vitalício.*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 29, 19 jul. 2000)

Outro uso bastante recorrente nos textos escritos é o também clássico emprego do ONDE como um advérbio interrogativo locativo:

(12) ***Onde** passa o cordão de isolamento econômico que separa o pobre do não-pobre e o rico do não-rico?*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 28, 12 jul. 2000)

O uso do advérbio interrogativo ONDE visa a suscitar a idéia de que existe um lugar preestabelecido como o limite entre a pobreza e a riqueza. De fato, esse lugar, no sentido real da palavra, não existe. O que há é, na verdade, uma série de fatores, toda uma conjuntura responsável pelo estabelecimento desses limites.

(13) *O critério para a escolha de ministros do STF chega a ser absurdo. O chefe de um Poder nomeia os membros da cúpula do outro. **Onde** fica a independência e harmonia entre eles, garantida pelo artigo 2º da Constituição?* (SILVA, Antônio Álvares da. Eleições de juízes, por que não? *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jun. 2000)

A preferência pelo uso do advérbio interrogativo ONDE é motivada, mais uma vez, pela idéia locativa que a partícula expressa. O autor questiona a respeito da inexistência

de uma democracia no que toca à escolha dos ministros para o Supremo Tribunal Federal. Obviamente, não se busca um lugar físico, real, mas um ponto de intersecção, um lugar virtual. Não se percebe, na oração, a presença latente do substantivo *lugar*, como acontece em (11). A relação que se estabelece entre os dois enunciados parece ser muito mais de modo que de lugar, propriamente dito : *Como fica a independência e harmonia entre eles, garantida pelo artigo 2º da Constituição?*

Registra-se ainda na linguagem da imprensa uma outra situação em que a partícula ONDE cumula a função de conector, mas sem necessariamente substituir o termo antecedente. É usada para introduzir uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Muitos gramáticos apresentam registros dessa ocorrência quando afirmam que esse tipo de oração pode ser introduzido por conjunção integrante, pronome indefinido ou advérbio.

(14) *Logo se soube que o projeto com o pedido de suplementação de verba enviado ao Congresso por FHC fora assinado por sessenta deputados paulistas – entre eles doze do PT, justamente o partido que pedia a condenação do presidente por não saber **onde** coloca sua assinatura.*

(VEJA. São Paulo: Abril, n. 29, 19 jul. 2000)

O advérbio locativo ONDE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta e admite o uso de um substantivo indicativo de lugar anteposto a ela: *por não saber em que local coloca sua assinatura*. Nesse caso, o pronome ONDE vem imbuído da idéia locativa, funciona como conector entre as orações, mas não tem natureza anafórica, como se percebe no exemplo que se segue:

(15) *Fomos à Etiópia ver onde nasceu a bebida que o Brasil ama.*

(VEJA. São Paulo: Abril, n. 29, 19 jul. 2000)

Temos um período composto por quatro orações: a primeira (Fomos à Etiópia) é principal em relação à segunda (ver), uma adverbial final reduzida de infinitivo e também principal em relação à terceira (onde nasceu a bebida) que sintaticamente é seu objeto direto, mas que também é a oração principal da terceira (que o Brasil ama) a qual funciona como um adjunto adnominal, restringindo-lhe o sentido. Trata-se, portanto, de uma oração adjetiva. É interessante notar que, nesse período, embora o faça de uma forma diferente do que acontece nas orações adjetivas, o ONDE não deixa de substituir o substantivo que o precede, ou seja, Etiópia. *A bebida que o Brasil ama nasceu na Etiópia.* Na verdade, existe a substituição do termo precedente e também a referência locativa. Temos aqui a partícula ONDE desempenhando uma tríplice função: conectar orações; substituir um termo da oração principal, mas que não a precede imediatamente; e balizar uma relação de lugar. Como se pôde examinar, tanto em (14) quanto em (15) tem-se a partícula ONDE funcionando também como elemento introdutor de uma oração subordinada substantiva objetiva direta. A diferença entre as duas ocorrências reside tão somente no fato de que, embora o contexto seja o mesmo, em uma delas a partícula possui valor anafórico e na outra não.

O próximo exemplo é, de certa forma, curioso. Apesar de os gramáticos cogitarem a possibilidade de as orações substantivas serem introduzidas também por um pronome indefinido ou um advérbio, só se encontram nas gramáticas registros de orações predicativas introduzidas por conjunção integrante. No exemplo que se segue, tem-se uma oração predicativa não introduzida pelas conjunções integrantes *que* e *se*:

- (16) *'De fato, essa região foi **onde** os navegadores europeus tiveram o primeiro contato com o café', conta Kebede Beyene, historiador e professor de História Natural da Universidade de Adis-Abeba.*

(SUPER INTERESSANTE. São Paulo : Abril, n. 07, jul. 2000)

Analisando-se apenas o fragmento *essa região foi onde os navegadores europeus tiveram o primeiro contato com o café*, tem-se a partícula ONDE empregada após um verbo de ligação, o verbo ser. Nesse caso, segundo prescreve a norma, a oração seguinte é uma predicativa. Caso se substitua a oração por um termo substantivo, por exemplo, *essa região foi o berço do café*, não restará nenhuma dúvida de que a expressão *o berço do café* funciona como predicativo do substantivo *região*. Vê-se, portanto, que, embora não haja registro desse uso nas gramáticas de língua portuguesa, ele ocorre na língua. O falante selecionou o advérbio ONDE para introduzir a oração predicativa justamente devido à idéia locativa que lhe é inerente. O fato é que ou se cogita a possibilidade de uma oração predicativa aparecer introduzida por um advérbio locativo ou então se admite que o advérbio locativo, em algumas situações, funciona como conjunção integrante, o que implica admitir a gramaticalização do advérbio em conjunção.

Também Gilberto Dimenstein, articulista do jornal Folha de São Paulo, em um artigo intitulado *Por que o diploma é uma bobagem*, recorreu a um uso semelhante ao que acabou de ser apresentado:

- (17) *O prazer da pesquisa é **onde** se estabelece a diferença entre quem quebra a cara e quem prospera.*

(DIMENSTEIN, Gilberto. Por que o diploma é uma bobagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1999)

É fato que tanto a ocorrência apresentada no exemplo (16) como esta têm uma linguagem mais próxima da oralidade. Entretanto, isso não invalida a análise, pois há de se considerar que todo o processo de mudança se desencadeia na língua falada para posteriormente incorporar a língua escrita. Além disso, se já figuram em textos escritos é porque a mudança já se sagrou. Os mais puristas reformulariam o período de Dimenstein assim: *É no prazer pela pesquisa que se estabelece a diferença entre quem quebra a cara e quem prospera*. O prazer pela pesquisa torna-se um marco para se estabelecer quem vence e quem é derrotado. É tomado pelo produtor do texto como um lugar virtual, daí selecionar a partícula ONDE, quando poderia ter optado por outras formas de estruturar o período. Alguns normativistas, adeptos da condensação sintática, justificariam o uso apoiando-se no argumento de que existe subentendida a palavra lugar, ou qualquer outra semelhante, antes da partícula em estudo: *O prazer da pesquisa é o lugar (o ponto) onde se estabelece a diferença entre quem quebra a cara e quem prospera*. Contudo, já se discutiu quão simplista é essa proposta no capítulo segundo e, por isso, optou-se por admitir que se tem novamente a partícula ONDE sendo usada para introduzir uma oração predicativa.

Apesar de o fenômeno da condensação sintática não ser satisfatório para explicar alguns casos, há ocorrências em que se faz mister admitir a latência da palavra lugar ou de qualquer outra semanticamente semelhante, como se pode observar no exemplo abaixo:

(18) *É muito fácil se perder nesta loja que é um labirinto. Em dez minutos, não se sabe mais por **onde** se entrou e em que direção fica a saída.*

(VEJA. São Paulo: Abril, n. 28, 12 jul. 2000)

O uso da partícula ONDE, indicativa de lugar, parece ser a única possibilidade de o falante expressar de forma precisa o que deseja. Percebe-se, até com certa facilidade, a

omissão do substantivo indicador de lugar: *não se sabe mais por que lugar se entrou*, ou *por que porta se entrou*. O importante é que, qualquer que seja a substituição, a idéia locativa é muito forte, o que praticamente impele ao emprego da partícula ONDE. Registra-se ainda no exemplo o uso da expressão *em que* (*em que direção fica a saída*), inadmissível, para efeitos de clareza, no primeiro uso. Como era perfeitamente plausível no segundo e, para evitar a repetição do mesmo item lexical, não recomendável em um texto, o produtor optou por usar uma expressão semanticamente equivalente. Nesse caso, o falante conseguiu expressar com eficiência sua intenção sem ter que recorrer à redundância.

Ainda no que se refere ao uso do ONDE sem um antecedente expresso, observe-se:

(19) *A tempestade chegou mais cedo e as nuvens vieram de **onde** ninguém esperava.*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 03, 19 jan. 2000)

Mais uma vez a idéia locativa expressa pela partícula ONDE é evidente: *as nuvens vieram de um lugar que ninguém esperava*. Também nesse caso a escolha pela expressão *em que* geraria uma frase agramatical. Vê-se, portanto, que nem sempre a substituição de *onde* por *em que* torna-se possível em nosso sistema lingüístico e o falante, mesmo sem saber explicar as regras, faz a opção mais viável.

Dentre os usos do ONDE com valor locativo, é muito recorrente o emprego dessa partícula com valor anafórico. Na maioria das ocorrências, ela recupera um termo já presente no discurso. Registra-se também, na língua, o uso da partícula com valor catafórico, ou seja, como um elemento de progressão textual:

(20) *Profissionais se constroem com bases sólidas.*

*Venha para **onde** está o futuro.*

Faça o vestibular Unit

Centro Universitário do Triângulo

Ligue grátis 0800 34 23 90

(Outdoor afixado nas cidades próximas a Uberlândia, jul. 2000)

É evidente a idéia locativa expressa pela partícula ONDE. O que se nota de particularidade nesse uso é justamente o valor catafórico, que impele o leitor a avançar no texto. Ninguém é capaz de descobrir que o futuro está na Unit, se não continuar a leitura. Esse uso constitui, inclusive, um dos recursos argumentativos utilizados pelo produtor do texto. Diante de um mercado de trabalho competitivo como o que existe hoje no país todos encontram-se ansiosos acerca de conhecer o futuro e, principalmente, de se engajar nele.

3.2.1.2. VALORES NÃO-LOCATIVOS

Conforme se comentou na análise do exemplo (19), na grande maioria dos usos o falante age impulsivamente. Algumas vezes, porém, ele é traído pela intuição e opta pelo emprego da partícula ONDE em virtude da proximidade com o termo substantivo antecedente, embora não seja este o núcleo do sintagma. Esse é um procedimento já legalizado no sistema lingüístico, principalmente quando se trata da concordância. Talvez por analogia com a concordância atrativa e também com a recorrência do uso da partícula para substituir o termo que a antecede de forma imediata, o produtor do texto passa a valer-se desse recurso. É o que se verifica no exemplo que se segue:

(1) *Em 1999, a jogadora Ana Paula, 27 anos, deu uma guinada na vida: trocou o vôlei de quadra pelo de praia, onde disputa na primeira semana de fevereiro, com a parceira Jacqueline, o campeonato mundial no Espírito Santo.*

(VEJA. São Paulo : Abril, n. 03, 19 jan. 2000)

O termo que antecede imediatamente o ONDE é o substantivo *praia*, o que provavelmente tenha feito com que o falante optasse pelo uso do elemento ONDE para estabelecer a conexão entre as orações. Na intuição do falante, a partícula ONDE tem valor locativo e substitui a expressão *na praia*. Na verdade, a jogadora Ana Paula vai disputar uma nova modalidade esportiva: o vôlei de praia. Caso se proceda a uma reestruturação, a fim de classificar sintaticamente o termo *vôlei de praia*, a oração pode ser reconstruída da seguinte maneira: *Na primeira semana de fevereiro, no Espírito Santo, a jogadora Ana Paula disputará, com a parceira Jacqueline, na categoria vôlei de praia, o campeonato mundial*. Nesse contexto, o verbo disputar funciona como bitransitivo²²: *na categoria vôlei de praia*, uma modalidade esportiva, é o objeto indireto e *o campeonato mundial*, o objeto direto. Não há uma referência locativa capaz de motivar a opção pelo ONDE. Ao fazê-lo, o falante deixou-se influenciar pelo termo mais próximo, *praia*, e também pela preposição *em* que introduz o sintagma.

(2) *“Durante a semana, vamos tentar realizar atividades com o objetivo de integrar novos estudantes. O concurso de fotografias, por exemplo, é uma oportunidade de professores, alunos e funcionários participarem de uma atividade conjunta, onde todos podem ensinar algo”, afirma a professora*

²² Encontra-se registro dessa predicação em LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 4 Ed. Ática: São Paulo, 1996.

*Diana Helena Pozzi, uma das organizadoras da recepção aos calouros.
Ainda não está definido o regulamento do concurso.
(FOLHA DE SÃO PAULO. 17 fev. 2000. Caderno 03, p. 05)*

Esse exemplo é um caso típico do que, segundo a norma, deveria se empregar a expressão *pela qual* (variação de *em que*) substituindo o *onde*, pois a expressão antecedente (*atividade conjunta*) não é um lugar. O uso do ONDE pelo produtor do texto se deve à possibilidade de substituição no período: *nessa atividade conjunta todos podem ensinar algo*. De fato, apesar do uso da preposição *em*, bastante usada nos adjuntos adverbiais de lugar, a idéia estabelecida é muito mais instrumental que locativa, ou seja, *é através dessa atividade conjunta que todos poderão ensinar algo*. A atividade conjunta será o meio que possibilitará a integração de todos, e não o lugar, como parece à primeira vista. Tem-se aqui um uso já registrado no século treze: o ONDE com valor instrumental e, não, locativo.

Outro uso registrado em textos da imprensa e que foge ao prescrito pelas gramáticas normativas é o emprego do ONDE com antecedente temporal:

(3) *A democracia é uma prática recente nos países europeus, que provém de uma longa e complicada engrenagem social desenvolvida na Idade Média, onde havia de tudo, menos liberdade popular.*

(SILVA, Antônio Álvares da. Eleições de juízes, por que não? *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jun. 2000)

O produtor do texto, ao empregar o ONDE, considerou o período de tempo compreendido pela Idade Média como se fosse um lugar: *na Idade Média havia de tudo, menos liberdade popular*. Na verdade, trata-se de um período da história da humanidade e,

como tal, funciona como adjunto adverbial de tempo: *Em que período (ou quando) da história havia de tudo, menos liberdade popular? Na Idade Média.*

3.2.2. TEXTOS ACADÊMICOS

Os textos acadêmicos, assim como aqueles veiculados pela imprensa, primam pelo cuidado com a linguagem, que deve ser apresentada em dialeto padrão. Trata-se da forma de expressão de indivíduos com um alto grau de escolaridade e que tem como público alvo um interlocutor que também domina a linguagem padrão. Não se admite, nessa tipologia textual, o uso de gírias ou mesmo de uma linguagem próxima da oralidade. Ao contrário, exige-se a obediências às regras gramaticais. Koch e Travaglia (1993) acreditam que diferentes tipos de texto possuem diferentes tipos de coesão e que o texto acadêmico apresenta uma tendência a explicitar um maior número de elementos coesivos, já que seu autor busca conduzir o leitor a articular as proposições de modo a produzir o sentido desejado.

Apesar de todas essas restrições, encontram-se também nos textos acadêmicos ocorrências de usos que fogem àquele prescrito pela norma, o que mais uma vez corrobora a hipótese de que o processo de variação e mudança já está instaurado há alguns séculos e agora começa a se efetivar.

Assim como acontece nos textos veiculados pela imprensa, a preferência pelo valor locativo ainda é forte, o que já era esperado, uma vez que a tradição gramatical impinge sua força com bastante maestria. Todavia, ao contrário do que se verifica nos textos da

imprensa, o emprego da partícula ONDE sem valor locativo suplanta o recomendado pela norma.

3.2.2.1. VALOR LOCATIVO

- (1) *A atualidade de ‘O lobo e o cordeiro’ se deve ao fato de ser uma representação bem verossímil das relações humanas, principalmente no mundo contemporâneo. Mundo esse tantas vezes definido como o lugar onde o homem é lobo do homem.*

(LAJOLO, Marisa. La Fontaine: o mestre da fábula. In: *Para gostar de ler*; histórias sobre ética. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. v. 27, p. 10)

Nesse exemplo, encontra-se registro de um uso bem tradicional da partícula ONDE: ela funciona como conector textual de natureza anafórica, uma vez que substitui o termo que a antecede, estabelecendo ainda uma idéia locativa. O elemento ONDE instaura uma cadeia de elementos de retomada que possibilitam ao falante ir construindo o sentido para o texto: o *onde* recupera anaforicamente o substantivo *lugar* que, por sua vez, recupera por hiponímia o substantivo *mundo*. Constitui, portanto, não só um referente locativo, mas também um elemento importante da estrutura textual.

- (2) *Em resumo, todas as histórias constroem um universo que, embora de papel e tinta, é como o nosso, onde as pessoas têm constantemente de optar entre diferentes valores e condutas diferentes.*

(LAJOLO, Marisa. Entre o bem e o mal. In: *Para gostar de ler*; histórias sobre ética. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. v. 27, p. 06)

Existe uma particularidade interessante nesse exemplo, pois o advérbio relativo ONDE é anafórico e recupera o substantivo universo que, embora figure anteriormente no discurso, está subentendido no pronome substantivo *nosso (universo)*. É a recuperação de um termo que, apesar de o anteceder na oração, não aparece literalmente escrito, mesmo sendo imediatamente recuperável: *no nosso universo as pessoas têm constantemente de optar entre diferentes valores e condutas*.

A expressão *em que*, recomendada pela norma quando da inviabilidade do uso da partícula ONDE, da mesma forma que no texto da imprensa, também tem seu lugar consagrado nos textos acadêmicos, apesar de ser negligenciada em determinados usos:

(3) *Percebe-se nas falas das personagens de 'Luuanda' um discurso que subjaz ao discurso oficial, imposto pelo colonizador. É o momento **em que** começa a se dar o trabalho com a linguagem, que vai permitir o acesso do colonizado às tramas da colonização.*

(DUTRA, Ivan Cupertino. *A ilusão de totalidade no discurso amoroso de João Vêncio: os seus amores*. 1997. 130 p. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1997, p. 87.)

No fragmento supracitado, encontra-se a expressão *em que* substituindo o termo que a antecede, *momento*. Todavia, esse termo não traduz uma idéia locativa, mas um marco que separa o discurso do colonizado daquele imposto pelo colonizador. Mesmo admitindo-se a substituição pelo termo precedente - *nesse momento começa a se dar o trabalho com a linguagem* - na qual se percebe o uso da preposição *em*, bastante recorrente na introdução dos adjuntos adverbiais de lugar, o produtor do texto percebeu a relação temporal e optou pelo uso da expressão *em que*, em detrimento de ONDE.

Mas se notam também nos textos acadêmicos ocorrências nas quais a expressão *em que* seria referendada pela norma e não foi paradigmaticamente selecionada pelo autor.

É o que se verifica neste exemplo:

(4) *Sua obra traça um painel bastante realista e desencantado da sociedade brasileira de seu tempo, de onde extrai elementos para retratar o ser humano, sempre pelo olhar impiedoso e irônico do escritor.*

(LAJOLO, Marisa. Machado de Assis: desvendando a alma humana. In: *Para gostar de ler*; histórias sobre ética. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. V. 27, p. 16)

Também aqui a partícula ONDE tem valor locativo e substitui o sintagma que a antecede: *sociedade brasileira de seu tempo*. Nota-se ainda uma idéia de procedência no fragmento em destaque, mas que, ao contrário do que se observava no português ducentista, não é estabelecida meramente pelo ONDE, mas conseguida pelo emprego da preposição *de*. O uso supracitado do ONDE seria um dos casos em que a norma recomendaria a substituição pela expressão *da qual*, pois o núcleo do sintagma, *sociedade*, não é um lugar, mas uma instituição. É bastante comum atualmente o uso do ONDE quando o antecedente é o substantivo *sociedade*. O que parece determinar a seleção do falante é exatamente o fato de o uso dessa partícula instaurar a idéia locativa no fragmento de uma forma quase que instantânea.

(5) *O culto à Grande Mãe na Europa era praticamente restrito às crenças pagãs, principalmente de origem céltica (cf. Green, 1995), onde se deu mais o culto a divindades femininas do que a valorização das mulheres comuns.*

(CASTRO, Bernardo Monteiro. *Elementos pagãos nas cantigas de Santa Maria*. In: PARA SEMPRE EM MIM. Homenagem à Professora Ângela Vaz Leão, Belo Horizonte, 1999, p. 463)

A seleção da partícula ONDE pelo produtor do texto foi motivada pela substituição pelo termo antecedente: *nas crenças pagãs, principalmente de origem céltica, se deu mais o culto a divindades femininas do que a valorização das mulheres comuns. As crenças pagãs, contudo, não constituem um lugar, nem mesmo virtual. Por esse motivo, obedecendo-se ao prescrito pela norma, o uso da expressão em que seria mais apropriado.*

- (6) *Vossler (...) critica o fato de os lingüistas naturalistas, como os neogramáticos e Meillet eliminarem toda consciência, toda participação espiritual e iniciativa, tornando o móvel da evolução gramatical um jogo de forças estreme de influências lógicas, estéticas, éticas, onde conta apenas a relação quantitativa da frequência.*

(GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da gramaticalização no português*. 1987. 109 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 1987, p. 21.)

Também nesse exemplo, uma revisão mais cuidadosa exigiria a substituição do ONDE pela expressão *em que* ou outra correspondente. Não se discute a idéia locativa instaurada pelo emprego do ONDE. É possível, inclusive, substituí-lo pelo antecedente: *num jogo de forças estreme de influências lógicas, estéticas, éticas, conta apenas a relação quantitativa da frequência*. Contudo, a expressão *jogo de forças* não é um lugar, o que, de acordo com a norma, inviabiliza o uso da partícula ONDE.

Caso semelhante pode ser verificado no exemplo que se segue. Embora a idéia locativa propiciada pelo uso do ONDE seja evidente, o termo antecedente não cria, de acordo com a norma, condições para o uso da partícula. Além disso, seu uso dificulta a clareza do discurso:

(7) *O nome 'homem' tornou-se um instrumento gramatical em francês, em germânico, em céltico, em armênio, onde serviu para exprimir o indefinido.*

(GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da gramaticalização no português*. 1987. 109 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 1987, p. 18)

Ao selecionar paradigmaticamente a partícula ONDE para estabelecer a conexão textual, o produtor do texto o fez devido à idéia locativa que ela estabelece. Contudo, tal partícula tem valor anafórico no contexto e seu uso não permitiu indicar com precisão se o termo retomado por ela é apenas o substantivo *armênio* ou todas as demais línguas mencionadas. O uso de um termo de natureza substantiva muito ajudaria na clareza do texto: *O nome 'homem' tornou-se um instrumento gramatical em francês, em germânico, em céltico, em armênio, língua(s) em que serviu para exprimir o indefinido.*

(8) *Veja-se o verbo 'ensimesmar' ('concentrar-se', 'introverter-se'), onde se percebe o concurso dos pronomes 'si' e 'mesmo'.*

GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da gramaticalização no português*. 1987. 109 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 1987, p. 34.)

Mais uma vez, não há a menor dúvida de que o uso do ONDE se deve à idéia locativa: o autor quer enfatizar que é no verbo *ensimesmar* que se percebe o concurso dos pronomes *si* e *mesmo*. Novamente, uma revisão mais em consonância com a norma sugeriria a substituição da partícula ONDE pela expressão *em que*. Com base na observação da análise desenvolvida a partir do exemplo (3), é possível afirmar que a expressão *em que* e a partícula *onde* estão em coocorrência no português contemporâneo. A tendência é que

uma forma suplante a outra e, ao que tudo indica, nesta tipologia textual, a forma vencedora será a partícula ONDE.

3.2.2.2. VALOR NÃO-LOCATIVO

- (1) *A pós-graduação é um aprendizado e o aluno, um aprendiz do seu orientador, aprendiz de uma tradição mais antiga que passa por nós e que nós queremos que passe para as outras pessoas. Mas, para que este aprendizado funcione, ele deve ser feito coletivamente nas salas de aula e reuniões de grupo onde são discutidas as questões relativas aos problemas das dissertações.*

(SCHER, Raul. *Currículo Escolar: sua concepção e sua prática*. 1992. 120 p
Dissertação (Mestrado em Supervisão e Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1992, p. 08)

O exemplo acima apresenta um contexto em que, de acordo com a norma, dever-se-ia optar pelo emprego da expressão *em que*, porque o termo precedente imediato, *reuniões de grupo*, não constitui um lugar. Ao optar pelo uso do ONDE, o produtor do texto se baseou na adição de idéias propiciada pela conjunção *e*. Mas, os termos unidos pela conjunção não possuem o mesmo valor: o primeiro é indicativo de lugar, mas o segundo não o é. As *reuniões de grupo* constituem um intervalo de tempo: *durante as reuniões de grupo são discutidas as questões relativas aos problemas das dissertações*. Como é muito comum na linguagem coloquial o uso de expressões como *na reunião dos departamentos será discutido esse assunto, o projeto foi aprovado na última reunião do colegiado etc.*, o falante, influenciado pelo emprego da preposição *em*, tende a interpretar sintaticamente tais expressões como adjuntos adverbiais de lugar, quando, na verdade, são temporais, pois

expressam um intervalo de tempo durante o qual se desenvolveu determinada ação. Por esse motivo, faz opção pelo uso da partícula ONDE, já que a expressão *em que* não exprime de forma tão imediata a idéia locativa que ele julga existir na oração.

(2) (3) *Pedro comeu a banana.*

(4) *Pedro já comeu.*

*A julgar por essas duas sentenças, o verbo comer não é nem transitivo, nem intransitivo, e na verdade não há categoria **onde** colocá-lo.*

(PERINI, Mário A. e FULGÊNCIO, Lúcia. Notas sobre a transitividade verbal. In: CLEMENTE, Elvo e KIRST, Marta Helena Barão (Org.). *Linguística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 63-82, p. 65).

A partícula ONDE foi empregada para substituir o substantivo que a antecede, *categoria*, mas que não indica um lugar. A substituição permite identificar uma falsa idéia locativa: *colocá-lo numa categoria*. Nesse contexto, o verbo *colocar* é transitivo direto e indireto; o termo *numa categoria* funciona como objeto indireto e o *lo*, como objeto direto. Esse é um dos casos em que a gramática recomenda a substituição pela expressão *em que*. O fragmento selecionado, escrito por dois lingüistas, não atende ao recomendado pela norma. Se ainda parece precoce falar na efetivação de um processo de mudança, pelo menos há de se admitir a existência de uma mudança em curso.

(3) *A poesia amorosa de Gregório de Matos, da mesma forma que a religiosa, não foge à clichéria barroca. O soneto tradicional é a forma preferida quando o tematizável é o amor a uma dama, **onde** a linguagem elevada e cuidada marca nitidamente a estratificação social. (...) Mesmo quando o cotidiano da dama se faz um elemento poético, os recursos expressivos não*

se identificam com o cotidiano de amores menos ‘dignos’ – o das mulatas e meretrizes – onde o erótico não se disfarça e é subjacente à embriaguês, à infidelidade e a outras atitudes que desmitificam o eterno feminino.

(MALARD, Letícia. *Escritos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Comunicação, 1981, p. 49)

Para obedecer às recomendações da norma, conforme o exige o texto acadêmico, o ONDE deveria recuperar o termo que o precede de forma imediata: *amor a uma dama*. Contudo, vê-se que a linguagem elevada e cuidada não é utilizada apenas na abordagem dessa temática, mas constitui uma característica do estilo barroco. O ONDE foi empregado para se referir não ao termo que o antecede de forma imediata, mas à expressão *soneto tradicional*. Deveria, portanto, estar próximo a ela: *O soneto tradicional, onde a linguagem elevada e cuidada marca nitidamente a estratificação social, é a forma preferível quando o tematizável é o amor a uma dama*. Ainda assim, segundo prescrições da norma, a partícula ONDE deveria ser substituída pela expressão *em* que. Porém, há de se argumentar que não só no soneto tradicional a linguagem constitui marca de estratificação social, mas também em qualquer tipo de texto produzido. De acordo com os estudos da sociolinguística, sabe-se que, a partir da análise do texto, é possível perceber não apenas a estratificação social de seu produtor, como também uma série de outros fatores extralingüísticos como grau de escolaridade, sexo, idade. Ao escolher o ONDE como conector para o seu texto, a autora norteou-se pela idéia locativa que julgava estabelecer entre as orações. De fato, considerando-se o período *No soneto tradicional usado para tematizar o amor, a linguagem elevada e cuidada é um marco de estratificação social*, percebe-se uma certa idéia locativa, já que o soneto tradicional pode ser tomado como um lugar virtual. Porém, já se discutiu que essa postura generalizadora

produz uma informação que não se sustenta, por ser demasiado simplista. Na verdade, a idéia que se estabelece entre as orações parece ser mais de adição: *O soneto tradicional é a forma preferida quando o tematizável é o amor a uma dama e a linguagem elevada e cuidada marca nitidamente a estratificação social.* Adotando esse procedimento, o produtor do texto passaria a elencar as características do estilo barroco, como parece ser a sua intenção. Na contemporaneidade, a partícula ONDE está servindo para desempenhar diversos papéis no plano lingüístico-textual, perdendo seu valor locativo primordial e funcionando até mesmo como um mero conector.

Na segunda ocorrência da partícula ONDE no texto, tem-se a referência a um lugar virtual: *o erótico não se disfarça num cotidiano de amores menos dignos.* A idéia locativa que se estabelece entre as orações é a motivadora da seleção do ONDE, quando se poderia também ter optado pela expressão *em que*.

(4) *Da mesma forma, o Centro do mundo, representado pelo 5, é também o glifo do tremor de terra, do castigo final, do fim do mundo, onde os espíritos maus se precipitarão das quatro direções cardeais, para o centro, a fim de aniquilar a espécie humana.*

(CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997, p. 243.)

Embora seja um texto traduzido do francês, nota-se o emprego do ONDE quando o antecedente, *fim do mundo*, não constitui um lugar. O produtor do texto parece tê-lo interpretado como um lugar virtual: *no fim do mundo, os espíritos maus se precipitarão das quatros direções cardeais...* Uma análise mais atenta, porém, demonstrará que a expressão *fim do mundo* constitui um marco temporal, tanto que serve para responder à pergunta: *Quando os espíritos maus se precipitarão das quatro direções cardeais?* Vê-se,

pois, o registro de um emprego não locativo da partícula ONDE, mas temporal, conforme já se observava no português trecentista.

- (5) *Mas será que estas leis, em grande parte elaboradas antes da sistematização e estudo da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nos países do ‘civil law’, abrangem realmente hipóteses onde a autonomia das pessoas jurídicas é desconsiderada para responsabilizar os sócios que delas se utilizam para a prática de atos ilícitos?*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 40 do capítulo *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades Anônimas*).

É flagrante a ausência do valor locativo próprio da partícula ONDE no excerto acima. O sintagma nominal que a precede – *hipóteses* – não é indicativo de lugar real ou mesmo virtual; porém, o emprego da partícula é feito de forma muito natural, o que permite ventilar a hipótese de que semelhante uso já foi incorporado pelo produtor do texto como um elemento articulador do plano textual. A substituição do ONDE pela expressão *em que* não soa tão natural para o falante. Caso optasse por reestruturar o período (... *abrangem realmente hipóteses que desconsiderem a autonomia das pessoas jurídicas para responsabilizar os sócios que delas se utilizam para a prática de atos ilícitos?*), a construção não se tornaria capaz de expressar de forma mais eficaz ou mesmo tão natural a intenção do produtor do texto. Além disso, com a reestruturação, o autor atribuiria às *hipóteses* a função de agentes do processo, uma vez que esse substantivo se tornaria o sujeito da ação. Como essa construção semântica não soa tão natural, ele opta por empregar a partícula ONDE na categoria de instrumental – *hipóteses por meio das quais a autonomia das pessoas jurídicas é desconsiderada para responsabilizar os sócios que delas se utilizam para a prática de atos ilícitos*.

(6) *Para caracterizar um ato jurídico como ilícito 'stricto sensu' a culpa não é essencial. Ela até pode existir como elemento accidental no suporte fático que, qualificado pela norma, prescreve o dever de indenizar. É o caso do inciso I do artigo 158, onde o administrador deve responder pelo prejuízo que causar, quando, dentro de suas atribuições ou poderes, agir com culpa.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 24 do capítulo *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades Anônimas*).

Ao seleccionar a partícula ONDE para estabelecer a coesão do plano textual, o autor deixou-se motivar pelo sintagma precedente – *artigo 158* –, identificando-o como um adjunto adverbial de lugar, ainda que um lugar virtual. Entretanto, uma análise um pouco mais cuidadosa permite identificar o equívoco. Caso se proceda à substituição da partícula ONDE pelo termo que a precede, ver-se-á que essa substituição não se dá de forma muito tranqüila, o que exige uma reestruturação do período: *É o caso do inciso I do artigo 158, segundo o qual (ou de acordo com o qual) o administrador deve responder pelo prejuízo que causar...* ou ainda *É o caso do inciso I do artigo 158 que responsabiliza o administrador pelo prejuízo que causar...*

A partir das substituições sugeridas, é possível detectar não o valor locativo da partícula, mas um valor relativo. Na primeira sugestão, a idéia conformativa foi estabelecida não pela partícula ONDE, substituída por *o qual*, mas pela preposição *segundo*. Já, na segunda, o ONDE foi substituído pelo pronome relativo *que*. Pode-se, então, afirmar que a escolha foi motivada por uma análise de ordem mais superficial, o que levou a identificar no sintagma que antecedia a partícula a função de adjunto adverbial locativo. Emprego semelhante pode ainda ser observado neste fragmento :

(7) *A partir da concepção de autonomia do direito de ação, formaram-se diversas correntes e diferentes teorias. Adolpho Wach, em 1885, elaborou a teoria do direito concreto à tutela jurídica, onde a ação seria um **direito público e concreto**, ou seja, só existiria nos casos concretos em que existisse direito material.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 06 da Parte II *Ação de Responsabilidade Civil*).

Da mesma forma que no excerto analisado em (6), também aqui torna-se possível reestruturar o período, recorrendo ao emprego da preposição *segundo*, ou qualquer expressão semanticamente equivalente:

*... Adolpho Wach, em 1885, elaborou a teoria do direito concreto à tutela jurídica, segundo a qual (ou de acordo com a qual) a ação seria um **direito público e concreto**...*

(8) *Assim, o dever de reparar nasceria de uma culpa mínima, por mais diligente que fosse o sujeito, da transformação da culpa aquiliana em contratual, onde bastaria a simples prova da inadimplência contratual, bem como da admissão de novas teorias da culpa, tais como da culpa anterior, da culpa desconhecida, da culpa da responsabilidade entre vizinhos e da culpa coletiva.*

(PINHO, Luciano Fialho de. pg 06 do capítulo *Responsabilidade Civil*).

Pode-se dizer que o emprego da partícula ONDE já se encontra fossilizado na língua a ponto de, em determinadas circunstâncias, tornar-se difícil identificar-lhe a função. No exemplo acima, é possível comprovar essa afirmativa. O uso tão natural e descontraído faz com que esta partícula passe a integrar a articulação do texto de uma forma que o leitor já quase nem questione a validade ou não de seu uso. Mais uma vez não se percebe claramente o valor locativo, mas torna-se difícil identificar o real valor ou função desempenhada pela partícula em questão. Da forma como foi estruturado o período, parece

que o autor faz uma enumeração das origens do *dever de reparar*, afirmando que este *nasceria de uma culpa mínima e da transformação da culpa aquiliana em contratual*. Terminada a enumeração, passa a estabelecer as condições em que a última origem elencada se efetivará, ou seja, para a *transformação da culpa aquiliana em contratual* basta a *simples prova da inadimplência contratual* ou mesmo a *admissão de novas teorias de culpas, tais como da culpa anterior, da culpa desconhecida, da culpa na responsabilidade entre vizinhos e da culpa coletiva*. Para expressar essa idéia de condição, o autor poderia ter optado por estruturar o período da seguinte forma:

Assim, o dever de reparar nasceria de uma culpa mínima, por mais diligente que fosse o sujeito, da transformação da culpa aquiliana em contratual, para a qual bastaria a simples prova da inadimplência contratual, bem como da admissão de novas teorias da culpa, tais como da culpa anterior, da culpa desconhecida, da culpa na responsabilidade entre vizinhos e da culpa coletiva.

Como no fragmento comentado no exemplo (6), vê-se que a partícula ONDE foi empregada com a função de pronome relativo, necessitando de um outro elemento para instaurar a idéia desejada no plano textual. Entretanto, esses elementos têm sido negligenciados e a partícula ONDE vem cumulando a função de pronome relativo e de preposição exigida pelo verbo ou pelo nome da oração principal, fato que também pode ser constatado no exemplo seguinte:

(9) *Embora a relação que se estabelece entre as partes seja obrigacional e, portanto, intencional, o dano é causado por um evento natural, onde não atua a vontade humana.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 17 do Capítulo I: *Responsabilidade Civil*)

É possível reestruturar o período, inserindo-se a preposição *sobre* e substituindo-se o ONDE por um pronome relativo:

Embora a relação que se estabelece entre as partes seja obrigacional e, portanto, intencional, o dano é causado por um evento natural, sobre o qual não atua a vontade humana.

(10) *Dessa forma, entre os dois institutos não haveria uma relação de distinção, mas de inclusão, onde o processo se caracterizaria como uma espécie de procedimento, que dele se distinguiria pela presença do contraditório entre as partes interessadas em um provimento.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 36 da Parte II: *Ação de responsabilidade civil*)

Novamente não há uma idéia locativa capaz de motivar o emprego da partícula ONDE. O sintagma antecedente não baliza nenhuma referência a lugar. Parece que também nesse caso a substituição do ONDE pela expressão *em que* seria bastante providente. Contudo, como já mencionado outras vezes, a mera substituição não é capaz de atribuir ao período mais eficiência comunicativa. Assim sendo, o falante opta por empregar um elemento mais recorrente e, portanto, mais comum. É uma tendência natural do falante recorrer ao que é mais usual, ao invés de criar formas diferentes para dizer a mesma coisa.

(11) *São casos típicos de intervenção litisconsorcial voluntária, onde as partes atuam como co-legitimados, o do credor solidário que intervém na ação condenatória proposta por outro credor solidário (art. 898,CC), o do co-proprietário que vem na ação reivindicatória conduzida por outro co-proprietário (art. 623, II, CC), o da associação*

que intervém na ação civil pública já ajuizada por outra associação ou pelo Ministério Público (Lei nº 7347/85) e, ainda, o do cidadão que ingressa posteriormente na ação popular já proposta (Lei nº 4717/65).
(PINHO, Luciano Fialho de. p. 64 da Parte II: *Ação de responsabilidade civil*)

Tem-se, uma vez mais, o emprego da partícula ONDE sem valor locativo. Recorrendo-se ao critério da substituição da partícula pelo sintagma antecedente, na tentativa de indicar a função sintática do ONDE, tem-se um valor de posse e não de lugar: *as partes da intervenção litisconsorcial voluntária atuam como co-legitimados...* Dessa forma, dever-se-ia ter empregado o pronome relativo *cujas* e não a partícula ONDE. Mas, como o pronome *cujo* é uma forma mais erudita e, como tal, não muito recorrente na língua, o autor optou por empregar uma forma já bastante usual, que já incorporou o seu discurso de uma forma muito natural.

(12) *A legitimação extraordinária pode-se dar, contudo, em caráter subsidiário – o que é mais comum, onde substituído e substituto processuais teriam legitimidade para agir, o primeiro pleiteando direito próprio, o segundo direito alheio.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 22 da Parte II: *Ação de responsabilidade civil.*)

Ao selecionar a partícula ONDE para estabelecer a conexão textual, o produtor do texto parece ter-se influenciado pelo valor anafórico que ela também pode estabelecer no texto. O ONDE pode ser empregado para substituir o termo que o antecede no discurso (valor anafórico), desempenhando uma função sintática locativa. A primeira parte da afirmativa pode ser comprovada no fragmento em tela; já a função sintática de adjunto adverbial de lugar não pode ser encontrada. Para evitar o emprego do ONDE, o autor teria de construir dois períodos: *A legitimação extraordinária pode-se dar, contudo, em caráter*

subsidiário – o que é mais comum. Nesse caso, *substituído e substituto processuais teriam legitimidade para agir, o primeiro pleiteando direito próprio, o segundo direito alheio.* Como se vê, a expressão *nesse caso*, empregada como substituta do ONDE, tem valor anafórico, o que provavelmente tenha motivado o uso feito pelo produtor do texto. Assim sendo, a partícula ONDE passa a ter apenas um valor discursivo, pois não integra a sintaxe da oração, podendo mesmo ser substituída. Outro emprego similar acontece em:

(13) *A classificação apresentada por Barbosa Moreira é útil, sobretudo, para se averiguar a correta posição dos sujeitos imparciais no processo, ora como legitimados ordinários, porque existe coincidência entre a situação jurídica das partes e suas respectivas situações legitimantes, ora como legitimados extraordinários, onde efetivamente não existe esta coincidência.*

(PINHO, Luciano Fialho de. p. 25 da Parte II: *Ação de responsabilidade civil.*)

O valor anafórico assumido pela partícula ONDE para estabelecer a coesão textual é evidente, dado que pode ser substituída por um termo sinônimo acompanhado da expressão *em que*: *...ora como legitimados extraordinários, caso em que efetivamente não existe esta coincidência.*

3.2.3. TEXTOS LITERÁRIOS

É fato conhecido que uma das características do texto literário é a inovação da linguagem na busca de obter maior expressividade. Ao contrário do que se verifica no texto da imprensa e também no texto acadêmico, no texto veiculado pela literatura, o signo lingüístico é muitas vezes empregado de forma plurissignificativa. Essa plurissignificação,

dentre outros recursos, é obtida a partir dos “desvios” que o produtor do texto aplica à linguagem visando a sair do lugar comum. Por isso, não é de se esperar que nesse tipo de texto sejam encontrados muitos registros da partícula ONDE empregada segundo as referências da norma.

3.2.3.1. VALOR LOCATIVO

(1) *E Luísa tinha suspirado, tinha beijado o papel devotamente! Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas sentimentalidades, e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas, como um corpo ressequido que se estira num banho tépido; sentia um acréscimo de estima por si mesma e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, **onde** cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo conduzia a um êxtase, e a alma se cobria de um luxo radioso de sensações!*

(QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. 14 ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 134.)

O uso do ONDE no texto supracitado se deve ao fato de o autor ter interpretado o sintagma que precede a partícula, *existência superiormente interessante*, como um lugar; não físico, mas virtual: *nessa existência superiormente interessante cada hora tinha o seu encanto diferente...* Contudo, não se pode deixar de considerar que o substantivo *existência*, núcleo do sintagma, indica uma duração de tempo e não um lugar propriamente dito. Nesse caso, para manter-se atento às recomendações da norma, o melhor seria o emprego da expressão *em que* ou mesmo a interrupção do período e o início de um outro, dado que esse se tornou muito extenso. Caso se optasse pela segunda sugestão, ter-se-ia, por exemplo: *...numa existência superiormente interessante. Nessa nova realidade, cada hora tinha o seu encanto diferente...*

- (2) *Amava-o ainda (diz ele) pela sua linguagem tão bronca e pobre, mas a única em Portugal onde se não sente odiosamente a influência do lamartinismo ou das sebetas de Direito Público.*

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 01, Memórias e notas, L & PM Pocket, São Paulo, 1997, p. 81.)

Tem-se, no exemplo em tela, o registro do emprego tradicional na partícula ONDE: possui valor locativo e substitui o termo que a antecede, *Portugal*. Nesse caso, o autor não a emprega com valor estilístico; ao contrário, opta por um uso já recorrente na língua há bastante tempo.

- (3) *As vozes vêm, altas e desgarradas, no fino silêncio, de além de entre os trigos, ou do campo em sacha, onde alvejam as camisas de linho cru, e os lenços de longas franjas vermelhejam mais que papoulas. (...) A água sabe onde o torrão tem sede, e corre para lá gralhando e refulgindo.*

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 02, Memórias e notas, L & Pocket, São Paulo, 1997, p. 87)

As duas ocorrências da partícula ONDE registradas no exemplo acima são referidas pela norma e balizam um valor locativo. Na primeira, o ONDE substitui o sintagma *campo em sacha* e desempenha a função sintática de adjunto adverbial de lugar. Basta substituir a partícula por essa expressão na oração por ela introduzida que não pairará dúvida quanto à classificação: *As camisas de linho cru e os lenços de longas franjas vermelhejam mais que papoulas no campo em sacha*. A segunda ocorrência, apesar de possuir valor locativo, não desfruta do mesmo privilégio de ocorrência da primeira. Aparece introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta, uso também referendado pela norma. Admite, inclusive, a inserção do substantivo *lugar* ou qualquer outro semelhante: *A água sabe o lugar onde o torrão tem sede*. Nos dois casos, o

que motivou a seleção da partícula ONDE por parte do produtor do texto foi o valor locativo por ela estabelecido. Uso semelhante também pode ser encontrado no exemplo que se segue:

(4) *O Nelson, que me pedia para escrever carta, para ele mandar para a mãe, em não sei **onde** moradora.*

(ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3 ed. Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 302.)

A idéia locativa é claramente perceptível no fragmento transcrito. Não se pode, contudo, negar que o autor faz um uso estilístico da partícula ONDE. A semântica criada pela anteposição do ONDE ao substantivo moradora é inusitada; leva-nos a entender que a mãe de Nelson morava em um lugar desconhecido: *mãe, em não sei onde moradora* é, semanticamente, equivalente a *moradora de um lugar desconhecido*. Ao mesmo tempo que o ONDE introduz a oração substantiva, ele também funciona como um determinante do substantivo *moradora*.

(5) *Sertão é o penal, criminal. Sertão é **onde** homem tem de ter a dura nuca e
mão quadrada.*

(ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3 ed. Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 106.)

Não se questiona o latente valor locativo assumido pela partícula ONDE. O que há de particular nesse uso é o fato de a partícula aparecer introduzindo, como já se encontrou registro no texto da imprensa, uma oração subordinada predicativa. No período anterior, Guimarães Rosa utiliza-se de um período simples para definir o sertão. Ao recorrer ao período composto, opta por introduzir o termo predicativo pelo advérbio

locativo ONDE. Conforme já se discutiu na abordagem do texto da imprensa, não há registro desse uso nas gramáticas normativas de Língua Portuguesa. Também, no excerto a seguir, verifica-se o emprego do ONDE introduzindo uma oração predicativa:

(6) *Sabe o senhor: sertão é **onde** o pensamento da gente se forma mais forte do*

que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...

(ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3 ed. Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 26.)

Novamente, ao tentar definir o sertão, o autor o faz mediante o uso de um termo predicativo, introduzido pela partícula ONDE. A escolha se dá devido à idéia locativa que é inerente à partícula em estudo.

(7) *E os anjos que, para o receber, desciam de asa serena, sobraçando molhos*

de palmas e cantando os epitalâmios, encontravam, em vez de um santo, um sátiro, senil e grotesco – que de rojos, entre bramidos sórdidos, mordida com beijos vorazes a neve, a macia alvura da neve, onde o seu delírio furiosamente imaginava nudezas de cortesãs!...

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 01, Memórias e notas, L & PM Pocket, São Paulo, 1997, p. 11.)

O emprego do ONDE no fragmento deve ser associado a um valor virtual do termo. Embora seja possível substituir a partícula pelo termo antecedente, *o seu delírio furiosamente imaginava nudezas de cortesãs na macia alvura da neve*, a expressão *macia alvura da neve* não constitui um lugar físico. O máximo que se pode admitir é a referência a um lugar virtualmente concebido. Há de se considerar ainda o valor estilístico assumido pela partícula no contexto, uma vez que existe uma sinestesia na expressão *macia alvura*

da neve. A escolha feita pela produtor do texto é oriunda da necessidade de se tomar a neve como um lugar, um referente. Também no exemplo que se segue, o produtor do texto emprega o ONDE para se referir a um lugar virtual:

- (8) *Nessa mesma carta, adiante, Fradique acrescenta: ‘Levou-me pois efetivamente à história o meu amor da unidade – amor que envolve o horror às interrupções, às lacunas, aos espaços escuros onde não se sabe o que há’.*

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 01, Memórias e notas, L &PM Pocket, São Paulo, 1997, p. 71.)

A seleção do ONDE foi motivada pela necessidade de se expressar uma idéia locativa: *não se sabe o que há nos espaços escuros*. O sintagma que precede de forma imediata a partícula desempenha a função sintática de adjunto adverbial de lugar. O uso feito por QUEIROZ não denota uma intenção estilística, mas um emprego natural na língua.

- (9) *Não admira, porém, na obra pontifical de Pio IX, nem a infalibilidade, nem o ‘Sylabus’- porque se preza de liberal, deseja mais progresso, bendiz os benefícios da instrução, assina o ‘Primeiro de Janeiro’.*

Onde eu também o acho superiormente pitoresco é cavaqueando acerca dos deveres que lhe incumbem como pastor de almas – os deveres para com as almas.

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 02, Memórias e notas, L & PM Pocket, São Paulo, 1997, p. 101)

Ao escolher o advérbio locativo ONDE para iniciar o parágrafo, o autor deixou-se motivar pela idéia locativa existente no parágrafo anterior : *na obra pontifical de Pio IX*. Sua intenção, ao recorrer a esse uso, é a de explicitar um outro “lugar” em que o papa Pio

IX, na avaliação do autor, é *superiormente pitoresco*. Ainda que a idéia instaurada pela partícula seja de lugar, há de se admitir um uso inusitado, não previsto pela norma.

(10) *Magalhães era o nome do outro; não herdara de seus pais dinheiro, nem amigos*

políticos. Aos 16 anos, achou-se só no mundo, exercera vários empregos de caráter particular, até que conseguira obter uma nomeação para o Arsenal de Guerra, onde estava atualmente. Confessou que esteve a ponto de enriquecer, casando com uma viúva rica; mas não revelou as causas que lhe impediram essa mudança de fortuna.

(ASSIS, Machado de. *Almas agradecidas*. In: Contos, série bom livro, Ática: São Paulo, 1997, p. 13.)

Esse emprego já foi discutido na abordagem do texto da imprensa. Motivado pela idéia locativa propiciada pela substituição pelo sintagma antecedente – *estava atualmente no Arsenal de Guerra* –, o autor opta por empregar a partícula ONDE, mesmo sendo o Arsenal de Guerra uma instituição e não um lugar. Os recursos sugeridos pela norma para se fugir a essa seleção não conseguem ser tão ou mais eficientes no estabelecimento da idéia de tempo, o que leva o falante a optar pelo uso que garanta mais fluência e, conseqüentemente, mais eficácia na comunicação.

Um uso também referendado pela norma é o emprego do ONDE como advérbio interrogativo locativo:

(11) *Para sua grande surpresa, o motorista, em vez de lhe perguntar aonde ele ia, quis*

saber:

– *De onde o senhor vem?*

(GUDJ, Denis. *O teorema do papagaio*. Companhia das Letras : São Paulo, 1999, p. 375.)

A idéia locativa expressa pela partícula ONDE é facilmente perceptível no fragmento. É possível, inclusive, substituí-la por uma expressão de igual valor: *De que lugar o senhor vem?*

(12) *De uns anos para cá, desenvolveu-se um tráfico considerável em Paris.*

Que nos prejudica bastante. Mas todo mundo sabe onde é feito.

(GUDJ, Denis. *O teorema do papagaio*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 375.)

No fragmento acima, o autor sente-se bem à vontade para usar a língua; fato que pode ser constatado no emprego que faz do pronome relativo. Esse uso foi apenas detectado e não explorado aqui por fugir ao alcance do tema proposto para estudo. No que se refere à partícula ONDE, pode-se verificar que ela é usada com valor locativo e recupera anaforicamente um termo anterior no discurso. Entretanto, a forma de fazê-lo ultrapassa o proposto pela norma, uma vez que o termo por ela recuperado – *Paris* – não aparece imediatamente anteposto a ela, dado que o autor intercalou uma outra oração entre o substantivo *Paris* e a partícula ONDE.

3.2.3.2. VALOR NÃO-LOCATIVO

(1) *Aqui jaz um século onde houve duas ou três guerras mundiais*

E milhares de outras pequenas e igualmente bestiais.

Aqui jaz um século onde se acreditou que estar à esquerda ou à direita

Eram questões centrais.

(SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Quem está escrevendo o futuro? 25 textos para o século XXI*. Brasília: Editora Letraviva, 1999)

Tanto no primeiro quanto no terceiro versos, a partícula ONDE cumula função: constitui um elemento do plano textual, uma vez que desempenha o papel de conector, além de possuir valor anafórico, funcionando como substituto do termo substantivo que a precede no discurso. Essa função, bastante recorrente na língua, parece ter motivado a escolha do autor, já que, no fragmento em análise, o substantivo antecedente – *século* – não constitui um lugar. Se optarmos pela substituição, teremos: *nesse século houve duas ou três guerras mundiais* e *nesse século se acreditou que estar à esquerda ou à direita eram questões centrais*. Ainda que tais termos circunstanciais venham introduzidos pela preposição *em*, comumente usada nos adverbiais locativos, a idéia que subjaz não é de lugar, mas de tempo. A expressão *nesse século* responde perfeitamente à pergunta *Quando?*, o que corrobora a afirmativa de que se trata de uma expressão adverbial temporal e, não, locativa. Embora o texto literário esteja propício a desvios com vias a obter maior expressividade, não parece ser esse o objetivo do autor no texto apresentado. Ao contrário, semelhante uso parece expressar uma tendência natural da língua, já verificada no português trecentista. Nesse contexto específico, o uso do ONDE com valor temporal não se interpreta como um “desvio” intencional da norma, mas como um “desvio” natural, algo que seja comum na oralidade e até mesmo em contextos escritos. A relação temporal parece ter saltado aos olhos do poeta, quando optou pelo uso do conector ONDE ao invés de recorrer ao quando ou outro semelhante.

Ainda no que tange ao uso temporal da partícula ONDE, observem-se alguns versos da música *O Quereres*, de Caetano Veloso:

(2) *Onde* *queres* *revólver* *sou* *coqueiro*, *onde* *queres* *dinheiro* *sou* *paixão*
Onde *queres* *descanso* *sou* *desejo*, e *onde* *sou* *só* *desejo* *queres* *não*
E onde *não* *queres* *nada*, *nada* *falta*, e *onde* *voas* *bem* *alta* *eu* *sou* *o* *chão*
E onde *pisas* *no* *chão* *minha* *alma* *salta*, e *ganha* *liberdade* *na* *amplidão*
Onde *queres* *família* *sou* *maluco*, e *onde* *queres* *romântico*, *burguês*
Onde *queres* *Leblon* *sou* *Pernambuco*, e *onde* *queres* *eunuco*, *garanhão*
E onde *queres* *o* *sim* e *o* *não*, *talvez*, *onde* *vês* *eu* *não* *vislumbro* *a* *razão*
Onde *queres* *o* *lobo* *eu* *sou* *o* *irmão*, e *onde* *queres* *o* *cowboy* *eu* *sou* *chinês*
(VELOSO, Caetano. *O Quereres*. Disponível em: < <http://www.jamart.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2000.)

Em todos os versos do poema/canção, tem-se o emprego do ONDE com valor temporal. Em todos eles, é possível fazer a substituição do advérbio ONDE pelo advérbio QUANDO, sem prejuízo da carga semântica. Além da já arrolada tendência diacrônica que a língua apresenta para o deslizamento semântico do valor locativo para o temporal, é interessante também analisar o que filósofos como Hegel e Heidegger têm a dizer a esse respeito. Segundo Martin Heidegger (1997), na concepção hegeliana, “a passagem do espaço para o tempo não significa justapor, numa seqüência, os parágrafos que deles tratam, mas ‘é o próprio espaço que passa’. O espaço ‘é’ tempo, ou seja, o tempo é a ‘verdade do espaço’” (Heidegger, 1997: 242). Hegel acredita que há uma ligação intrínseca entre espaço e tempo, pois aquele é constituído de uma multiplicidade abstrata de pontos que, por sua vez, só tem existência no tempo. Dessa forma, tempo e espaço não se desvinculam, já que possuem existência subordinada. Como se vê, não só diacrônica, como também filosoficamente as categorias de espaço e tempo se inter-relacionam. É possível atribuir a essa inter-relação o uso que Caetano faz da partícula ONDE. Em qualquer tempo e em qualquer lugar, o eu-lírico assume um comportamento diferente daquele desejado por seu companheiro(a). Ao optar pelo uso do ONDE, Caetano tanto pode estar, como Afonso

Romano de Sant'Anna, expressando um lugar comum na língua, ou mesmo, conscientemente, cumulando num mesmo elemento textual as idéias de tempo e espaço, conforme explicado no plano filosófico. Neste caso, estar-se-ia diante de um desvio da norma visando à maior expressividade.

(3) *Quero dizer, não sou um desses homens seguros e úteis, destinados por temperamento às análises secundárias que se chamam Ciências e que consistem em reduzir uma multidão de fatos esparsos a tipos e leis particulares por **onde** se explicam modalidades do universo; nem sou também um desses homens fascinantes e pouco seguros, destinados por gênio às análises superiores que se chamam Filosofias, e que consistem em reduzir essas leis e esses tipos a uma fórmula geral por **onde** se explica a essência mesma do inteiro universo.*

(QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de FRADIQUE MENDES*. Vol. 01, Memórias e notas, L & PM Pocket, São Paulo, 1997, p. 63.)

Nas duas ocorrências da partícula ONDE no fragmento acima, não se encontra o valor locativo, que lhe é historicamente inerente. Assim como se encontram registros no século treze, tem-se o ONDE empregado com valor instrumental: *tipos e leis particulares através das quais (ou pelas quais) se explicam modalidades do universo; fórmula geral pela qual se explica a essência mesma do inteiro universo*. Não existe no fragmento algo capaz de explicar a escolha locativa feita pelo falante. Parece que, mais uma vez, tem-se o registro de um uso que expressa uma tendência natural do português contemporâneo para a polissemia da partícula ONDE.

Os exemplos de (04) a (09), arrolados a seguir, foram extraídos da obra *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella. O autor é um médico que, durante muitos anos, prestou serviços nesse grande centro penitenciário e que resolveu relatar a sua experiência. O texto é todo narrativo, apresentando, em alguns momentos, discurso direto da fala dos detentos,

para assegurar a verossimilhança. Os fragmentos selecionados para análise são discursos diretos muito próximos da oralidade. É necessário considerar, contudo, que, conforme já se mencionou quando da abordagem do texto da imprensa, esse fato não invalida a análise que se pretende desenvolver neste trabalho, dado que, de acordo com Faraco (1998), as mudanças “costumam se desencadear na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários; avançam pela fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica; chegam a situações formais de fala e só então começam a ocorrer na escrita” (Faraco, 1998: 15). Quando uma forma lingüística, em processo de variação, passa a incorporar a escrita é indício de que a mudança já se efetivou e é isso que o presente trabalho se propõe a mostrar.

(4) *Sem-Chance, ladrão escolado, fala da esperteza do “Ricardão”, nome atribuído ao amante da mulher de quem está na cadeia:*

*– Se na visita não tiver respeito, doutor, elas vão ficar com medo de voltar, **onde** que uma conta para outra algum fato lastimável sucedido e, daqui a pouco, entre elas: eu não vou mais lá! Se você não vai, eu também não, é perigoso! Pronto, ói nós aqui no maior veneno e elas curtindo lá fora, que Ricardão é o que mais tem, pronto para dar o bote traiçoeiro na fragilidade da mulher solitária.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 62.)

A partícula ONDE, empregada pelo autor, não possui nem resquício de um provável valor locativo. Essa idéia desapareceu totalmente, à medida que, na forma de discurso apresentada, foi adquirindo outros valores e distanciando-se de sua semântica primeira. No fragmento supracitado, a partícula tem apenas um valor discursivo, podendo ser eliminada do contexto em que ocorre, sem qualquer alteração semântica, já que não estabelece entre as orações por ela ligadas qualquer tipo de relação: – *Se na visita não tiver*

respeito, doutor, elas vão ficar com medo de voltar. Uma conta para outra algum fato lastimável sucedido e, daqui a pouco, entre elas: eu não vou mais lá!

(5) – *A existência do Amarelo²³ acontece devido que entre nós não tem departamento de cobrança, onde que gera muita polêmica. Doutor, se eu vendo uma pedra de crack e o elemento não me paga, não posso chegar no juiz para reclamar do sucedido e nem tenho promissória para protestar. Agora, se eu deixar despercebido, fico com fama de vacilão, ninguém mais me paga e o meu fornecedor não quer saber.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 123.)

Mais uma vez não existe referência locativa alguma no uso da partícula ONDE registrado nesse fragmento. O falante empregou-a como um pronome demonstrativo, para se referir a um termo no discurso: – *A existência do Amarelo acontece devido que entre nós não tem departamento de cobrança, o que gera muita polêmica*. O caráter anafórico pode ter sido um dos fatores determinantes da escolha do ONDE, já que em outros contextos ele aparece desempenhando esse valor. Mas, ao que tudo indica, pelo menos na linguagem oral, o valor locativo da partícula ONDE já se encontra bastante desgastado e isso faz com que o falante a empregue em vários contextos, desempenhando os mais diversos papéis. Como ocorreu no século treze, assiste-se, também no português contemporâneo, a uma polissemia do uso da referida partícula.

²³ O Amarelo é uma das dependências do Complexo do Carandiru e é assim chamado pelos detentos pelo fato de que lá não bate sol; por isso, quem fica lá, de castigo por vários dias, sai amarelo, isto é, pálido.

- (6) *Para acertar a diferença, vendi umas doses, **onde** que dei azar, um companheiro ficou bêbado e desrespeitou um funcionário. Os homens chegaram para saber a origem do conhaque, que se entregasse o fornecedor, minha cara estava limpa.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 153.)

Não há dúvida de que a relação estabelecida pelo ONDE é de oposição e não de lugar: *Para acertar a diferença, vendi umas doses, mas dei azar, um companheiro ficou bêbado e desrespeitou um funcionário*. Também no português ducentista o emprego do ONDE com valor adversativo era muito recorrente. Mesmo identificando-se a idéia opositiva estabelecida pela partícula ONDE, optou-se, na análise desenvolvida, por empregar uma conjunção adversativa e não uma concessiva, porque a informação de maior peso no enunciado se encontra no fragmento introduzido pelo ONDE. Dessa forma, a conjunção adversativa é a mais apropriada, já que, quando se emprega uma conjunção concessiva, o peso da informação se concentra na oração principal.

- (7) *A vida fugitiva é agitada: mulher, motel e gandaia. No meio da noite, o senhor está numa boate tomando um birinhaite, toca a sirene lá longe e pronto: já acha que são os homens. Está no centro da cidade, passa um carro da polícia, dá um frio no espinhaço, **onde** tem cara que foge e é preso de bobeira, quando o barato nem era com ele. É uma vida desassossegada permanente.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras São Paulo, 1999, p. 177.)

O valor assumido pela partícula ONDE nesse fragmento parece um misto de conclusão e conseqüência. Embora as duas idéias se perpassem, já que as duas são fruto de uma seqüência temporal, nesse caso específico, torna-se difícil desvincular uma da outra,

pois a frase admite as duas substituições: *Está no centro da cidade, passa um carro da polícia, dá um frio no espinhaço, então (ou conseqüentemente) tem cara que foge e é preso de bobeira.* Mais uma vez há evidência de emprego da partícula ONDE sem valor locativo.

(8) *A minha senhora mãe matou, acho que o amante dela que chegou bêbado e quis bater outra vez na gente. O meu pai não poderia saber, porque justamente se encontrava recluso na Penitenciária. Foi onde que teve a revolta de nós mesmos e cada um viveu o seu lado.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 231.)

Nessa ocorrência, a partícula ONDE funciona como um elemento de transição textual, fazendo a coesão externa. Ao unir os dois períodos, estabelece entre eles uma relação de causa: *O meu pai não poderia saber, porque justamente se encontrava recluso na Penitenciária. Foi por isso que teve a revolta de nós mesmos e cada um viveu o seu lado.* Essa ocorrência é bastante recorrente na linguagem oral e o emprego da expressão formada pelo verbo “ser” mais a partícula ONDE (SER + ONDE) torna-se cada vez mais comum. Essa frequência de uso tem contribuído para o esvaziamento semântico não só da partícula em si, como também da expressão. Na maioria das vezes em que é usada, tem mero valor discursivo, podendo ser eliminada do contexto sem o menor prejuízo de sentido. Nesse exemplo em particular, estabelece uma relação causal, mas é usada também, e muito freqüentemente, sem esse valor. Na imensa maioria das vezes, a expressão é *onde*, e suas respectivas flexões temporais, funciona apenas como um elemento de apoio do discurso, empregado como um conector que possibilita o encaixe de orações. Esse recurso é muito comum na linguagem oral, como se nota nos fragmentos de discurso direto apresentados.

(9) – *Nesse intuito, que eu estou de cabisbaixo, olho de esquelha e, quem diria, ó, o Escovão está com a mão no revólver do cinto! Só que estava meio desesperado, olhando para a direita e para a esquerda, onde que eu se aproveitei deste pequeno descuido e sapequei ele. Questão de sobrevivência, se não sapeco, sapecado seria eu.*

(VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 254.)

A ocorrência apresentada acima é uma das recomendadas pelos sociolinguistas quando se deseja analisar a fala de alguém: o relato de uma situação de perigo. Segundo esses linguistas, nesse momento, o falante se deixa tomar pela emoção e não consegue “policar” a sua fala, evitando-se, assim, registros falsificados. A partícula ONDE empregada no fragmento transcrito não apresenta, mais uma vez, valor locativo, mas funciona como um elemento de seqüenciação textual, encadeando as ações numa seqüência lógico-temporal: *Só que estava meio desesperado, olhando para a direita e para a esquerda, então eu se aproveitei deste pequeno descuido e sapequei ele.* O ONDE empregado tem valor de marcador conversacional, possibilitando ao falante dar seqüência a seu discurso. Não resta dúvida de que contribui para a articulação do plano textual, mas de uma forma bem diversa daquela prevista pela norma. Não há, no caso em questão, o uso da partícula para substituir um sintagma anterior na oração.

(10) *Mas Zé Bebelo reservou que eu estivesse com ele e mais Alaripe, por se pôr o Lacrau em conversa deposta. Onde o que o Lacrau teve para relatar era pouco, pouco. Dizendo que o inimigo se formava em tanto de uns cem, mas a quanta parte deles de jagunços mal assentados, sem quilates.*

(ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3 ed. Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 345.)

Também nesse fragmento encontra-se o uso do ONDE sem valor locativo. Ao selecioná-lo no paradigma do sistema lingüístico, o autor pode ter sido motivado pela idéia de que *na conversa, o que Lacrau teve para relatar era pouco*. Entretanto, não se pode considerar esse um valor locativo, nem mesmo virtual. Quando muito, poder-se-ia admitir, nesse caso, um valor instrumental: *Mas Zé Bebelo reservou que eu estivesse com ele e mais Alaripe, por se pôr o Lacrau em conversa deposta, através da qual se constatou que o que Lacrau teve para relatar era pouco, pouco*. Uma segunda interpretação seria atribuir à partícula um valor de oposição, o que permitiria a seguinte reestruturação: *Mas Zé Bebelo reservou que eu estivesse com ele e mais Alaripe, por se pôr o Lacrau em conversa deposta, mas o que Lacrau teve para relatar era pouco, pouco*. Qualquer que seja a interpretação adotada, não se pode constatar o valor locativo da partícula e não há indício de que o autor tenha optado por um desvio da norma para conseguir mais expressividade, como se constatou na canção de Caetano Veloso (exemplo 02) e se pode constatar no uso a seguir, feito por João Cabral de Melo Neto:

(11) *Fábula de um arquiteto*

*A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não comoilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e tecto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-**onde**, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa.*

(NETO, João Cabral de Melo. *A educação pela pedra*. Editora do Autor: RJ, 1966, p. 48.)

Não se discute que o uso inusitado de João Cabral de Melo Neto tem um valor estilístico. Ao empregar a partícula ONDE numa locução adjetiva, o autor vale-se dela para determinar o substantivo *porta*, dando a idéia do que deseja construir e encontrar: portas abertas, que facilitem o percurso do homem, e, não, portas que lhe sirvam de obstáculo. A função precípua da porta é fechar, guardar os lugares. O autor, entretanto, não deseja esse tipo de porta, mas uma porta que funcione como uma passagem: *porta por-onde*, porta através da qual se pode trafegar livremente, sem qualquer empecilho ou mesmo censura. A gramaticalização da partícula ONDE como uma locução adjetiva, apesar de não possuir mais a carga semântica locativa em sua essência, apresenta resquícios desse valor, já que a expressão *por onde* está diretamente relacionada a um lugar através do qual se deseja ou se vai passar. Houve, sem dúvida, um esvaziamento semântico, mas que pôde ser recuperado, ainda que de uma forma mais sutil, pela figura criada pelo poeta. O uso por ele adotado é uma forma de se fugir da linguagem comum, buscando maior expressividade.

No próximo capítulo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise desenvolvida, relacionando-se esses dados com a teoria da gramaticalização desenvolvida no capítulo primeiro.

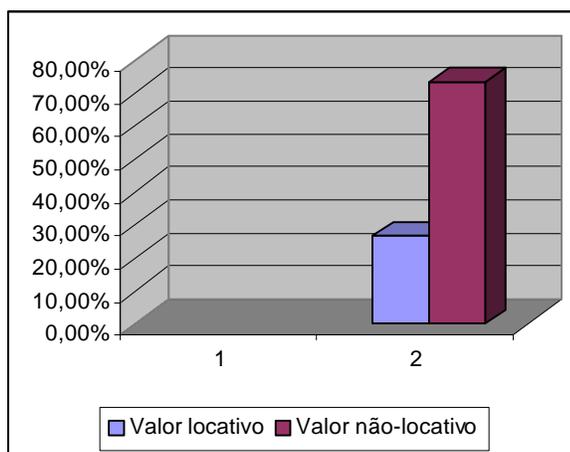
CAPÍTULO QUARTO

DISCUSSÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no *corpus* apresentado no capítulo terceiro, torna-se possível discutir e analisar as ocorrências da partícula ONDE, tecendo-se um paralelo entre os usos do português arcaico e os do português contemporâneo, visando a se chegar a uma conclusão acerca do fenômeno da gramaticalização do ONDE no português hodierno.

No português ducentista, a forma *onde* – ora expressa por *u*, ora por *onde* – não se empregava com valor primordialmente locativo como acontece contemporaneamente (cf. GRAF. 1). O emprego dessa partícula sem valor locativo suplanta o uso hoje recomendado pela norma. Das quinze ocorrências presentes no *corpus*, quatro, isto é, 26,7%, possuem valor locativo. Dentre estas, uma, ou 6,7%, possui como antecedente um nome indicativo de pessoa. Os 73,3% restantes não apresentam valor locativo, assumindo um vasto leque polissêmico: ora indicam procedência, tempo, instrumento, explicação, causa, adição, fim; ora funcionam como pronome relativo, marcador conversacional ou partícula expletiva. Vê-se, pois, que, no português trecentista, o valor locativo constituía a forma *marcada*, ao passo que o valor não-locativo era a expressão do *não-marcado*.

GRÁFICO 1- Emprego do ONDE no português ducentista

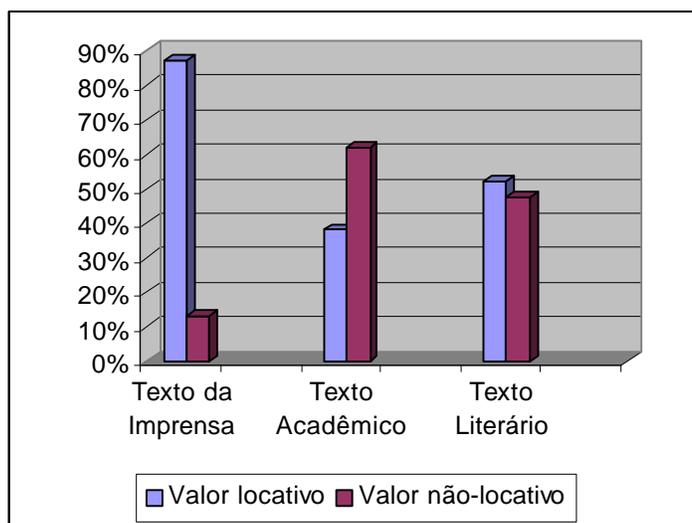


De acordo com a análise desenvolvida, percebe-se ainda que a partícula ONDE, já como vem ocorrendo na contemporaneidade, desempenhava os mais diversos papéis, atuando não somente no plano frástico, mas também no plano textual e discursivo. Contudo, não há de se esperar que esse tipo de análise pudesse ser desenvolvido já no século treze, embora não se possa descartar também, nessa época, o caráter pragmático desses usos, que parecem expressar uma tendência do português ducentista.

Comparando-se as ocorrências do português ducentista com as do português contemporâneo, nota-se, de certa forma, uma inversão no uso. No português de hoje, o emprego da partícula com valor locativo é maior do que com valor não-locativo, excetuando-se apenas a modalidade do texto acadêmico. Pela observação do segundo gráfico (cf. GRAF. 2), nota-se que, atualmente, a forma *marcada* é o emprego do valor não-locativo. Essa inversão da tendência pode ser atribuída à força impingida pela tradição gramatical. Considerando-se que a primeira gramática de Língua Portuguesa data do século

dezesseis²⁴, vê-se logo que, no português ducentista, os usos não eram refreados pela norma. Hoje contamos com vários séculos de tradição gramatical que se esforçam para manter a unidade lingüística, contribuindo sobremaneira para o retardo do processo de mudança.

GRÁFICO 2 – Emprego do ONDE no português contemporâneo



No texto da imprensa, em virtude do rigoroso cuidado com o emprego da linguagem formal, a incidência do valor locativo é bem mais alta. Esse tipo de texto costuma primar pelo zelo para com a linguagem, pois há, além de uma preocupação do jornalista em seguir as normas da língua padrão, a figura do revisor, que é responsável por verificar qualquer desvio e adaptá-lo às recomendações da norma. Das vinte e três ocorrências extraídas do texto da imprensa para análise, apenas três constituem desvio em relação ao prescrito pela gramática normativa, o que corresponde a 13,0%. Portanto, os 87,0% restantes atendem à prescrição normativa. Observa-se ainda no texto da imprensa

²⁴ A primeira gramática de Língua Portuguesa foi escrita por Fernão de Oliveira em 1536 e chamava-se *Gramática da linguagem portuguesa*.

uma significativa ocorrência da expressão *em que*, diacronicamente anterior à forma *onde*, atendendo aos casos prescritos pela norma e até mesmo empregada em contextos em que o uso do *onde* seria lícito. Essa preferência não ocorreu nem no texto acadêmico, nem no literário. Naquele, embora haja registro dessa expressão, ela é muito mais negligenciada que usada. Houve momentos em que seu uso atenderia às prescrições normativas e o autor empregou naturalmente a forma *onde*. Já, nos textos literários selecionados para análise, ela não foi sequer empregada. Diante desses dados, pode-se afirmar que o texto da imprensa encontra-se mais sujeito às normas do português padrão que os demais, contribuindo, inclusive, para manter na língua formas bastante antigas, como é o caso da expressão *em que*.

Outro fator digno de menção é o fato de, mesmo sujeito a tanto rigor gramatical, encontrarem-se no texto da imprensa registros da partícula ONDE sem valor locativo. Ainda que possa ser considerado baixo, o índice de 13% não deve ser desprezado, dada a sua existência. Tendo em vista esses dados, há de se admitir que, assim como no século treze, o uso do ONDE sem valor locativo está se incorporando à língua escrita padrão, o que constitui um indício não mais de um processo de variação, mas de mudança lingüística. É fato que a gama de possibilidades não é tão ampla quanto no século treze, mas já começa a despontar, ainda que timidamente. Os usos não-locativos registrados nos textos da imprensa atualmente restringem-se às categorias de tempo e de instrumento, mas considerar que esse campo de atuação não será ampliado é uma afirmativa muito precoce e, como tal, precipitada. Interessante também observar que, diacronicamente, a tendência seria o deslize semântico do valor locativo para o temporal e, posteriormente, para o conclusivo. Como não se encontrou registro do valor conclusivo documentado nos textos pesquisados, esse fato pode ser comprobatório de que o fenômeno que se verifica na língua contemporânea

não é fruto de uma tendência apenas diacrônica, mas também funcional. Existe, pois, na língua escrita padrão atual, uma tendência de se ampliar o campo de atuação da partícula ONDE, o que na língua falada praticamente já se equipara aos usos do século treze. Assiste-se, pois, a um processo de gramaticalização do ONDE que deixa de desempenhar um papel meramente locativo e passa, em virtude de fatores pragmático-discursivos, a assumir valores até então não documentados na língua escrita padrão.

O texto acadêmico, apesar de também constituir uma tipologia cuja linguagem deve primar pela observância do padrão e, na maior parte das vezes, passar pela revisão de um orientador, não segue as prescrições da norma como o faz o texto da imprensa. Das três tipologias analisadas como integrantes do *corpus* do português contemporâneo, o texto acadêmico é o que mais se aproxima do português do século treze, não só pela preferência pela forma não-locativa, como também pela gama polissêmica verificada nos usos do valor não-locativo. Assim como aconteceu no português ducentista, no texto acadêmico constata-se que a forma *marcada* é o uso da partícula ONDE destituída de seu valor locativo. Em vinte e uma ocorrências analisadas, apenas oito empregaram-se com valor locativo, ou seja, 38, 1%; ao passo que os 61, 9% restantes foram utilizados com valor não-locativo. Além disso, estes valores não se restringem a duas categorias, como acontece no texto da imprensa, mas se estendem a uma diversidade quase tão ampla quanto aquela observada no texto arcaico. No texto acadêmico, encontrou-se registro da partícula ONDE empregada para denotar tempo, adição, instrumento, conformidade, condição e posse, além dos valores relativo e discursivo também presentes. É interessante observar ainda nestas ocorrências o quão natural e impulsivo é esse emprego, que já não soa mais como um uso forçado, resultante apenas da inabilidade lingüística para se recorrer a outras possibilidades, mas como um recurso lingüístico legitimado.

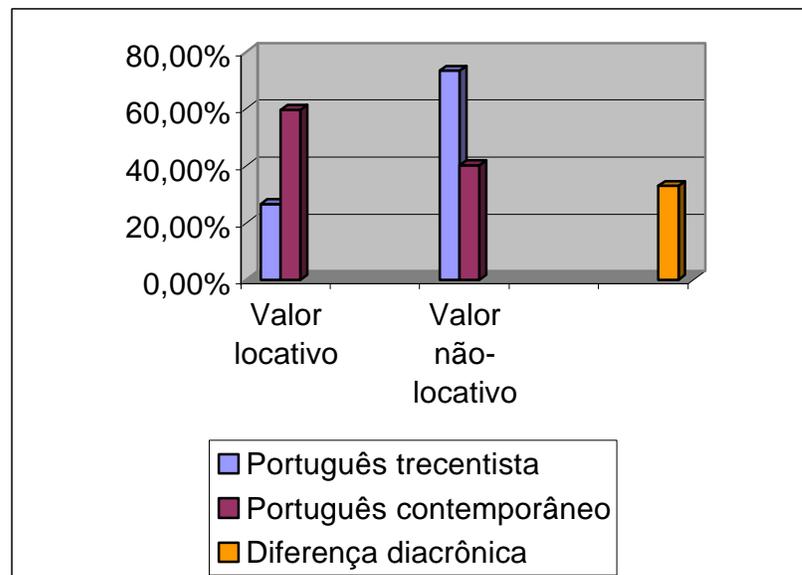
O texto literário, analisado em última instância por permitir desvios da norma em favor da consecução de expressividade, demonstrou mais proximidade com o prescrito pela norma que o texto acadêmico. Obviamente não se compara ao texto da imprensa, mesmo porque o rigor que se lhe impõe não é tão grande. Observando-se o GRAF. 2, nota-se que, nesta tipologia textual, os usos locativos e não-locativos quase se equiparam: são doze ocorrências – 52, 2% – do valor locativo e onze – correspondentes aos 47, 8% restantes – indicativas do valor não-locativo. Uma análise mais cuidadosa consideraria a possibilidade de a incidência do valor locativo ser oriunda dos textos selecionados, porque analisaram-se autores clássicos como Machado de Assis, Guimarães Rosa e Eça de Queiroz. Contudo, essa hipótese pode ser refutada, uma vez que se buscou também apresentar textos de autores mais recentes e ainda nesses encontraram-se, com relativa facilidade, registros do valor locativo, o que vem atestar o uso do valor locativo mesmo por autores não considerados clássicos.

Ao contrário do que se acreditava, os valores não-locativos não se devem totalmente à estilística. Não há dúvida de que esse fator foi determinante na seleção do autor, principalmente nos exemplos (2) e (11), porém outros fatores fizeram-se igualmente importantes. Nos exemplos analisados de (4) a (10), tem-se um discurso muito próximo da oralidade, pois o autor faz uso do discurso direto para dar mais verossimilhança ao texto. Nesses exemplos, nota-se uma proximidade com o português ducentista no sentido de que, da mesma forma que naquela época, o ONDE desempenha os mais diversos papéis, assumindo assim os mais inusitados valores. Encontrou-se, nesses exemplos, registro da partícula ONDE funcionando como elemento discursivo, como pronome demonstrativo, como marcador conversacional, como elemento indicador de oposição, de causa e de um misto de conclusão e conseqüência. Considerando-se que as mudanças têm sua origem na

língua falada e admitindo-se já a existência desses registros em textos escritos literários, é possível que, num período maior de tempo, passem a incorporar também outros textos escritos, instaurando-se como integrantes da língua escrita.

Por fim, procedendo-se a uma comparação entre o emprego do ONDE no português ducentista e no português contemporâneo, buscando-se detectar uma tendência ou não da língua atual para o uso não-locativo da referida partícula, obteve-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO 3 – Análise comparativa do emprego do ONDE no português ducentista e no português contemporâneo



No português do século treze, os índices de ocorrência do ONDE com valor locativo ficavam em torno de 26,7%. No português contemporâneo, computando-se as três tipologias textuais analisadas e traçando-se uma média, esses índices aumentam consideravelmente, ocupando a casa dos 59,7%. Em contrapartida, enquanto no português

arcaico a incidência do valor não-locativo perfaz um total de 73,3%, no português contemporâneo esse valor reduz-se a 40,3%. A diferença de 33,0%, obtida da comparação entre as duas épocas, pode ser considerada alta e, portanto, desprezível para se cogitar que o emprego do ONDE sem valor locativo seja também uma tendência da língua portuguesa contemporânea. Contudo, há de se considerar que, tendo em vista a força impingida pela tradição gramatical, ausente naquela época, o índice de 40,3% não se torna insignificante, mas adquire um teor de representatividade, podendo, inclusive, ser visto como um indício do processo de gramaticalização por que passa a partícula ONDE no português atual.

Tendo em vista o cômputo dos dados, pode-se dizer que hoje se assiste a uma recategorização do ONDE que vem sofrendo, por parte do falante, alterações de ordem semântica e gramatical, em virtude de fatores pragmáticos. Dados os quatro estágios da gramaticalização propostos por Castilho (1997), a saber – *sintatização, morfologização, redução fonética e estágio zero* -, torna-se possível averiguar se o *corpus* analisado enquadra-se nos estágios propostos, visando a identificar o estágio atual do processo. Em primeira instância, não surge dificuldade alguma para se identificar o estágio da *sintatização*. Nota-se, no *corpus* estudado, tanto a categorização funcional, já que a partícula assumiu valores diferentes do valor locativo que lhe é inerente, quanto a mudança gramatical: encontrou-se registro da partícula ONDE introduzindo oração subordinada substantiva predicativa, papel até então só desempenhado por conjunção integrante. Considerando-se o emprego estilístico de João Cabral – *portas por-onde* –, pode-se também identificar a fase da *morfologização*. Nesse contexto específico, a partícula em estudo funciona como uma forma presa, pois, assim como propõe Bloomfield, não é suscetível de constituir um enunciado. No que tange ao estágio da *redução fonológica*, não pôde ser detectado exemplo em nenhuma ocorrência analisada. Esse estágio apenas pode

ser evocado se comparadas as expressões *em que* e a forma *onde*, também de valor locativo. Nesse caso, ao optar pelo emprego de *onde* em detrimento de *em que*, o falante está selecionando a forma fonologicamente menor. O *estágio zero* não pôde ser detectado, porque este só acontece em virtude da cristalização extrema, o que marca o estágio final do fenômeno, resultando no desaparecimento de uma forma e na instauração de um novo processo, já que como processo constitutivo da língua, a gramaticalização possui um caráter cíclico.

Faz-se interessante ater-se ainda à alteração semântica da forma primitiva, verificada paulatinamente ao longo do processo. Nas ocorrências analisadas nas três tipologias constitutivas do *corpus*, verificou-se, assim como no português arcaico, a ocorrência da polissemia, ora mais, ora menos acentuada, dependendo da modalidade. Essa fase da polissemia ou da estratificação é caracterizada pela coexistência de formas até que a(s) forma(s) vencedora(s) suplante(m) as demais. Esse período de luta renhida costuma se arrastar por um longo tempo, podendo envolver um século ou mais. Tendo em vista a análise desenvolvida, vê-se que a gramaticalização da partícula ONDE encontra-se em franco processo de expansão na língua contemporânea. Esse reengenho de formas que o falante vem desenvolvendo sofre, sem dúvida, influências diacrônicas, mas principalmente pragmáticas. Diante da necessidade iminente de expressar sua intenção com mais objetividade, o usuário do sistema lingüístico recorre a outras possibilidades que não aquela prevista pela norma. Em virtude disso, desencadeia-se uma combinação nova de formas antigas, o que dá origem ao processo da gramaticalização.

Analisando-se os níveis afetados pelo processo, segundo propõe Heine e Reh (1984), percebe-se, pela análise desenvolvida no *corpus*, que os níveis funcionais e morfossintáticos já foram atingidos. Os processos funcionais ou pragmáticos

desencadearam o processo que já atingiu o nível morfossintático. Tendo em vista que existe uma hierarquia regente do fenômeno, é possível prever que o próximo nível a ser atingido será o fonológico. Levando-se em consideração também que a gramaticalização, como todo processo de mudança lingüística, desenvolve-se em *continuum*, há de se esperar que novas formas venham a se gramaticalizar na língua para integrar o paradigma daquelas que estão sendo reanalisadas.

CONCLUSÃO

O objetivo norteador deste trabalho foi a proposta de proceder a um estudo de cunho descritivista sobre a diversidade de usos da partícula ONDE no português contemporâneo, cujo uso vem ultrapassando o valor meramente locativo que lhe é, historicamente, inerente. Optou-se por desenvolver uma análise funcional, por considerar-se a abordagem normativa demasiado reducionista, no sentido de que só focaliza o produto, o enunciado, e não considera o processo de produção, nem as intenções do falante. Partiu-se da hipótese de que essa diversidade de usos, de certa forma recorrente no estágio atual do português, não constitui uma inovação lingüística, mas a iminente efetivação de um processo de mudança que se desencadeou há alguns séculos, tendo em vista que já se encontravam registros de usos polissêmicos da partícula ONDE no português ducentista.

Os dados obtidos demonstraram que, no português ducentista, o emprego da forma não-locativa suplantava com muita vantagem o valor locativo e adquiria um leque semântico bastante diversificado, o que permitia o seu emprego para expressar as mais diversas intenções. Hoje, a despeito da tradição gramatical, a partícula ONDE vem ampliando seu campo de atuação e, como no século treze, assumindo valores que não o locativo. Em virtude de fatores discursivo-pragmáticos, o ONDE passa a integrar o plano textual e discursivo, deixando de desempenhar uma função meramente anafórica e locativa. Assim como no século treze, nota-se, no estágio atual da língua portuguesa padrão, uma tendência, de certa forma até bastante acelerada, para o emprego do ONDE destituído do valor locativo; o cômputo final dos dados aponta para uma concorrência das formas

locativas e não-locativas quase na mesma proporção. Isso demonstra que o usuário vem conferindo à partícula ONDE alterações de ordem semântica e, conseqüentemente, gramatical. Essa reestruturação de formas vem ocorrendo, principalmente, em virtude de fatores pragmáticos. Uma vez que a forma convencional soa desgastada para o usuário, ele busca uma nova possibilidade de uso no desejo de ser original em sua comunicação, fato que promove uma mobilização entre as formas da língua. Não se trata, contudo, de uma transição entre unidades discretas, mas de uma extensão gradual de usos, fato que corrobora a existência de um processo de gramaticalização já instaurado. Vê-se, então, que a forma ONDE com valor estritamente locativo começa a enfraquecer-se na língua, o que permite uma alternância de usos.

Ainda é precoce admitir a consumação do processo de mudança lingüística instaurado no século treze, pois no estágio atual da língua há ainda uma concorrência de formas e não uma unidade de usos. No entanto, algumas características obtidas com a análise dos dados constituem indícios em favor da existência de um processo de mudança em curso. A primeira delas diz respeito à semântica: a neutralização da oposição semântica entre as formas – onde locativo *versus* onde não-locativo – prenuncia uma possível sinonímia entre elas. Em razão disso, ao se tentar uma reestruturação do período, buscando uma proximidade com a norma, torna-se necessário recorrer a outros recursos lingüísticos, como o uso de preposições, por exemplo, para marcar a oposição semântica. Isso sem mencionar a preferência pelo emprego da forma ONDE nos mais variados contextos, tendo em vista que essa forma tem a propriedade de expressar a intenção do falante com mais naturalidade e clareza, o que confere mais fluidez ao discurso. A mera substituição do ONDE pela expressão EM QUE, proposta pela norma, ou por outros elementos de conexão

disponíveis no sistema lingüístico, não contribui efetivamente para a melhoria da comunicação.

Por todos esses aspectos, é licito afirmar que o ONDE encontra-se em processo de gramaticalização na língua contemporânea. Em decorrência disso, o valor locativo, próprio da partícula no estágio inicial do processo, vem dividindo espaço com o valor não-locativo. Tem-se uma unidade mais locativa na ponta de partida e uma unidade menos locativa na ponta de chegada. Isso, necessariamente, implica uma codificação nova; pois, desenvolvendo-se o processo num *continuum*, as alterações num nível se fazem acompanhar de alterações em outro(s). É nesse sentido que uma abordagem funcionalista se faz pertinente, pois somente a partir da análise do processo é possível detectar os fatores que contribuem para a reanálise da partícula e de sua conseqüente mudança de nível, já que essa questão gramatical transcende o âmbito da sintaxe da frase e deve ser analisada à luz da sintaxe do discurso.

Tendo por sustentáculo a análise desenvolvida no capítulo quarto, constatou-se – além da polissemia assumida pela partícula em estudo – que, no estágio atual do português escrito padrão, não há uma unidade de usos, mas uma concorrência de formas, pois, dependendo da modalidade textual, registra-se uma tendência. O texto da imprensa é o que mais se aproxima do prescrito pela norma, apresentando um índice muito baixo de emprego do valor não-locativo, além de contribuir para a conservação de formas mais antigas. Observou-se nesse tipo de texto uma preferência bastante significativa pelo emprego da forma *em que*, mais antiga que *onde*. Ao contrário do texto da imprensa, e até certo ponto surpreendentemente, o texto acadêmico muito se aproxima do português ducentista. A preferência pelo emprego do ONDE sem valor locativo é bem superior ao uso da forma locativa, além de a gama semântica ser também quase tão diversificada quanto a do século

treze. O texto literário, por sua vez, apresenta-se mais próximo do prescrito pela norma que o texto acadêmico. Ainda que haja o desvio estilístico, o emprego da partícula ONDE com valor locativo quase se equipara ao uso do valor não-locativo.

É provável que a polissemia do ONDE no português ducentista não se cristalice na língua contemporânea com tamanho leque semântico. Apesar de haver registros de empregos do valor não-locativo, este se restringe, na tipologia textual que mais se aproxima da norma, a apenas duas categorias: tempo e instrumento, sendo a primeira encontrada com mais facilidade. Dada a maior naturalidade no uso, acredita-se que o valor temporal, até mesmo em virtude de sua propensão diacrônica, tenda a constituir o maior concorrente do valor locativo. Contudo, o valor conclusivo da partícula ONDE, cujo pendor diacrônico é tão forte quanto o temporal, não foi detectado no *corpus* analisado, o que possibilita prever que tão logo não irá incorporar-se à língua escrita.

Por fim, resta considerar que os raciocínios desenvolvidos nesta pesquisa constituem apenas reflexões iniciais acerca de um fenômeno tão amplo que é a gramaticalização de formas na língua e, portanto, as considerações aqui tecidas constituem terreno fértil para investigação e pesquisa futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil: o caso **tipo(assim)**. *Scripta*. Belo Horizonte, v. 2, nº 4, p.39-53, 1º semestre de 1999.
- BOMFIM, Eneida. Variação e mudança no português arcaico: o caso de **u** e **onde**. *Palavra*. Rio de Janeiro, nº 1, p.96-119, 1993.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, edição do autor, 1963.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro : Padrão, 1976.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 19, p. 25-63, março de 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo, nº 1, p. 107-120, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Para uma sintaxe da repetição - língua falada e gramaticalização. *Língua e literatura*, São Paulo, nº 23, p. 293-330, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. *Lingüística portuguesa*. 1999 (Em preparo).
- CUNHA, Celso Ferreira da. & LINDLEY CINTRA, Luis Filipe. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl., São Paulo: Nacional, 1994.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística Histórica*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

- GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da gramaticalização no português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1987, 109 f. (Dissertação, Mestrado em Língua Portuguesa).
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo – Parte II*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Oobrike HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, Ingedore G. Villaça, TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Texto e coerência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KURY, Adriano da Gama. *Português básico: gramática, antologia, exercícios*. 15 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 4 ed., São Paulo: Ática, 1990.
- KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática; para a explicação da Nomenclatura Gramatical*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- LEÃO, Ângela Vaz. *História do Português: estilo das Cantigas de Santa Maria*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2000 (notas de aula ministrada em 28/02/2000).
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization; a programmatic sketch*. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien Projects 48, 1982.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 4 ed. Ática: São Paulo, 1996.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. 4. ed. rev. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.
- M. SAID ALI. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 3. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- M. SAID ALI. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- M. SAID ALI. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 8. ed., atualizada pelo Prof. Adriano da Gama Kury, São Paulo : Edições melhoramentos, 1965.

- MATOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas*; elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. O uso do *onde* no texto acadêmico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 8, n.1, p.159-170, jan./jun. 1999.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo, VOTRE, Sebastião Josué e CESÁRIO Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil*; uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1970.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Aspectos da gramaticalização em português. In: DUARTE, Lélia Parreira et al. (Org.). *Para sempre em mim*; homenagem à Professora Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 1999. P.221-233.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 107. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras do Brasil)
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticales*. 2. ed. Bahia Estabelecimento dos dois mundos, 1915.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Gramática normativa da língua portuguesa – curso superior*. 5. ed. São Paulo: Edição Saraiva: 1958.
- TRAUGOTT, Elizabeth Class & HEINE, Bernd (Ed.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.
- VOTRE, Sebastião José & MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Trajetórias de gramaticalização e discursivização*. Rio de Janeiro, 1998

REFERÊNCIAS CONCERNENTES AO CORPUS

- ABRANCHES, Sérgio. Pessimismo econômico. *Veja*. São Paulo, n. 28, p. 122, 12 jul. 2000.
- AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*, Edição crítica de Walter Metteman. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1959-72.
- ASSIS, Machado de. *Almas Agradecidas*. In: Contos, série bom livro, Ática: São Paulo, 1997.
- CASTRO, Bernardo Monteiro. *Elementos pagãos nas cantigas de Santa Maria*. In: Para sempre em mim, homenagem à Professora Ângela Vaz Leão, Belo Horizonte, 1999.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Por que o diploma é uma bobagem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1999.
- DUTRA, Ivan Cupertino. *A ilusão de totalidade no discurso amoroso de João Vêncio: os seus amores*. 1997. 130f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1997.
- EXAME, São Paulo: Abril, n. 10, 17 mai. 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 17 fev. 2000. Caderno 03.
- GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da gramaticalização no português*. 1987. 109p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 1987.
- GUDJ, Denis. *O teorema do papagaio*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.
- LAJOLO, Marisa. La Fontaine: o mestre da fábula. In: *Para gostar de ler*; histórias sobre ética. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000. v. 27.
- LANDRES, David. A ética da riqueza. *Veja*. São Paulo, n. 12, p. 11, 22 mar. 2000.
- MALARD, Letícia. *Escritos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Comunicação, 1981.
- NETO, João Cabral de Melo. *A educação pela pedra*. Editora do Autor: RJ, 1966.
- PERINI, Mário A. e FULGÊNCIO, Lúcia. Notas sobre a transitividade verbal. In: CLEMENTE, Elvo e KIRST, Marta Helena Barão (Org.). *Linguística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 63-82.

PINHO, Luciano Fialho de. *Ação de responsabilidade civil proposta em face dos administradores de Sociedades Anônimas*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2000. (Dissertação de Mestrado)

QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. 14 ed. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3 ed. Livraria José Olympio Editora, 1963.

SANT' ANNA, Afonso Romano de. *Quem está escrevendo o futuro? 25 textos para o século XXI*. Brasília: Editora Letraviva, 1999.

SCHER, Raul. *Currículo Escolar: sua concepção e sua prática*. 1992. 120f. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1992.

SILVA, Antônio Álvares da. Eleições de juízes, por que não? *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 jun. 2000.

SUPER INTERESSANTE. São Paulo: Abril, n. 07, jul. 2000.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Que venha a turma dos bancos do fundo. *Veja*. São Paulo, n. 03, p. 142, 19 jan. 2000.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 03, 19 jan. 2000.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 24, 14 jun. 2000.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 28, 12 jul. 2000.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 29, 19 jul. 2000.

VELOSO, Caetano. *O Quereres*. Disponível em: < <http://www.jamart.com.br> >. Acesso em: 14 mar. 2000.